

Rogério Sávio Link
Sônia Ribeiro de Souza
Alexandre Pacheco
(Orgs.)

Histórias Amazônicas Cruzadas

Anais do
VI Seminário Integrado de Ensino e
Pesquisa em História e XXVI Semana de História



Rogério Sávio Link
Sônia Ribeiro de Souza
Alexandre Pacheco
(Orgs.)

Histórias Amazônicas Cruzadas

Anais do VI Seminário Integrado de
Ensino e Pesquisa em História e XXVI
Semana de História

Porto Velho



© Editora Karywa – 2023
Cacoal – RO
editorakarywa@gmail.com
<http://editorakarywa.wordpress.com>

Conselho Editorial

Dra. Adriana Schmidt Dias (UFRGS – Brasil)
Dra. Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida – Brasil)
Dr. Cristóbal Gnecco (Universidad del Cauca – Colômbia)
Dra. Delia Dutra da Silveira (UDELAR, CENUR, L.N. – Uruguai)
Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS – Brasil)
Dra. Eli Bartra (UAM-Xochimilco – México)
Dr. Moisés Villamil Balestro (UNB – Brasil)
Dr. Raúl Fornet-Betancourt (Aachen – Alemanha)
Dr. Rodrigo Piquet Saboia de Mello (Museu do Índio – Brasil)
Dra. Tanya Angulo Alemán (Universidad de Valencia – Espanha)
Dra. Yisel Rivero Báxter (Universidad de la Habana – Cuba)

Imagem da capa: Detalhe da obra Destinos de Flávio da Silva Dutka.
Diagramação e arte da capa: Rogério Sávio Link

**Os artigos e resumos são de total responsabilidade de seus autores.*

LINK, R. S.; SOUZA, S. R.; PACHECO, A. (Orgs.)

Histórias Amazônicas Cruzadas – Anais do VI Seminário Integrado de Ensino e Pesquisa em História e XXVI Semana de História. Porto Velho: Karywa, 2023.

[e-book] 157p. : il.

ISBN: 978-65-86795-22-6

1. Formação de Professores; 2. Amazônia; 3. Epistemologias; 4. Seminário Integrado; 5. Semana Acadêmica de História. I. Rogério Sávio Link; II. Sônia Ribeiro de Souza; III. Alexandre Pacheco.

CDD 981.1



SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Rogério Sávio Link</i>	
<i>Sônia Ribeiro de Souza</i>	
<i>Alexandre Pacheco</i>	

RESUMOS EXPANDIDOS

A Cidade sob as Lentes: Porto Velho nas Décadas de 1940 e 1950.....	11
<i>Amanda Aparecida Montagil Silva</i>	

Pesquisa Bibliográfica: um Caminho para uma Revisão Sistemática de Literatura	15
<i>Francisco Silva Thiberio</i>	
<i>Rogério Sávio Link</i>	

Impressões de Rolim de Moura: o Processo de Urbanização e as Imagens da Cidade a partir dos Jornais (1995-2007)	22
<i>Gustavo Banzatto Monteiro</i>	

As Controvérsias e Impactos Socioambientais nos Projetos de Construção de Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Tapajós	25
<i>Ivanilce Silva dos Santos</i>	

Aluízio Pinheiro Ferreira e sua Atuação para a Consolidação do Território Federal do Guaporé na Década de 1940.....	29
<i>José Carlos Dantas De Souza Cruz</i>	
<i>Alexandre Pacheco</i>	

GEMPAC: Uma Experiência de Resgate da História das Mulheres Prostitutas do Pará.....	34
<i>Julio Cesar Abreu de Paula</i>	
<i>Izabelle Rego Oliveira</i>	
<i>Adriana Modesto Coimbra</i>	

Práticas Mortuárias e Estruturas Funerárias no Alto Rio Madeira: um estudo Etnoarqueológico das Fontes Históricas, Etnográficas e Arqueológicas.....	38
<i>Leandro Guimarães Ribeiro</i>	
Resultado do Estágio Supervisionado VI: Verificação da Educação Inclusiva na APAE Porto Velho.....	42
<i>Letícia de Oliveira Eloy</i>	
<i>Heloísa de Souza Mendes</i>	
<i>Maria Luiza Costa Matos</i>	
Patrimônio e Aula de História: Desenvolvendo Projetos de Intervenção Educacional a partir de Fotografias.....	47
<i>Brenda Von Kopecz</i>	
<i>Lucas Alves da Cruz</i>	
Entre Cutubas e Peles Curta: Poder e Conflito entre as Elites no Território Federal do Guaporé (1943-1964).....	52
<i>Luís Henrique Araújo de Oliveira Leite</i>	
Tombamento dos Geoglifos no Estado de Rondônia.....	57
<i>Deise Lemos Carvalho</i>	
<i>Rogério Sávio Link</i>	
O Processo de Conversão e o que se Modifica na Vida: o Modo de Pensar dos Ticuna em Relação da Homossexualidade em Vila Betânia.....	66
<i>Valdinei Jesuino Ribeiro</i>	
<i>Marco Antonio Domingues Teixeira</i>	

ARTIGOS ACADÊMICOS

Igarapé-Miri: a Importância da Agricultura da Cana-de-Açúcar no Nordeste Paraense no Século XIX.....	73
<i>Ana Paula dos Santos Barros</i>	
A Relação entre Agronegócio, Garimpo e Narcotráfico nos Territórios da Amazônia: uma Revisão Bibliográfica.....	90
<i>Ariete Paixão dos Santos</i>	
<i>Ingrid da Costa Pimenta</i>	
Entre Prática e Discurso: Escola Barão do Solimões por meio da Fotografia.....	99
<i>Brenda Von Kopecz</i>	
<i>Lucas Alves da Cruz</i>	

Monumento aos Pioneiros: uma História de Rondônia Cravada em Pedras.....	114
<i>Ozonildo Fernandes Oliveira</i>	
<i>Marco Antônio Domingues Teixeira</i>	
Educação Especial: O espectro Autista no Ensino Fundamental e Médio	131
<i>Gisella Chaves dos Santos</i>	
<i>João Vitor Nunes Azevedo</i>	
<i>Stefany Suelen Jucá Ribeiro</i>	
Empregadas Domésticas em Porto Velho: uma Análise Histórica e Social a partir de Processos Trabalhistas da Década de 1980.....	139
<i>Thássila Derek Serra de Souza</i>	
<i>Lilian Maria Moser</i>	
<i>Sérgio Luiz de Souza</i>	



APRESENTAÇÃO

*Rogério Sávio Link
Sônia Ribeiro de Souza
Alexandre Pacheco*

Os Seminários Integrados e as Semanas Acadêmicas de História da UNIR são, historicamente, os principais momentos acadêmicos em que a totalidade dos atores da graduação de História se encontram fora do modelo tradicional disciplinar/curricular para refletir temas que vão além da rotina do curso. É também o principal momento no qual apresentam e compartilham com a comunidade acadêmica e com o público em geral suas pesquisas desenvolvidas recentemente. O objetivo principal desses dois eventos, portanto, é colocar o protagonismo nos próprios discentes para que experienciem atividades acadêmicas autorais.

O Seminário Integrado já está na sua VI edição; a Semana de História na sua XXVI. Normalmente esses eventos ocorrem separadamente, mas, excepcionalmente, em virtudes ainda dos efeitos da Pandemia de Covid 19, o Departamento Acadêmico de História da UNIR, campus Porto Velho, optou por unificar esses eventos. O tema que une os dois eventos são as **Histórias Amazônicas Cruzadas**.

Com o início do Mestrado em História da Amazônia em 2021, iniciou-se uma discussão entre o corpo discente e docente do Departamento Acadêmico de História para que os discentes da pós-graduação também participassem dos eventos desenvolvidos na graduação. Nesse sentido, a partir de 2023, esses eventos passam a ser organizados também com a participação dos discentes da pós-graduação.

O formato da apresentação escolhido para o evento foi livre: podem ser palestras acompanhadas ou não de slides, de vídeos, de áudios, entre outros formatos. No entanto, todos os trabalhos apresentados no evento foram submetidos em forma

de **resumo expandido** ou **artigo acadêmico**, conforme modelos disponíveis no site do evento. Para os resumos expandidos, a comissão organizadora aceitou até 5 autores; para os artigos, até 3 autores. Ao todo o evento obteve 24 submissões, divididos nas seguintes áreas temáticas: 6 como Pesquisas no âmbito da Graduação, 14 como Pesquisas no âmbito da Pós-Graduação, 2 como Resultado de Projetos de Ensino e Extensão e 2 como Resultados de Estágios Supervisionados e Monitorias. Ao todo, foram aprovados 18 trabalhos – 12 resumos expandidos e 6 artigos –, os quais compõem essa publicação.

A imagem que ilustra a capa deste livro, e que também ilustrou a página do evento, é um recorte adaptado da obra **Destinos** de Flávio Dutka. Na obra, o artista retrata o encontro e desencontro entre a expedição de Orellana no Grande Rio e os indígenas, dando ênfase na descrição de Carvajal sobre as mulheres guerreiras, as quais nomeou Amazonas. Ironia do destino, o grande rio nomeado Orellana passaria a ser mundialmente conhecido como Amazonas.



**RESUMOS
EXPANDIDOS**



A CIDADE SOB AS LENTES: PORTO VELHO NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Amanda Aparecida Montagil Silva¹

Introdução

O presente trabalho tem como discussão a cidade de Porto Velho nos anos 40 e 50 por meio das imagens visuais. Um diálogo entre história e fotografia que tem como questão fundamental, a memória. A memória na pesquisa se apresenta como peça importante no processo de leitura das fotografias dos períodos mencionados. Assim, a história, a fotografia e a memória caminham juntas buscando o objetivo do trabalho, que é apresentar a cidade de Porto Velho nos anos 40 e 50 através das imagens, sendo a memória pensada como um método para não haver esquecimentos dos fatos ocorridos. As fotografias das décadas de 1940 e 1950 apresentam registros da visita do presidente da República Getúlio Vargas. Imagens que retratam sua visita nos três dias em que esteve na cidade, sendo fotografias de lugares que ele visitou, dos trabalhos na oficina da Ferrovia Madeira Mamoré, as casas dos funcionários da Estrada de Ferro Madeira Mamoré sendo construídas e concluídas e outras construções como o conhecido prédio do Relógio e a Escola Carmela Dutra. Período em que a cidade de Porto Velho ficou denominada como a cidade do Território Federal do Guaporé.

Objetivos

Objetivo Geral: O objetivo Geral desta pesquisa consiste em trazer a cidade de Porto Velho por meio de suas imagens visuais das décadas de 1940 e 1950. Fotografias em diálogo com

1. Licenciada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestranda em História pelo PPGHAM (UNIR).

a memória levando-nos a aprofundarmos na cidade dos períodos mencionados.

Objetivos Específicos: Discutir a questão da memória fotográfica da cidade de Porto Velho na questão política, econômica e social.

Trazer a importância da memória para a história da cidade, tendo a fotografia como parte fundamental deste processo.

Ressaltar a importância dos locais de preservação dos documentos, visuais, documentais, jornalísticos para a continuidade da pesquisa historiográfica, tendo a preservação dos locais de armazenamento.

Metodologia

A pesquisa tem como metodologia o levantamento, leitura e análise das imagens fotográficas das décadas de 1940 e 1950 da cidade de Porto Velho. Buscando discutir a questão da memória que essas imagens visuais remetem. A memória como forma de reviver (no sentido de não esquecer) momentos políticos, econômicos e sociais que foram marcantes para Porto Velho e sua população no período. Para fazer o levantamento das imagens fotográficas das décadas de 1940 e 1950, contamos com a ficha catalográfica do autor Boris Kossoy (2001).

Tabela 01. Roteiro para composição da ficha de levantamento das fotografias

<i>Identidade do documento</i>	<i>Descrição relevante</i>	<i>Fotógrafo</i>
Qual a localização da fotografia?	Existe o ano de produção?	Há identificação?
Faz parte de coleção? Qual?	Há legenda?	
É peça avulsa?	O que a imagem reproduz?	
Está inserida em um contexto de palavras chave?	Descrição da imagem. Breve resumo.	
Qual a condição da fotografia?		
Como é armazenada?		

Fonte: Boris Kossoy (2001).

Resultados alcançados

As imagens dos anos 40 e 50 foram catalogadas no Centro de documentação no Museu do Estado de Rondônia (MERO).

Figura 01: Inauguração da vila proletária construída pela E. F. M. M.



Fonte: Centro de documentação do Estado. Autor: Sem identificação.

Nota-se que a imagem acima busca retratar a inauguração da vila dos trabalhadores da Ferrovia e apresenta as casas com um padrão estabelecido, pois tinha um objetivo incomum que era a ligação com o Estado e o trabalhismo. A imagem também apresenta os automóveis do período, os conhecidos fuscas e os homens, possíveis trabalhadores, membros do governo que caminham entre os fuscas, parte de um lado e a outra parte deles do outro lado da rua, que por sinal mostra a simplicidade do chão, da terra. Isso nos remete que mesmo na vila operária, as imagens não transparecem ser casebres, casas pobres e sim parecem casarões passados por construções de alvenarias, sendo aí uma intencionalidade do fotógrafo. Mas que o barro do chão não esconde a pobreza do lugar. Neste percurso, a função das imagens fotográficas dos períodos analisados foi pensada como uma forma de manter Getúlio “vivo” na sociedade portovelhense e na sociedade brasileira. E que a fotografia seria a norteadora desta memória.

Conclusões

A cidade de Porto Velho nos proporcionou um conhecimento profundo sobre sua história por meio das imagens visuais, dos anos 40 e 50. Nas imagens destes períodos percebemos

que as intenções dos fotógrafos (alguns sem identificação), de fato era registrar momentos estabelecidos, momentos que não eram para serem esquecidos. Com a visita de Getúlio Vargas na cidade o objetivo era registrar suas movimentações nos três dias em que esteve pela cidade. Os lugares que visitou, ele com a população portovelhense, imagens ligadas ao trabalhismo e ao populismo. Duas características que o Presidente apresentava em seu governo, o Estado Novo. Ademais, períodos da criação de territórios federais, a cidade de Porto Velho se torna a cidade do Território Federal do Guaporé.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: Cardoso, Ciri Flamarion; Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 1996.



PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: UM CAMINHO PARA UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

*Francisco Silva Thiberio¹
Rogério Sávio Link²*

Introdução

Este resumo é parte dos resultados da minha pesquisa para a produção da dissertação de Mestrado em História da Amazônia, ainda em andamento. Nele apresento a metodologia utilizada para a realização de uma Revisão Sistemática da Literatura acerca da resistência e os conflitos apurinã em Boca do Acre. A pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva do processo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto, é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema, e, a partir dos resultados, fazer as considerações ou as indicações devidas. Na perspectiva de Katia Romero Felizardo et.al. (2017), a Revisão Sistemática tem como objetivo identificar, analisar e interpretar as evidências disponíveis relacionadas com um particular tópico de pesquisa ou fenômeno de interesse. As autoras criticam as formas de revisão literária tradicionais, ou informais, dizendo “que são conduzidas sem um planejamento estabelecido a priori, caracterizam-se por serem pouco abrangentes, não passíveis de repetição, pouco confiáveis e com a qualidade dependente da experiência dos pesquisadores” (FELIZARDO, et.al., 2017, p. 17).

Diante da riqueza de produções científicas e de estarem publicadas em diferentes revistas acadêmicas, manualmente, não há como um pesquisador saber a quantidade das produções

1. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR) e graduado em História (UEA).

2. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

acadêmicas sobre determinado tema, muito menos, de se manter atualizado com os bancos de armazenamentos digitais das universidades e revistas científicas. Portanto, para realizar esse tipo de revisão é cada vez mais comum o uso de ferramentas que nos ajudem a organizar a pesquisa, ou seja, identificar, selecionar, avaliar, interpretar e sumarizar estudos disponíveis considerados relevantes para um tópico de pesquisa. A ferramenta que utilizamos é conhecida como START. No entanto, ressalto que a CAPES dispõe do repositório de teses e dissertações, mas não permite que se faça exportação das referências, isso impede que seja usado como base de dados para ferramentas como o START. Diante disso, optei por realizar uma pesquisa manual no repositório de teses e dissertações da CAPES e uma pesquisa com a ferramenta Start no Portal de Periódico da CAPES e no Google Acadêmico. Com essas buscas, obtivemos um retorno sobre as publicações das dissertações, das teses e dos artigos científicos.

Em síntese, o processo de revisão sistemática de literatura é composto por três fases, a saber: planejamento, execução e análise dos resultados. Na fase de planejamento, o pesquisador fará a identificação da necessidade de uma revisão; irá desenvolver um protocolo de revisão dentro da ferramenta START; depois irá identificar as fontes de busca relevantes. Na fase de execução, faz-se a definição dos estudos; seleção dos estudos e extração das informações dos artigos científicos. Todos esses procedimentos são feitos na ferramenta Start, mas, para a análise dos resultados, geralmente se usa um editor de texto, apesar da ferramenta dispor de campos editáveis.

Objetivos

Apresentar a metodologia construída para a revisão sistemática da literatura acerca dos conflitos e a resistência apurina no processo de demarcação das terras indígenas do Km 45, do Km 124 e do Camicuã em Boca do Acre.

Metodologia

A ferramenta START foi desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LaPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Essa ferramenta permite uma sistematização dos dados extraídos das bases de busca. É necessário, para tanto, estabelecer alguns critérios de aceitação ou exclusão, dos artigos, teses e dissertações.

A realização de uma revisão sistemática de literatura, começa com a criação de um protocolo baseado no problema da pesquisa, que no caso é: “como se deram os conflitos e a resistência apurinã no processo de demarcação das terras indígenas do Km 45, do Km 124 e do Camicuã em Boca do Acre?”. Esse protocolo norteia a execução da revisão, nele é definido a string de busca com as palavras-chaves. A string desta pesquisa ficou assim: (“Apurinã”OR “Hipurinás”OR “Ipurinã”OR “Jupurina”OR “Tiupurinã”OR “Ypurynans”OR “Boca do Acre”OR “Médio Purus”OR “Rio Acre”OR “BR 317”OR “Terra indígena Km 45”OR “TI Km 45”OR “Terra indígena Km 124”OR “TI Km 124”OR “Terra indígena Camicuã”OR “TI Camicuã”OR “Conflito agrário no Sul do Amazonas”). Essa string foi executada nas bases de dados do Google Acadêmico e do Portal de Periódicos da CAPES.

A definição de critérios de seleção das produções científicas, ficou restritas ao uso de artigos, dissertação e tese das áreas, da História, da Geografia, da Antropologia e da Sociologia. Essas áreas são as que mais estudam temas como conflitos, território, resistências, grilagem de terras.

É com base nesses critérios relatados acima que criei o procedimento de seleção quanto à aceitação ou exclusão dos estudos extraídos das bases de dados. Foram inclusos, estudos que relatam atuação e resistência Apurinã; os estudos que abordam a demarcação de terras Apurinã e ainda os estudos que abordem ou relatem os conflitos envolvendo os Apurinã. De semelhante forma, foram excluídos os estudos que não se referem à etnia Apurinã, os estudos que abordem os conflitos de outras etnias, e ainda os artigos, dissertações e teses de outras áreas como a Linguística, a Biologia, a Pedagogia e Medicina, por serem áreas que tradicionalmente não discutem as questões sociais apresentadas pelo problema desta pesquisa.

Com a busca feita no Google Acadêmico em julho de 2023, através da string acima, obteve-se um retorno de 268 papers. Nessa revisão sistemática, o uso do substantivo “Paper” se refere tanto à artigos acadêmicos, quanto às dissertações e teses encontradas nas buscas. Importante destacar, que o sistema de busca do Google Acadêmico, extrai referências de várias bases de dados, de diversas instituições de ensino.

No portal de Periódico da Capes, a busca retornou 321 papers, sendo majoritariamente artigos, das mais diversas revistas científicas vinculadas à Capes. Portanto, os resultados

das buscas somaram 589 papers, distribuídos entre artigos, dissertações e teses. As referências das fontes encontradas, foram importadas para ferramenta START em formato Bibtex. Além de ser um software de gerenciamento de referências, o Bibtex organiza e formata as fontes de informação consultadas para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

O processo de seleção parte do princípio de ler os títulos, palavras chaves e resumos, para poder classificar os papers. Essa classificação das fontes se configura em aceitos, rejeitados e duplicados. Na primeira parte da mineração dos 589 papers, foram classificados como aceitos 58, como duplicados 93 e como rejeitados 438. A segunda seleção consiste na leitura sistemática de todos os 58 papers resultadas da primeira garimpagem. Nessa segunda garimpagem, resultaram um total de 23 papers que foram fichados e sumarizado para a criação de um corpus interpretativo sobre o tema estudado.

Resultados Alcançados

Todos os 23 papers classificados foram analisados e apresentados na dissertação. Porém, como foi definido anteriormente, o objeto desse resumo foi apresentar a metodologia usada para realizar essa revisão sistemática das produções científicas. Contudo, apresento em forma de tabela as titulações, os autores, ano e tipo dos papers selecionados.

Tabela 01: Papers selecionados para análise com base nas referências selecionadas na ferramenta Start

<i>Tipo</i>	<i>Autores /autoras</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>
Artigo	PEREIRA, Claudia Netto do Valle	Escola Indígena Apurinã Km 45: reflexões sobre uma experiência.	1983
Dissert.	SCHIEL, Juliana	Entre padrões e civilizações: os Apurinã e a política indigenista no médio rio Purus na primeira metade do século XX	1999
Tese	SCHIEL, Juliana	Tronco velho: histórias Apurinã	2004
Tese	MATHEWS, Mason Clay	Socio-economic change in the transition from patron-client to social movement networks in Brazilian Amazonia	2011
Artigo	RISSO, Luciene Cristina	Percepção ambiental e representações da etnia Apurinã	2012
Artigo	LABATE, Beatriz Caiuby; COUTINHO, Tiago	“O meu avô deu a ayahuasca para o Mestre Irineu”: reflexões sobre a entrada dos índios no circuito urbano de consumo de ayahuasca no Brasil	2014

Artigo	SANTOS, Gilton Mendes dos; SOARES, Guilherme Henriques	Rapé e xamanismo entre grupos indígenas no Médio Purus, Amazônia	2015
Tese	COSTA, Willas Dias Da;	Os padrões do Purus: Elites Fundiárias, poder e novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas	2017
Tese	LINK, Rogério Sávio	Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX	2016
Dissert.	RODRIGUEZ, Ernesto Martinez	Correrias: Índios, Caucheiros e Seringueiros (Acre 1942/1983)	2016
Artigo	VIRTANEN, Pirjo Kristiina	The Death of the Chief of Peccaries: The Apurinã and the Scarcity of Forest Resources in Brazilian Amazonia	2016
Artigo	LINK, Rogério Sávio	O povo Apurinã contra o poder coercitivo	2020
Artigo	APURINÃ, Francisco Cândido	O mundo dos Kusanaty e a cosmologia Apurinã	2018
Dissert.	MARTINS, Rozinei Lima;	A territorialidade como nova possibilidade de (re)significar a identidade apurinã na cidade de Manaus	2011
Artigo	APURINÃ, Francisco Cândido	Um Olhar Reverso: Da Aldeia Para Universidade	2018
Artigo	SANTOS, Ronaldo Pereira; [et al]	Recursos minerais em terras indígenas do estado do Amazonas: gargalos, potencialidades e perspectivas	2019
Tese	SCHWADE, Tiago Maiká Muller	A formação da propriedade capitalista no Amazonas	2019
Tese	APURINÃ, Francisco Cândido	Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas	2019
Artigo	PEREIRA, Maria da Conceição Vasconcelos	Trauma em narrativa Apurinã	2019
Artigo	DOLAMITA; Pietra	Entrevista Kuawá Kapukay Apurinã - Pietra Dolamita	2019
Artigo	VIRTANEN, Pirjo Kristiina	Ancestors' times and protection of Amazonian Indigenous biocultural heritage	2019
Artigo	LINK, Rogério Sávio	Vivendo na terra do meio: o mito apurinã revelando a realidade histórica	2021
Artigo	SANTOS, Antonio Rogério dos; [et al].	Os Apurinã, Tenetehara, Kambeba, Huni Kuĩ, Maraguá, Ticuna e Krenak gritam: cuidado, o Curupira vai te pegar!	2022

Conclusões

Os autores(as) que mais publicaram sobre os Apurinã até meados de 2023, e que são referências para o estudo histórico-antropológico sobre essa etnia foram: Francisco Apurinã (2016, 2017, 2018, 2019); Rogerio Savio Link (2016, 2020, 2021) e Juliana Schiel (1999, 2004). Da área da linguística, a autora Pirjo Kristiina Virtanen (2016, 2019) aparece com artigos publicados em inglês. Importante dizer que há outros autores mais antigos que relatam sobre os Apurinã, sendo que também descrevem outros grupos étnicos do Médio Purus; destaco William Chandleless (1866), Antonio Rodrigues Pereira Labre (1888), Joseph Beal Steere (1903; 1949 [1903]), Paul Ehrenreich (1948 [1891]) e Gunter Kroemer (1985).

Referências

APURINÃ, Francisco. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos: os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UnB. Brasília-DF, 2019.

CHANDLESS, Willian. Ascent of the River Purûs. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. Vol. 36, p. 86-118, 1866a.

CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purûs. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. Vol. 36, p. 119-128, 1866b.

EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. **Revista do Museu Paulista**. Vol XVI, São Paulo, p. 277-312, 1929.

FELIZARDO, Katia Romero. [et. al.] **Revisão sistemática da literatura em engenharia de software: teoria e prática**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

KROEMER, Gunter. **Cuxiuara**, o Purus dos indígenas: Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus. São Paulo: Loyola, 1985.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo IV, 2º Boletim, p. 117-120, 1888

LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do

Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, C. N. do V. A Escola Indígena Apurinã Km 45: reflexões sobre uma experiência. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 4, 2012.

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho**: histórias Apurinã. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2004.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

STEERE, Joseph Beal. Tribos do Purus. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 11, n. 1 e 2, p. 64-78, p. 212-222, 1949 [1903].

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. Ancestors' times and protection of Amazonian Indigenous biocultural heritage. **Alter Native**. Vol. 15(4) 330 –339, 2019.

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. The Death of the Chief of Peccaries: The Apurinã and the Scarcity of Forest Resources in Brazilian Amazonia. In: GARCÍA, Victoria Reyes; PYHÄLÄ, Aili. **Hunter-Gatherers in a Changing World**. Springer International Publishing Switzerland: Spring, 2017.



IMPRESSÕES DE ROLIM DE MOURA: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS IMAGENS DA CIDADE A PARTIR DOS JORNAIS (1995-2007)

Gustavo Banzatto Monteiro¹

Introdução

Esse estudo é um resumo de uma pesquisa de mestrado em andamento, na linha “Populações, Etnicidades e Culturas: Usos e Representações”, cujo foco é a análise do processo de urbanização da cidade de Rolim de Moura, capital da Zona da Mata rondoniense, entre os anos de 1995 e 2007, com ênfase na forma como essa transformação urbana foi retratada nos jornais locais da época.

Durante as últimas décadas do século XX, Rolim de Moura experimentou um intenso processo de industrialização e urbanização. John O. Browder e Brian J. Godfrey (2006, p. 197-201) destacam a influência da urbanização no desenvolvimento da Amazônia brasileira, destacando particularidades da capital da Zona da Mata. As transformações urbanas foram veiculadas por diversos jornais impressos da região. A pesquisa busca explorar a urbanização de Rolim de Moura e o papel da imprensa nesse processo.

Objetivos

Apresentar os objetivos, a metodologia e os resultados alcançados até o momento e as conclusões provisórias dessa pesquisa. Além disso, tem intenção de suscitar debates sobre a urbanização na Amazônia, mais especificamente na região da Zona da Mata Rondoniense e sobre as imagens projetadas da cidade, entre os anos 1995 e 2007, levantando questões sobre o papel da mídia na construção da imagem de Rolim de Moura

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm).

e como essas representações podem influenciar o público e até mesmo as políticas públicas por meio da projeção e veiculação de determinadas imagens urbanas.

Metodologia

A pesquisa utiliza como fonte os jornais impressos de Rolim de Moura, encontrados no Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense, pertencente à UNIR, campus Rolim de Moura.

Considerando que o historiador desempenha um papel fundamental na tessitura e narração do passado e reconhecendo que a história não é uma busca por uma verdade absoluta, mas sim uma construção complexa (ALBUQUERQUE JUNIOR, 20019, p. 37), o estudo tem foco na análise crítica dos conteúdos relacionados à intensificação do processo urbano, bem como nas visões da cidade que eram (re)construídas diariamente pelos jornais. Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1985, p. 199) argumenta que as representações urbanas não são meras expressões psicológicas, mas elementos essenciais na prática social, carregando valores, aspirações e critérios de inteligibilidade.

É fundamental considerar que os jornais de Rolim de Moura não eram veículos de informação neutros, mas sim produtos de projetos coletivos e individuais com objetivos políticos e ideológicos. O enfoque metodológico leva em consideração a linha editorial dos jornais, as perspectivas dos colaboradores e as diferentes percepções da cidade durante o período de estudo.

Resultados alcançados

Até o momento, foi realizado o levantamento e análise de diversos jornais impressos de Rolim de Moura, totalizando aproximadamente 276 exemplares. Os resultados iniciais indicam que os jornais não apenas representavam a cidade, mas também atuavam de forma ativa na (re)construção da identidade e das imagens urbanas.

A pesquisadora Sandra Jatahy Pesovento destaca a importância das cidades como locais de interações humanas, produtoras de sensibilidades e percepções da realidade, enfatizando a complexidade das experiências urbanas. Para ela, “o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não

cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos”. (2007, p. 11). Os materiais analisados apresentam uma cidade repleta de contradições e experiências conflitantes, com problemas relacionados à infraestrutura, serviços básicos e exploração predatória da floresta.

Conclusões provisórias

Com base nos resultados iniciais, pode-se concluir que o processo de urbanização de Rolim de Moura foi retratado nos jornais como uma experiência complexa, marcada por contradições e desafios. A imprensa desempenhou um papel fundamental na construção das imagens da cidade, projetando-a ora como um centro de progresso, ora como um local com problemas insolúveis. A pesquisa busca explorar o processo de urbanização de Rolim de Moura e também revela a importância da imprensa na (re)construção da identidade da cidade e na reflexão sobre as mudanças urbanas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História, a arte de inventar o passado** – ensaios de teoria da história. Curitiba: Appris, 2019.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: EDUA, 2006.

JATAHY PESOVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 7-23, 2007.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade versus a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 5, n° 8/9, 1985.



AS CONTROVÉRSIAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO TAPAJÓS

Karen Crystina Santos de Paula¹

Ivanilce Silva dos Santos²

Introdução

A Amazônia, a partir da década de 1960, passou por um processo de “integração” econômica ao resto do país, patrocinado pelo Estado Brasileiro, cujo objetivo é o aproveitamento de recursos naturais presentes na floresta amazônica, através de uma série de incentivos econômicos e fiscais como a obtenção de terras e subsídios. Os benefícios da apropriação teriam como objetivo o “progresso” do Brasil e o fim do isolamento da região amazônica (LOUREIRO, 1994, p. 65). Esse processo de “integração” da Amazônia ao Brasil está relacionado a questões relativas ao mercado mundial e configurou-se em consequência da crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. Nesse período, a Amazônia ainda era uma fronteira a ser redefinida no capitalismo. Assim, o governo brasileiro assumiu como objetivo criar uma estrutura que possibilitasse a ocupação do extenso território e a exploração dos recursos naturais da Amazônia.

Para manter e ampliar o desenvolvimento industrial e reduzir sua dependência frente a outros países, foi estabelecido um amplo sistema onde o governo brasileiro, em conjunto com grandes firmas e bancos internacionais, iniciaram uma políti-

1. Discente do curso Técnico em Administração do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas.

2. Mestre em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina, Professora EBTT do Instituto Federal do Amazonas.

ca que aliou grandes investimentos em infraestrutura para a região com incentivos fiscais às indústrias internacionais. Um emblema dessa política foi a criação, na época, da Zona Franca de Manaus, em 1967. Havia também uma preocupação do Estado Brasileiro com a ocupação efetiva do espaço da região. Essa preocupação fazia parte da doutrina de segurança nacional da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e tinha como eixo a necessidade de controle político, social e militar. Para pôr em prática essa ocupação da Amazônia nos anos 1960/1970 foi utilizado uma estratégia de controle técnico-político.

Foram pensados mecanismos que facilitassem o desenvolvimento industrial e o controle social da região. Dessa forma, ocorreu a “implantação de redes de integração espacial”, como as redes rodoviárias (construção de grandes eixos viários): a rodovia Transamazônica, que levava a outras regiões do país; a Cuiabá-Santarém, que interliga a Amazônia internamente. Foram implantadas ainda redes de telecomunicações envolvendo tecnologias de informação, com destaque para a telefonia e a televisão, que “difundiam valores modernos” (LOUREIRO, 1994, p. 25), através da Telebrás, que atuou a partir da década de 1970; agências administrativas como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), o BASA (Banco da Amazônia), além de núcleos de povoamento ao longo das rodovias recém-abertas; redes hidrelétricas (Balbina e Tucuruí) que foram fundamentais para a implantação de indústrias estrangeiras, grandes projetos de mineração, etc.

As grandes obras implementadas na região foram grosso modo, instaladas de forma truculenta e sem consulta aos diversos povos que aqui vivem como pescadores, coletores de castanha, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros. Além de se intensificarem os problemas socioambientais como: o aumento de desmatamento, o garimpo, a grilagem de terras, a violência, a pistolagem, o extermínio de povos nativos, a poluição de rios, dentre outros.

Assim, os estudos sobre a viabilidade de se implantar hidrelétricas na bacia do tapajós tornaram-se comuns, diante da grande aceleração e construção de barragens hidrelétricas no Brasil, especialmente no período mais recente dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), em virtude disso, esta pesquisa trata dos projetos de construção de hidrelétricas na Bacia hidrográfica do Tapajós, que se estende entre os estados do Pará, Amazonas

e Mato Grosso, na qual o rio principal é o Tapajós e tem como afluentes os rios Teles Pires, Juruena e Jamanxim.

Objetivos

Desenvolver uma síntese histórica sobre os projetos de construção de hidrelétricas na bacia do tapajós que contemple a dimensão histórica, ecológica e conjuntural.

Metodologia

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa “Os processos de construção de hidrelétricas na bacia hidrográfica do Tapajós: conflitos e interesses” financiado pelo edital nº 006/2022/PADCIT/PR-PPGI/IFAM. Nesse sentido, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, fazendo-se uso do método historiográfico que permite conhecermos as rupturas, permanências e transformações das ações humanas ao longo do tempo, para isso optou-se pela interdisciplinaridade, isto é, trabalhou-se com obras de historiadores, geógrafos, antropólogos e cientistas sociais.

Resultados Alcançados

Constatou-se, que de modo geral os empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Tapajós implicam grandes impactos socioambientais, inclusive danos a terras indígenas e unidades de conservação, especialmente a Usina de Teles Pires, na fronteira entre os estados do Pará e Mato Grosso, entre os municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT), notou-se impactos sobre a alimentação, isto é, danos às atividades pesqueiras e também ocorreu perda de locais sagrados associados às cachoeiras. As organizações ambientais, associações indígenas da etnia MUNDURUKU, o Ministério Público Federal tem denunciado constantemente o atropelo nas ações que envolveram os processos de licenciamento das barragens de São Manuel, Sinop, Colider (FEARNSIDE, 2016, p. 85), bem como a ausência de consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas.

Conclusões

Observou-se que a bacia do Tapajós é uma região que está vulnerável a tensões e conflitos relacionados a posse da terra, a exploração dos recursos naturais e práticas de crimes

ambientais. Portanto, é urgente que se busquem um equilíbrio entre as relações entre o meio ambiente e os seres humanos. Ampliem-se as discussões sobre outras fontes de energia (como a solar e a eólica), combata-se o afrouxamento do regramento ambiental, aumente a fiscalização para que tenhamos chances de preservar a nossa pluralidade cultural e biodiversidade.

Referências

LOUREIRO, João de Jesus. **A cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2021.

FEARNSIDE, Philip M. Os planos para usinas hidrelétricas e hidrovias na bacia do tapajós. In: ALARKON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Maurício (Orgs.). **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós**. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.



ALUÍZIO PINHEIRO FERREIRA E SUA ATUAÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ NA DÉCADA DE 1940

*José Carlos Dantas De Souza Cruz¹
Alexandre Pacheco²*

Introdução

A região que hoje compreende o estado de Rondônia foi o grande motivador para esta presente pesquisa, sendo que a mesma foi desenvolvida como trabalho de conclusão de curso no ano de 2022. Aluízio Pinheiro Ferreira surge ao longo dos anos de 1940 como figura central para o desenvolvimento buscado pelo presidente Getúlio Vargas para a região amazônica, sendo que sua atuação como diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e como governador do Território Federal do Guaporé foram fundamentais para a consolidação da região. O estudo de Aluízio Pinheiro Ferreira como uma figura importante na consolidação do Território Federal do Guaporé permitiu compreender como ele soube aproveitar as oportunidades que a região lhe proporcionou e sua contribuição para o desenvolvimento da Amazônia.

Objetivos

Analisar a trajetória de Aluízio Pinheiro Ferreira na consolidação do Território Federal do Guaporé durante a década de 1940, utilizando como fontes de pesquisa os jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A Noite*, todos pertencentes a imprensa carioca. Além disso, o estudo buscou compreender

1. Licenciatura em História Pela Universidade Federal de Rondônia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM).

2. Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

como as representações históricas presentes nos jornais contribuíram para a construção da imagem de Aluízio Pinheiro Ferreira como um líder político importante para os planos do Estado Novo e para o desenvolvimento da região amazônica. O trabalho também teve como objetivo destacar a importância dos jornais como fonte de pesquisa para o historiador, pois eles são ferramentas indispensáveis para a compreensão do passado dentro de sua própria perspectiva temporal.

Metodologia

A presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de leitura de livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos que abordam a temática da atuação de Aluízio Pinheiro Ferreira na região amazônica. Já a pesquisa documental foi realizada a partir da análise dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A Noite*, que foram utilizados como fontes primárias para a pesquisa. A análise dos jornais foi realizada a partir do método de análise de conteúdo, que permite identificar as representações históricas presentes nos textos e compreender como elas contribuíram para a construção da imagem de Aluízio Pinheiro como um líder político de grande relevância para a região amazônica. Nesse sentido, foi utilizado o conceito de representação do historiador francês Roger Chartier como fundamentação teórica para a análise das representações históricas presentes nos jornais.

Resultados alcançados

Segundo Teixeira e Fonseca (2001) a estatização da Estrada de Ferro Madeira Mamoré teve a atuação direta do então Major Aluízio Ferreira, este fato acabou o credenciando a ser a figura do governo central na região. Sua atuação como diretor da EFMM não passou despercebida, sendo bem retratada pelos jornais a época, como veremos a seguir um trecho retirado do jornal *A Noite*.

O major Aluízio Ferreira, assumindo a direção da estrada, imprimiu-lhe um ritmo completamente novo. Em vez de ser fonte de lucros, a via-férrea passou a ser um traço de união entre o Brasil e a Bolívia, pois as mercadorias que transitam no seu leito gozam de regalias especiais, dadas aos produtos nacionais. (PORTO, 1940, p. 2)

Aluizio Ferreira buscou a frente da EFMM ampliar sua atuação dentro da cidade de Porto Velho, neste sentido podemos reconstruir através da imprensa sua atuação vigorosa no desenvolvimento regional. Para tanto podemos verificar que as representações acerca do trabalho desenvolvido por Aluizio Ferreira no desenvolvimento da cidade de Porto Velho atendia a critérios estabelecidos pelo então Estado Novo, sendo que: “O povoamento e a exploração das áreas desocupadas foram o eixo central da política de integração. (...) A valorização dos aspectos locais e regionais visava a unidade nacional” (OLIVEIRA, 2008, p. 19). Esse aspecto pode ser mais uma vez analisado a partir de reportagem publicada no jornal A Noite intitulada de O Exército no reerguimento da Amazônia.

Aluizio é o batalhador infatigável na região da Madeira-Mamoré, nome acatadíssimo na zona que a si deve todo seu ressurgimento. Sua ação continuada, visando sempre o desenvolvimento da região, trouxe, em consequência, tornar-se Porto Velho a mais promissora de todas as aglomerações da bacia amazônica. Seu exemplo por isso mesmo tem sido seguido por todos os companheiros de farda que, nesse desconhecido rincão de nossa Pátria, desempenham, com igual ardor, as nobres missões de comandante de tropa, de sertanistas e de colonizadores. (O EXÉRCITO..., 1943, p. 6)

Outro lado muito bem construído pela imprensa nacional foi a atuação de Aluizio Ferreira a frente da administração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, nesse sentido seu empenho em deixá-la em plenas condições de uso seguiu em grande medida aos anseios internacionais, tendo em vista que o mundo estava mergulhado na Segunda Guerra Mundial, com todo esse cenário o governo Vargas buscou retomar a produção da borracha nos seringais amazônicos enfatizando sua importância e urgência, criou-se uma batalha interna a “Batalha da Borracha”.

(...) a “Batalha da Borracha”. Organizada como uma campanha nacional, ela foi o resultado de uma série de acordos firmados com os Estados Unidos (os acordos de Washington) que objetivaram aumentar a produção de matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra. (GUILLEN, 1997, p. 95)

Com sua atuação contundente a frente da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e da administração da cidade de Porto Ve-

lho, o então major Aluízio Pinheiro Ferreira, quando da criação do Território Federal do Guaporé, foi nomeado como seu primeiro governador, sendo que: “Em 1943, através do Decreto-Lei 5.812 de 13 de setembro, foi criado o Território Federal do Guaporé. Compunha-se de partes desmembradas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 162).

Já empossado como primeiro governador do Território Federal do Guaporé e com a Batalha da Borracha em andamento coube a Aluízio Ferreira arregimentar e acima de tudo aumentar a produção da borracha no território, neste sentido o jornal *Correio da Manhã* publicou no dia 19 de outubro de 1944 um telegrama de Aluízio ao então presidente Getúlio Vargas. Neste telegrama Aluízio relata sua incursão aos seringais do novo território e as medidas desenvolvidas para o aumento da produção da borracha para o esforço de guerra.

O presidente da república recebeu o seguinte telegrama:

“Porto Velho, Território Federal do Guaporé – Tenho a honra de comunicar a v. ex. que reassumi, hoje, o exercício do cargo de governador. Em meu regresso desembarquei no Forte Príncipe Beira, descendo em pequenas embarcações, os rios Guaporé e Mamoré. É-me grato assegurar a v. ex., congratulando-me com o facto, que conforme verifiquei nessa inspeção em virtude das medidas, tomadas em tempo, a produção da borracha neste território será, no corrente ano, sensivelmente superior a do ano passado. Respeitosas saudações (a) Aluízio Ferreira, governador do Território Federal do Guaporé”.

(REASSUMIU, 1944, p. 2)

Conclusões

Aluízio Pinheiro foi uma figura importante para a consolidação do Território Federal do Guaporé, atuando fortemente para sua recuperação econômica, buscando também desenvolver a cidade de Porto Velho. Aluízio soube muito bem capitanear para sua imagem as oportunidades que a região lhe proporcionou, neste sentido, Aluízio ainda seria o primeiro governador do Território Federal do Guaporé e Deputado Federal pelo estado de Rondônia. Todos os aspectos levantados na presente pesquisa foram frutos da atuação do então Estado Novo, tendo Getúlio Vargas como líder, com isso Aluízio foi

um mecanismo fundamental para a execução integracionista empreendida pelo governo central. Vale destacar que a análise da trajetória de Aluizio Pinheiro na consolidação do Território Federal do Guaporé durante a década de 1940 é de grande importância para a compreensão do desenvolvimento da região amazônica e da política brasileira da época. Assim pesquisas futuras possam expandir a análise para outras fontes primárias e incluir outras perspectivas teóricas para uma compreensão mais completa do papel de Aluizio Pinheiro Ferreira na história da região amazônica e do Brasil.

Referências

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 95-102, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

O EXÉRCITO no reerguimento da Amazônia. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 6, 27 jun. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 10 de março de 2022.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 12, p. 13-21, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

PORTO VELHO, cidade que nasceu de um milagre. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 03 de agosto de 2021.

REASSUMIU o governador de Guaporé. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro. p. 2, out. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho, Rondônia, 2003.



GEMPAC: UMA EXPERIÊNCIA DE RESGATE DA HISTÓRIA DAS MULHERES PROSTITUTAS DO PARÁ

Julio Cesar Abreu de Paula¹

Izabelle Rego Oliveira²

Adriana Modesto Coimbra³

Introdução

O projeto “As Mulheres Tecedoras de Memória e Guardiãs do Patrimônio da cidade de Belém e do Bairro da Campina”, que foi coordenado pelo prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Junior e pela profa. Ma. Adriana Modesto Coimbra, teve como objetivo resgatar a memória coletiva acerca da fundação do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), fundado em 1990 pela ativista feminista Lourdes Barreto, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, e que vislumbrou a superação de preconceitos, a redução da discriminação e a valorização feminina das trabalhadoras sexuais da Região Metropolitana de Belém, promovendo e colaborando com ações dentro do território nacional brasileiro e no exterior para combater e propor medidas eficazes no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e no tráfico de pessoas, além de dialogar com setores políticos públicos e privados para a promoção de cidadania e garantia de direitos trabalhistas para as mulheres (prostitutas e não prostitutas) do Estado do Pará e do Brasil. Nesse sentido, esse coletivo se destacou, entre as ruas de Belém, devido aos seus projetos, como Zona de Direitos, Esquina da Noite e Atelier da Vida. Importante ressaltar que até o início da pandemia da COVID-19, esse movimento social promoveu um evento muito importante não só para as “mulhe-

1. Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará.

2. Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará.

3. Doutoranda e Mestre em História pela Universidade Federal do Pará.

res da vida”, mas também para o movimento LGBT em geral, chamado de “Putadei” que constava com diversas gincanas e inúmeros diálogos sobre saúde, educação, entre outros assuntos. Por meio da atividade de organização e seleção do acervo do GEMPAC, criação de arranjos documentais, higienização do material de origem fotográfica, organizacional e financeira da instituição foi possível preservar a memória de luta e resistência de uma parcela significativa e comumente marginalizada da história da capital do Pará: as trabalhadoras do sexo.

Objetivos

Este trabalho possui o objetivo principal de apresentar, por meio das experiências obtidas durante o estágio, o dia a dia dos bolsistas, os métodos que utilizamos para realizar o processo de conservação documental, os diálogos que tivemos com os integrantes do movimento, sobretudo com a Fafá, com a Cinderela e com a Vitória que foram pessoas que estiveram próximas aos bolsistas durante todo o encaminhamento do projeto que foi realizado, por muito tempo, dentro da sede do GEMPAC, antes de irmos para o Centro de Memória da Amazônia. É válido ressaltar que elas tiveram papel fundamental no projeto, pois puderam nos auxiliar com certas atividades, retirando dúvidas acerca da documentação, expondo as suas vivências, compartilhando informações sobre os projetos que elas participaram. Além disso, a participação da fundadora, a Lourdes Barreto, também contribuiu bastante para que esse projeto fosse realizado. Sendo assim, pretendemos, de maneira geral, expor nossa experiência enquanto bolsistas do projeto que cuidava do acervo do GEMPAC.

Metodologia

Ao longo do período de seis meses de execução efetiva do projeto - posterior ao período da parte teórica de realização das funções, externas ao período de treinamento e manejo de um acervo -, foi preciso, à priori, identificar o tamanho do acervo e as suas necessidades para que fosse definido quais práticas de conservação nós iríamos praticar. Nesse sentido, juntamos os documentos e organizamos em cerca de 70 caixas de documentos que estavam, de certa maneira, preservados, sem nenhuma incidência de fungos e/ou bactérias e separamos cerca de 6 caixas que continham fungos ou bactérias. Com as caixas preservadas, nós realizamos uma limpeza através de um pincel, para retirar a poeira e as demais sujeiras, extraindo os cliques e grampos, com

o intuito de impedir o avanço da ferrugem sobre o documento. Com relação aos documentos que estavam mofados, nós efetuamos uma limpeza com álcool e os separamos com diversas folhas sem pauta, com o intuito de absorver a quantidade excessiva do líquido e concretizar a extinção desses fungos.

Resultados alcançados

Durante as atividades referentes à conservação e restauro do acervo pertencente ao Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará, foi possível organizar, restaurar, e higienizar uma quantidade considerável de documentos que contam a história da fundação do GEMPAC e das suas atividades realizadas até o período de 1990 até 2021. Além disso, as atividades de cunho teórico e as experiências compartilhadas entre as integrantes da instituição (Fafá, Eunice - também conhecida como “Cinde-rela” - Vitória e a fundadora do GEMPAC, Lourdes Barreto) durante todo o estágio foram essenciais para a formação cidadã dos bolsistas que se dedicavam à preservação da(s) história(s) das mulheres prostitutas paraenses.

Por fim, a organização do acervo e disponibilização para consulta pública foi parte essencial do trabalho realizado pelos bolsistas do projeto para traçar caminhos para a solução de uma problemática pertinente na historiografia da capital do Pará: a invisibilização das mulheres prostitutas enquanto guardiães da memória sobre a área da Campina e a sua trajetória de luta por direitos humanos e resistência em todo o Pará e no Brasil. Essa temática pode ser analisada a partir dos estudos de Michelle Perrot (1991) e Mary Del Priore (2002), em suas obras “Histórias das mulheres no Ocidente” e “História das mulheres no Brasil”, onde as autoras debateram as estruturas sociais que estão presentes na construção do ser mulher ao longo da história, e com isso, perceber o caminho traçado pela organização em torno das ações que promoveram a dignidade de milhares de trabalhadoras do sexo, crianças e adolescentes, a comunidade LGBTQ+ e de mulheres paraenses na valorização da figura da mulher e da trabalhadora do sexo e de políticas públicas voltadas para a efetivação da cidadania dos sujeitos citados anteriormente.

Conclusões

Pode-se concluir, portanto, que o projeto conseguiu seu objetivo de preservar a memória das mulheres que, por tanto

tempo, lutaram em prol não só dos direitos das mulheres, sobretudo das mulheres marginalizadas pela sociedade por causa do seu ofício, mas também dos direitos da comunidade LGBTQIAP+, oferecendo conhecimento, educação, atuando fortemente na distribuição de preservativos não só na capital do Pará, mas na região norte e nordeste. Por fim, mais que cuidar da documentação dessas mulheres, esse projeto ousa cuidar e evidenciá-las, pois, uma vez que é possível ter acesso a esse acervo, a memória delas continuará viva e toda a sua caminhada de lutas também.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, **Cadernos Pagu** 26, p. 329-365, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol III, IV e V. Lisboa: Afrontamento, 1991.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres, ou, os silêncios da história**. Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. São Paulo, Afrontamento, 1991.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.



PRÁTICAS MORTUÁRIAS E ESTRUTURAS FUNERÁRIAS NO ALTO RIO MADEIRA: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO DAS FONTES HISTÓRICAS, ETNOGRÁFICAS E ARQUEOLÓGICAS

Leandro Guimarães Ribeiro¹

Introdução

Este é um trabalho etnoarqueológico baseado em fontes arqueológicas, históricas e etnográficas sobre as práticas mortuárias e as estruturas funerárias dos grupos indígenas na região do alto rio Madeira, Rondônia. A partir do século XVI, cronistas e, posteriormente, etnógrafos, mencionaram práticas mortuárias em várias áreas do Brasil, dentre elas a região estudada. Embora existam muitas fontes sobre os grupos indígenas da região, as mesmas ainda não foram sistematizadas em termos etnoarqueológicos, com o objetivo de ampliar e regionalizar as referências históricas e etnográficas sobre organização social, mudança social e cultura material na região em foco, e para auxiliar a interpretação arqueológica. O estudo proposto estará baseado em questões levantadas a partir da sistematização de dados históricos, etnográficos e arqueológicos, para entender a dinâmica das práticas mortuárias no alto rio Madeira e para avaliar o potencial analógico das fontes históricas e etnográficas para a interpretação arqueológica. Das leituras das fontes históricas e etnográficas, foram auferidas descrições relativas às práticas mortuárias entre sete coletivos indígenas da região, a saber: Tupinambá, Caripuna, Pama, Mura, Pirahã, Wari' e Karitiana. Contextos claramente ou presumivelmente considerados funerários foram verificados nos sítios arqueológicos Ilha Dionísio, Teotônio, Ilha de Santo Antônio, Brejo, Morro dos Macacos I, Coração, Aldeia do Jamil, Ilha do Padre III, Ilha do

1. Universidade Federal de Rondônia.

Mutum II, Ilha do Paredão e Donza. As práticas mortuárias e as estruturas funerárias na região não apenas variam em se tratando de grupos étnicos e culturais, como também são diferentes dentro dos próprios grupos étnicos.

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho será compreender a dinâmica e os significados históricos e culturais das estruturas de sepultamento e das práticas mortuárias no alto rio Madeira, respondendo às seguintes questões principais:

1. Quais são as informações materiais e sócio simbólicas relacionadas às práticas mortuárias que estão descritas nas fontes históricas e etnográficas sobre os povos indígenas no alto rio Madeira?

2. Qual a relação entre essas informações e as estruturas de sepultamento arqueológicas conhecidas para a região?

Procurei informações relacionadas à preparação do corpo, acompanhamento funerário, forma e construção da cova, posição e orientação do cadáver, reutilização das sepulturas, relação entre cemitério e aldeia, e influências de origem europeia, impostas pelo colonialismo e incorporadas pelos grupos indígenas da região (RUIBAL, 2003).

Dito de outra forma buscou-se identificar as semelhanças e as diferenças entre as práticas mortuárias e estruturas de sepultamento arqueológicas e etnográficas, para compreender as similaridades, os padrões e as particularidades materiais e sociais, para teorizar sobre as relações de continuidade e mudança cultural nas práticas mortuárias, e nas identidades étnicas e culturais dos registros arqueológicos regionais.

Metodologia

Em termos metodológicos, as respostas às questões acima formuladas, sobre os significados materiais, sociais, simbólicos e históricos das práticas mortuárias e estruturas de sepultamento no alto rio Madeira, foram buscadas através das seguintes técnicas e práticas de pesquisa:

- Levantamento e revisão bibliográfica das fontes históricas, etnográficas e arqueológicas no alto curso do rio Madeira, em Rondônia;

- Sistematização, por intermédio de fichamento, de todas as informações históricas, etnográficas e arqueológicas sobre estruturas de sepultamento e práticas mortuárias que foram obtidas;
- Comparação dos dados históricos, etnográficos e arqueológicos;
- Avaliação do potencial analógico das fontes históricas e etnográficas para a interpretação arqueológica.

Resultados alcançados

Das leituras das fontes históricas e etnográficas, foram auferidas descrições relativas a sete coletivos indígenas da região, a saber: Tupinambá, Caripuna, Pama, Mura, Pirahã, Wari' e Karitiana.

Contextos claramente ou presumivelmente considerados funerários foram verificados nos sítios arqueológicos Ilha Dionísio, Ilha de Santo Antônio, Brejo, Morro dos Macacos I, Teotônio, Coração, Aldeia do Jamil, Ilha do Padre III, Ilha do Mutum II, Ilha do Paredão e Donza. Tais estruturas funerárias estão associadas ao menos a duas tradições cerâmicas distintas, denominadas Cerâmica Dionísio e Tradição Polícroma da Amazônia. No entanto, há certa variabilidade estilística entre as vasilhas que formam as estruturas funerárias atribuídas à TPA provenientes dos sítios Ilha de Santo Antônio, Brejo, Morro dos Macacos I, Coração, Aldeia do Jamil e Ilha do Padre III, mais semelhantes às estruturas funerárias associadas à Tradição Polícroma em outras partes da Amazônia, e às vasilhas dos sítios Ilha do Mutum II e Ilha do Paredão.

Conclusões

As analogias são importantes para sofisticar as interpretações arqueológicas porque oferecerem exemplos sobre o modo como as coisas foram em relação a determinadas contextos (RUIBAL, 2003, 2006; SILVA, 2009). A crítica etnoarqueológica sugere interpretações mais complexas. É necessário, no mínimo, conhecermos o modo de vida dos índios, e qual o sentido que as sociedades tradicionais dão para as coisas. Do contrário, nossas interpretações sobre os registros arqueológicos indígenas serão subjetivas e baseadas apenas no conhecimento

ocidental, o que contribui para a perpetuação de narrativas neocoloniais, como alerta Ruibal (2006, 2014).

Quanto ao potencial analógico das fontes históricas e etnográficas, elas são capazes de mostrar a dinâmica e, através do pensamento crítico, abrir o leque de possibilidades para a interpretação arqueológica, da mesma forma como evita o etnocentrismo. Este trabalho possui grande potencial analógico, pois os exemplos abordados apresentam informações sobre o modo como os indígenas sepultavam seus mortos, quais eram os acompanhamentos e para que serviam, reflexos sociopolíticos nas práticas mortuárias e estruturas funerárias.

Referências

RUIBAL, Alfredo González. El giro poscolonial: hacia una etnoarqueología crítica. **Etnoarqueología de la Prehistoria: más allá de la arqueología**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – CSIC (Ed.), 2006, p. 41-60. Doi: <http://hdl.handle.net/10261/26672>. Acesso 28 Nov 2018.

RUIBAL, Alfredo González. La muerte. In: _____. **La experiencia del otro: una introducción a la etnoarqueología**. Madrid: Akal Ediciones, 2003, p.149-155.

RUIBAL, Alfredo González. Malos nativos. Una crítica de las arqueologías indígenas y postcoloniales. **Revista de Arqueología**. Especial: VI TAAS, Vol. 27, n.2, 2014, p. 47-63.

SILVA, Fabíola Andréa. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: história e cultura**. Caxias do Sul: v. 8, n. 16, p. 121-139, jul/dez 2009.



RESULTADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI: VERIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA APAE PORTO VELHO

Letícia de Oliveira Eloy¹

Helóisa de Souza Mendes²

Maria Luiza Costa Matos³

Introdução

O presente resumo contempla as atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado VI, no curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Rondônia. Tratou-se em observar e conhecer as dependências da APAE de Porto Velho - Rondônia. Essa instituição reúne pessoas com deficiência e fazem parte de uma população que necessita de uma educação especial garantida na Lei Brasileira de Inclusão/2015. A escolha de obter tal conhecimento no Estágio VI foi com o fim de vivenciar essa experiência diferenciada. Experiência essa que possibilitou conhecer a eficácia das práticas educacionais implementadas, a interação dos alunos com o ambiente escolar e a comunidade, bem como identificar desafios e possibilidades de aprimoramento para promover uma educação inclusiva ainda mais significativa na APAE apresentando as estratégias pedagógicas adotadas para promover a educação inclusiva e seu impacto na qualidade de vida dos alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla. A metodologia adotada para obter maior conhecimento foi a realização de roda de conversa com mães de alunos e também com a diretora da associação, momento de relatos da vivência e realidade que vivenciados por eles.

Objetivos

1. Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia.
2. Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia.
3. Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia.

Compreender a eficácia das práticas educacionais implementadas, a interação dos alunos com o ambiente escolar e a comunidade, bem como identificar desafios e possibilidades de aprimoramento para promover uma educação inclusiva ainda mais significativa na APAE. Para o alcance desse objetivo buscamos mapear as estratégias pedagógicas utilizadas na APAE para atender às necessidades dos alunos com deficiência múltipla; avaliar o nível de interação e socialização dos alunos com deficiência múltipla, os colegas e a comunidade escolar; investigar o impacto da educação inclusiva na qualidade de vida dos alunos, considerando aspectos emocionais, sociais e acadêmicos; identificar os principais desafios enfrentados pela equipe pedagógica no processo de educação inclusiva na APAE em seu cotidiano; analisar a estrutura física e acomodação no desempenho das atividades nas dependências da APAE, verificando possíveis problemas.

Metodologia

A metodologia do trabalho dividiu-se nas seguintes etapas: 1º - Revisão Bibliográfica: Estudo extensivo da literatura acadêmica e documentos relacionados à educação inclusiva, buscando embasamento teórico e referências relevantes para o estudo. 2º - Coleta de Dados: Através da modelagem de roda de conversa, coletar dados junto a direção da APAE e a mãe dos alunos. Além disso, coletamos dados institucionais. 3º - Observação Participativa: observações em sala de aula e em eventos para obter conhecimento e experiências concretas sobre a dinâmica do ambiente educacional e a interação dos alunos. 4º - Análise de Dados: aplicando análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, identificou-se padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas. 5º - Relatório Final: elaboração de um relatório detalhado apresentando os resultados da experiência vivenciada no estágio, incluindo análise de dados, interpretações, conclusões e recomendações para melhorias na educação inclusiva na APAE.

Resultados alcançados

A APAE nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A APAE de Porto Velho, foi fundada em 27/05/1993, atuando nas áreas

as de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência.

Na sede da APAE, conhecemos que há três salas de aula, brinquedoteca, sala de fisioterapia, quadra poliesportiva, direção/coordenação pedagógica e o setor responsável pela administração da APAE. De modo geral, foi possível perceber que existe uma boa estrutura, principalmente no fornecimento de ferramentas/equipamentos para o desenvolvimento de atividades voltadas para fisioterapia.

Entretanto, foi informado pela direção que a APAE ainda carece de profissionais devidamente habilitados para a execução da utilização dos espaços, embora o atendimento exista, há escassez pelo número reduzido de profissionais para tantos alunos, além de que alguns profissionais são voluntários. É necessário enfatizar que a falta de profissionais também é refletida no corpo docente da instituição, sendo de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), de acordo com o testemunho da diretora, é possível notar que não existe prioridade para a APAE, ficando sempre em último plano em relação às escolas regulares. Para ser professor na APAE, o pedagogo precisa ter uma pós-graduação, sendo um motivo maior para o desfalque visto que não são muitos pedagogos que tem especialização específica para área de atuação. Além do mais, o desfalque de profissionais é marcante: há 7 pessoas nos cargos da supervisão e coordenação pedagógica e 3 professores para dois turnos (incluindo a diretora), fazendo com que exista sobrecarga para a diretora.

Segundo o Dicionário de Ensino de História (2019, p. 24), a aprendizagem é “um termo para se referir aos processos de transformação do comportamento e capacidades humanas, que ampliam suas possibilidades de atuação e produção.” Foi constatado que existe maior investimento na área ocupacional do que educacional, mas, no entanto, não há generalização sobre a situação constatada porque existem alunos que conseguem desenvolver atividades pedagógicas, conseqüentemente, têm um melhor desempenho na área educacional, alguns são alfabetizados e outros não. Este cenário realista foi relatado e justificado pelas dificuldades encontradas na educação especial e na precariedade com que é tratada. A carência de profissionais em atuação e sucateamento por parte das instituições públicas contribuem para o avanço lento da educação especial, inclusi-

ve, o investimento de instituições privadas. Tal cenário justifica ainda a APAE se manter ativa.

Em conversa com as mães, as mesmas informaram que sofreram dificuldades em integrar seu filho no ensino regular, onde não receberam a devida atenção e suporte que os filhos necessitavam, julgam que a APAE é uma instituição valorosa que necessita de reparos, mas que garante qualidade de vida e auxílio para seus filhos, apoio este não encontrado em escolas regulares. As mães de fato são extremamente agradecidas a APAE e entendem sua importância no meio social na cidade de Porto Velho.

Conclusões

O Estágio Supervisionado VI permitiu assistir às aulas em uma sala de aula de educação especial, observar a relação professor-aluno, ver as diferenças de um ensino regular com a educação especial, avaliar as aulas dos docentes e a estrutura do local, nos fazendo ver com outros olhos de uma educação que precisa ser diferenciada. A APAE Porto Velho ainda peca muito no quesito educação, servindo mais para um local que as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla fiquem. Ela continua, no quesito de alfabetização, apenas com alunos que ainda conseguiram ou conseguem aprender (com dificuldade segundo a diretora).

Uma sugestão do que poderia ser feito em relação a falta de docentes era que a APAE Porto Velho, junto com outras instituições de educação especial da cidade, requisitarem parceria com o curso de Pedagogia da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) para que trouxessem professores especializados e ministrarem cursos de pós-graduação em Educação Especial.

Referências

APAE. APAE BRASIL, [entre 2004 e 2016]. **Quem Somos**. Disponível em: <http://apaebrazil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em: 10 out. 2023

BRAZ, Laura Gonzales; ABREU, Caroline Teixeira de A **Contribuição da APAE na Educação Inclusiva da Pessoa com Deficiência**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 22-0. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/216616>. Acesso em: 10 out. 2023.

DE MORAES FERREIRA, Marieta; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Ed.). **Dicionário de Ensino de História**. FGV Editora, 2019. Acesso em: 10 out. 2023

Educação Inclusiva: Conheça o Histórico da Legislação Sobre Inclusão. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 10 out. 2023.



PATRIMÔNIO E AULA DE HISTÓRIA: DESENVOLVENDO PROJETOS DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL A PARTIR DE FOTOGRAFIAS

*Brenda Von Kopecz¹
Lucas Alves da Cruz²*

Introdução

Este resumo apresenta o trabalho realizado na disciplina de Estágio IV do curso de História da Universidade Federal de Rondônia, em que elaboramos e executamos um projeto de intervenção envolvendo História e fotografia sob a supervisão dos professores orientadores Rogério Sávio Link e Alexandre Pacheco. O projeto foi pensado para desenvolver noções de patrimônio da cidade de Porto Velho com os alunos da Rede Estadual, nas escolas Getúlio Vargas e João Bento da Costa. Além de imagens escolhidas por nós, também utilizamos fotografia enviadas pelos próprios estudantes. Dessa forma, refletimos a respeito da importância da Educação Patrimonial através da perspectiva obtida com a conclusão do projeto de intervenção aplicado.

Objetivos

A atividade teve como objeto principal discutir os conceitos de patrimônio a partir de fotografias. Para isso, propomos: Selecionar fotografias históricas do município de Porto Velho para realizar um estudo sobre o patrimônio histórico; Ofertar uma oficina para trabalhar com alunos no ensino fundamental o conceito de patrimônio histórico a partir das fotos selecionadas; Incentivar os alunos a redigirem um pequeno texto sobre fotografias familiares que dialoguem com o patrimônio históri-

1. Graduanda em História pela Universidade Federal de Rondônia.

2. Graduando em História pela Universidade Federal de Rondônia.

co; Realizar uma exposição a partir dos textos produzidos pelos alunos e das fotografias familiares dos alunos.

Metodologia

O projeto de intervenção teve como foco essencial, em um primeiro momento, pensar a história da cidade de e da região a partir de diferentes monumentos, usando como base o trabalho do medievalista francês Jacques Le Goff, com concepção de documento monumento, a fim de historicizar a cidade de Porto Velho para os alunos por meio de elementos da cidade que eles vêem diariamente, mas desconhecem seus sentidos de produção enquanto objetos que marcam a formação e o desenvolvimento da cidade.

Partindo de uma perspectiva ampliada dos patrimônios, tanto material, imaterial e cultural, que evidenciam traços importantes da cultura e da história da região, levavam fotografias que capturam esses abjetos, que estão ligados a cultura da cidade e região como uma forma de pensar a história da cidade a contrapelo, não considerando única e exclusivamente os monumentos que marcam o processo de colonização da região.

Em um segundo momento, pedimos para os alunos pensarem em monumentos da cidade que eles acham importantes, que merecem ser conservados, pensando o que Le Goff chamou de monumentalização dos objetos. Nesse sentido, o objetivo geral do projeto estava centrado na percepção dos alunos a respeito do espaço da cidade, bem como eles se identificam com esses espaços, considerando o que eles consideram como documentos/monumentos da cidade e expressasse essa identificação através de suas fotografias.

Nosso grupo foi composto por 6 integrantes que estão em diferentes períodos do curso de História são esses: Alana Beatriz Venceslau, Barbara Stefanne Santos, Brenda Von Kopecz, David Rocha Gonzaga, Lucas Alves Cruz e Luciano Ramon Reis, que elaboraram em grupo o projeto intitulado *Patrimônio e Memória nas escolas: A fotografia como instrumento didático*. Nos objetivos específicos, os alunos selecionaram fotos da cidade relacionando aos conceitos de patrimônio aprendidos com a oficina e realizando com o auxílio dos acadêmicos um varal de fotografias para a exposição.

Dessa forma, a metodologia utilizada para executar o projeto foi dividida entre rodas de conversa, aulas expositivas

com auxílio de projetor de imagem e elaboração de material para exposição. O primeiro encontro, em que ocorreu a roda de conversa e o primeiro contato com os alunos procedeu com algumas dificuldades como nervosismo de membros do grupo, durante a roda pudemos perceber as noções sobre patrimônios e monumentos vindo dos alunos. No segundo momento, as aulas ocorreram com poucas interações em algumas turmas, zero interações em outras, exceto uma, que colaborou bastante conosco, a única que fizemos a dinâmica de pedir para que eles se apresentassem e dissessem de onde eram, o que foi divertido, em todas contamos com o auxílio e incentivo da professora Antônia na escola João Bento.

Desde o início dos encontros, havíamos solicitado aos alunos que enviassem fotografias para nós através da plataforma WhatsApp para que pudéssemos elaborar a exposição de imagens no final do projeto, o último momento foi a exposição das fotografias em cartazes e murais. Procuramos durante as aulas expositivas e as rodas de conversa fazer provocações críticas sobre a questão monumental da cidade de Porto Velho, trabalhar conceitos além da concepção de patrimônio material e oficial, buscando estimular reflexões que abrangessem patrimônios populares da cidade e que os movessem como habitantes de Porto Velho e região.

Resultados alcançados

O projeto foi executado levando em consideração dificuldades que ocorreram como atrasos e imprevistos no cronograma. Conseguimos realizar debates e aulas, apesar da pouca interação dos alunos na maioria das salas, quando feitas perguntas por membros do grupo aos alunos, notamos a dificuldade dos alunos em destacar patrimônios não oficiais e imateriais. No momento da exposição, observou-se nos estudantes relutância em enviar fotografias para a colaboração com o projeto apesar do incentivo das professoras das Nefy Magali e Antônia da Silva, respectivamente das escolas Getúlio Vargas e João Bento que nos acompanharam, cedendo seus horários de aula para o projeto. Com isso, realizamos a exposição com algumas poucas fotografias, finalizando a atividade na escola João Bento, sobre a escola Getúlio Vargas passamos por intercorrências, a qual mencionamos que nos atrasou no calendário e não pode ter sido realizado a tempo para a escrita deste resumo.

Conclusões

Como consideração final, podemos concluir que o estágio trouxe muito aprendizado tanto na elaboração do projeto quanto na parte prática de execução. A adaptação pela qual passamos para o desenvolvimento desse estágio, notamos como pode ser dificultoso certos processos práticos didáticos que durante a elaboração do projeto nos pareceram tão simples. Percebemos nesse projeto a importância da educação patrimonial para os alunos como via para desenvolver noções de pertencimento a cidade, conhecimento de sua própria história local.

Compreendendo os sentidos de produção desses monumentos icônicos, como por exemplo, as ruínas das ferrovias madeira Mamoré, ou a Três Caixas d'Água, que representavam o progresso capital para a Região Amazônica. Apresentando também monumentos da cidade que representam não necessariamente apenas a administração da ferrovia, mas também os sujeitos sociais que estavam no entorno do pátio, como o histórico Cemitério dos Inocentes.

Ou mesmo apresentando elementos da cultura imaterial e elemento da natureza exuberante da região, como a Castanheira histórica que fica atrás do Estádio Aluizio Ferreira, o apresentando o próprio Rio Madeira um lugar monumental, que carregam consigo muitas histórias. Considerando também a mandioca com um documento monumento da região, por ser hoje base alimentar em muitas regiões ao redor do mundo, foi domesticado para o consumo humano a milhares de anos atrás pelos povos originários que habitavam as margens do Madeira.

Nesse sentido o trabalho tinha como compromisso apresentar a cidade de Porto Velho a partir de uma nova ótica, que historicizar seus objetos e questionar seus sentidos de produção, a fim de criar uma consciência histórica crítica nos alunos que participaram do projeto.

Referências

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?:** Guia Prático Para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento.** G. Einaudi, 1978.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. Brasiliense, 2017.

STEPHANOU, Luis; MÜLLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Guia para elaboração de projetos sociais**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.



ENTRE CUTUBAS E PELES CURTA: PODER E CONFLITO ENTRE AS ÉLITES NO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ (1943-1964)

Luís Henrique Araújo de Oliveira Leite¹

Introdução

No recém-criado Território Federal do Guaporé, cujos colégios eleitorais se restringiam a Porto Velho e Guajará-Mirim, as disputas pelo poder político e, pelo controle do aparato administrativo e burocrático estatal, por meio da ocupação de cargos e funções públicas, dividiu a elite local. Uns se posicionaram ao lado de Aluizio Ferreira e outros foram partidários de Joaquim Vicente Rondon. Com o tempo, outros sujeitos foram envolvidos na disputa e, conseqüentemente, as diferenças e conflitos no meio político alcançou com maior intensidade as camadas mais populares da sociedade, polarizando o conjunto da população entre cutubas e peles-curta. Destacamos o início com a posse de Aluizio Ferreira como primeiro governador do Território, em 1943, se encerrando após o golpe civil-militar de 1964, com o aumento da perseguição a movimentos políticos e sociais regionalizados. Os jornais da época, sobretudo, o Alto Madeira e o Guaporé, registraram esse período e a trajetória dos agentes sociais envolvidos na disputa pelo poder local. Contudo, fontes do judiciário, (processos criminais, queixas crimes, inquéritos) de caráter inédito, irão compor neste trabalho, junto com os jornais, o conjunto de fontes a serem utilizadas para analisar a complexidade desse momento histórico regional marcado pelos conflitos entre diferentes membros da elite local.

1. Licenciado em História. Professor da rede pública.

Objetivos

Analisar os conflitos pelo poder político no Território Federal do Guaporé e pelo controle do aparato administrativo e burocrático estatal, que dividiu a elite local e a população entre partidários de Aluízio Ferreira e de Joaquim Vicente Rondon, respectivamente, cutuba e pele-curta.

1. Discutir a intensa luta entre a elite política local, dividida em correligionários de Aluízio Ferreira, “cutuba”, e de Joaquim Vicente Rondon, “pele curta”;
2. Descrever a disputa pelo controle do aparato burocrático e administrativo estatal, por meio da ocupação de cargos e funções públicas, através das alterações no cenário político;
3. Investigar a utilização da imprensa como mecanismo de poder e mobilização social, tanto por cutubas quanto peles-curta;
4. Mapear os casos judiciais que envolviam figuras públicas do período e relacionar com os conflitos e disputas eleitorais;
5. Debater o último grande conflito entre cutubas e peles-curta, conhecido como “caçambada cutuba” ou “crime da caçamba”.

Metodologia

O corpo documental da presente proposta de pesquisa é composto por dois tipos de fontes: os jornais e os processos judiciais. Demais fontes auxiliares serão utilizadas de forma complementar, sobretudo, relatórios de governo e livros publicados por atores sociais ligados ao objeto de pesquisa. De tal modo, a análise conjunta de fontes de diferentes matizes possibilitará seguir os rastros dos indivíduos que compunham a elite local (políticos, comerciantes, seringalistas, militares, funcionários públicos, representantes religiosos etc.) e estavam diretamente relacionados com as disputas pelo poder e controle do aparato administrativo e burocrático do Território Federal do Guaporé/Rondônia.

Os jornais que compõe nossa pesquisa são O Guaporé e o Alto Madeira, cuja parte do acervo se encontra digitalizado e disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Do

período que compreende nossa pesquisa estão disponíveis, do Alto Madeira, as edições dos anos de 1943 a 1955. Existe um hiato que abarca os anos entre 1955 e 1965, não havendo publicações digitalizadas. Contudo, já verificamos a existência desse material no acervo do Museu Palácio da Memória Rondoniense. No mesmo lugar temos ainda o material referente ao jornal *O Guaporé*, cujas tiragens começam no ano de 1954 e vão até 1956, ano de alteração nominal do Território que passa a se chamar Território Federal de Rondônia.

Quanto as fontes judiciais, em um primeiro levantamento, estamos falando de quinze (15) processos subdivididos em criminal, queixa, calúnia, injúria, crime eleitoral, cível, reclamação, desaparecimento, representação, difamação e homicídio. Essa documentação abarca o período de 1943 a 1964 e está disponível no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia. É nesse conjunto documental que se encontra dois processos crime e um habeas corpus relacionado ao famoso “crime da caçamba” ou “caçambada cutuba”.

Nossos meios investigativos serão a pesquisa documental, bibliográfica e o estudo de caso (caçambada cutuba). A pesquisa bibliográfica será utilizada para mapeamento do saber teórico, mas também do que foi produzido por ambos os lados da disputa. Será realizado o levantamento dos principais escritores, dos artigos disponíveis em livros, revistas, periódicos, internet e das fontes literárias e de informações que estiverem disponíveis. Desses, podemos mencionar Dante Ribeiro da Fonseca, *Jornal O Guaporé*, *Jornal Alto Madeira*, Valdir Aparcido de Souza, João Paulo Saraiva Leão Viana, entre outros.

Resultados Alcançados

No decorrer da pesquisa alguns dados já foram levantados, assim como parte da bibliografia utilizada para escrita da dissertação, como a disponibilização dos processos judiciais que foram cedidos pelo CCDH (Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia), assim como a pesquisa feita nos exemplares do *Jornal Alto Madeira*, que indicam a constante disputa já na primeira sucessão de governo, em 1946, quando ficou evidente a polarização política entre Joaquim Vicente Rondon e Aluizio Ferreira. Alguns dizem que Aluizio havia indicado Rondon para substituí-lo e que após alcançar o poder seu antigo partidário passou a lhe fazer oposição. Assumidamente varguista, sete dias após a posse de Eurico Gaspar

Dutra, Aluizio foi exonerado do cargo de governador e, logo depois, assumiu Joaquim Vicente Rondon. Em 1947, nove meses após Aluizio Ferreira ter sido eleito para o cargo de deputado, Rondon foi exonerado do posto de governador. Devido a cronologia dos acontecimentos, supomos que essas dissensões internas já ocorriam antes da mudança na chefia do Território e refletiam também os novos ares da política nacional. Esse fato está evidenciado nas páginas do *Jornal Alto Madeira*.

Outro resultado positivo dentro da pesquisa está evidente dentro do processo chamado “Crime da Caçamba” resultado da culminância da briga política entre os Cutubas e Peles Curta, onde um motorista da prefeitura atropelou várias pessoas que faziam parte do comício da oposição e as informações contidas no processo criminal irão compor o 3º capítulo da dissertação com a proposta de esclarecer os fatos a luz das fontes disponíveis e desmistificar a história que foi criada no imaginário popular.

Conclusões

Como conclusão de acordo com o material bibliográfico encontrado até o momento, ficou evidenciado que há uma ruptura entre as lideranças locais no período que ambos estavam no poder da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e como consequência gerou o surgimento de dois grupos específicos chamados de “Cutubas” e “Peles Curta”. A partir das buscas no *Jornal Alto Madeira* ficou claro que o apoio aos Cutubas se deu até o ano de 1955, quando o grupo perde as eleições e funda um *Jornal* chamado de “O Guaporé”, passando a fazer oposição ao *Jornal Alto Madeira*. A partir do Processo Judicial chamado “O crime da caçamba” o mesmo descreve com detalhes todos os acontecimentos que geraram esse crime e suas consequências para o cenário político de Porto Velho, desmistificando a ideia criada pelo imaginário popular que teria sido um crime “mandado” por alguma liderança local.

Referências

A NOITE. **Novos Rumos para o Território Federal do Guaporé**. Periódico, Rio de Janeiro, Ano XLIII 11 jun. 1955 nº 15.032.

BARTH, Fredrik. **Scale and Network in Urban Western Society. Scale and Social Organization**. 1978.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional no Estado de Rondônia. In: SILVA, Fábio Carlos; RAVENA; NÍRVIA (ORGS) **Formação Institucional da Amazônia**. 1º. ed. Belém: Editora do NAEA, 2015.

CHEVALIER, Ramayana. **Fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora Amorin & Cia, 1939.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Aluizio Pinheiro Ferreira e Joaquim Vicente Rondon: a primeira sucessão no governo do Território Federal do Guaporé (1946). **Gente de Opinião**, 2019. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br>. Acesso em: 15 Março 2022.

FONSECA, Dante Ribeiro da; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia - Geopolítica, eleições e mudanças de elites na Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **Micro-história: escalas, indícios e singularidades**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1999.

RIBEIRO DA FONSECA, Dante. Aluizio Pinheiro Ferreira: Maçonaria, Revolução de 30 e a criação do Território Federal do Guaporé. **REHMLAC**, San Pedro, Montes de Oca, v. 11, n. 2, p. 138-159, jun. 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme et al (coords.). Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 7-40, 2006.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia uma memória em disputa**. Unesp. Marília. 2011.

TAVARES, João. Aluizio Pinheiro Ferreira, o homem público, os estudantes e a política. In: **Em memória: Aluizio Pinheiro Ferreira 1897-1997**. Porto Velho: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo de Rondônia, 1997. p. 37-38.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondônia, 2003.



TOMBAMENTO DOS GEOGLIFOS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Deise Lemos Carvalho¹
Rogério Sávio Link²

Introdução

Geoglifos são trincheiras ou valetas escavadas no solo, formando figuras geométricas (círculos, retângulos, losangos, hexágonos, octógonos) e caminhos que os conectam (SCHAAN, 2014). O presente trabalho analisa a possibilidade de tombamento de sítios arqueológicos do tipo *geoglifo* no estado de Rondônia, apontando os meandros dessas ações a partir da análise de dados contidos no Processo n° 01410.000094/2007-32 iniciado em novembro de 2007 pelo Ministério Público Federal. O MPF entendeu que os sítios do tipo *geoglifo* vinham sendo depredados sem que sua proteção efetiva estivesse sendo realizada a partir dos instrumentos legais existentes, indicando o tombamento de alguns sítios como meio de salvaguardá-los. Em 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicitou à arqueóloga Denise Pahl Schaan que descrevesse e analisasse os *geoglifos* dos estados do Acre, Rondônia e Amazonas a serem tombados. Schaan (2014) ressalta em seu relatório que os sítios indicados para tombamento são aqueles que reúnem critérios de excepcionalidade e integridade necessários para comunicar e proporcionar interpretação sobre o período histórico, o lugar, as ações, a ciência e os modos de vida dos povos que representam. A respeito do estado de Rondônia, a arqueóloga reuniu informações sobre quarenta e cinco sítios arqueológicos localizados em sete municípios, classificando-os

1. Graduada em Arqueologia e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia da UNIR.

2. Doutor em História pela UFRGS, Professor do Departamento Acadêmico de História da UNIR,

em três categorias: (a) sítios indicados para tombamento, (b) sítios não indicados para tombamento e (c) sítios descobertos recentemente.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar a possibilidade de tombamento de sítios arqueológicos do tipo geoglifo no estado de Rondônia. Para tanto, propomos uma análise bibliográfica dos principais autores que trabalham com a Arqueologia Amazônica, bem como um levantamento da legislação pertinente ao patrimônio arqueológico, que se aplicam no caso dos geoglifos.

Metodologia

A metodologia de pesquisa proposta aqui é uma análise bibliográfica de pesquisas já consagradas no campo da Arqueologia Amazônica como Schaan (2014), Schaan et al. (2007, 2008, 2010), Ivandra Rampanelli (2016), Thiago Trindade (2015) entre outros. Essa análise aponta as possibilidades de contribuições da arqueologia usada como uma ferramenta para desmitificar e recontar uma história, através das evidências da presença de longa duração das populações indígenas encontradas nos monumentais sítios arqueológicos do tipo geoglifo, criando meios para a valorização dos povos ancestrais e seus descendentes (BRAUDEL, 1990; NEVES, 2012). Por fim, apresenta-se as leis inerentes ao patrimônio arqueológico e a sua salvaguarda.

Resultados alcançados

Os *geoglifos* são conhecidas desde 1910 através dos trabalhos do arqueólogo sueco Erland Nordenskiöld na margem boliviana do rio Guaporé. Com a realização do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica o PRO-NAPABA – que tinha como objetivo estabelecer os padrões de povoamento, as rotas de difusão das antigas populações pré-históricas e as características culturais na região amazônica – a partir de 1977, no estado do Acre, o arqueólogo Ondemar Dias ficou responsável por investigar a materialidade arqueológica. Somente em 2005 as pesquisas sistemáticas ganharam força e a partir disso surgiram as primeiras publicações de novas descobertas, o que levou os pesquisadores a publicarem resultados obtidos em décadas anteriores (SCHAAN *et al.*, 2007, 2010).

No estado de Rondônia, o PRONAPABA nomeou o arqueólogo Eurico Miller para as pesquisas na região. Entre 1977 e 1982, o pesquisador registrou 10 sítios arqueológicos com indícios de estruturas de terra formados por valas, eles se encontram ao longo da calha principal do rio Guaporé entre os rios Méquens e Sotério. Em 2010, quatro novos sítios foram encontrados na região entre os municípios de Rolim de Moura e São Francisco do Guaporé (TRINDADE, 2015, p. 64).

Destaca-se que, segundo os arqueólogos Betty Meggers (1995), Meggers e Clifford Evans (1957) e o antropólogo Julian Haynes Steward (1946), as diferenças ecológicas entre os ambientes de várzea e terra firme apoiavam a interpretação de que os povos de terra firme seriam horticultores de coivara semi-sedentários que nunca desenvolveram complexas instituições sociais ou cultura material elaborada. Mas a existência de inúmeros *geoglifos* construídos por populações pré-colombianas na Amazônia ocidental, indicam uma população expressiva, organizada regionalmente, vivendo por centenas de anos em um habitat que foi uma vez considerado como inadequado para sustentar complexidade social (SCHAAN, *et al.*, 2007). Em oposição as visões dos pesquisadores citados acima, o arqueólogo Donald Lathrap, sugere que:

los humanos se establecieron en la Amazonía y se desarrollaron en la Amazonía Central planteando que allí sería el probable Núcleo de Dispersión de una serie de sociedades agrícolas-ceramistas, cuyo registro arqueológico se distribuye por diferentes zonas de la cuenca del Amazonas, la de Orinoco y del Caribe. Con continuos flujos migratorios, debido a presiones poblacionales ocasionadas por el modo de vida agrícola sedentario y difundiendo la cultura en otras áreas. (LATHRAP, 1970, *apud* RAMPANELLI, 2016, p. 36-37).

A arqueóloga Anna Roosevelt (1992, 1991) enfatiza que os povos amazônicos desenvolveram sociedades complexas e prosperaram na Amazônia de forma autóctone, com ocupações prolongadas e sem vestígios de que esse intrincamento tenha sido resultado de fatores externos. Schaan *et al.* (2007, 2010), evidência que o estudo dos *geoglifos* possui o potencial de responder questões fundamentais sobre antigas estratégias de subsistência na terra firme, proporcionando evidências práticas sobre as formas de organização sociopolítica das sociedades pré-colombianas nessa parte da Amazônia.

Rampanelli (2016) salienta que a construção das trincheiras de terra pode ter sido ocasionada pela falta de materiais de pedra no ambiente, sendo fabricadas quando a escassez de pedra impedia a construção de muros. Erickson *et al.* (2008) ressaltam em seu trabalho "*Zanjas Circundantes: Obras de Tierra Monumentales de Baures na Amazônia Bolívia*" que as trincheiras são monumentos, os habitantes da Amazônia boliviana expressaram sua monumentalidade mediante a transformação de seu meio ambiente, através dos trabalhos na terra. Os autores dão como exemplo a zanja Chipeno I que contém 58 hectares e que movimentou 20.800m³ cúbicos de terra, necessitando de 8.320 pessoas por dia como mão de obra.

Desse modo, a imagem de sociedades limitadas por condições ambientais precárias, pequenos grupos de caçadores, coletores e em alguns casos sociedades com agriculturas incipientes, permaneceu por muito tempo na interpretação da história de longa duração da Amazônia através de estudos e publicações etnográficas e arqueológicas. Essa imagem começou a ser mudada desde a década de 1960, quando foram descobertas enormes extensões cobertas com terraplanagem pré-hispânicas na região dos "*Llanos de Mojo*", apoiando novas hipóteses sobre o potencial da Amazônia de obter sociedades com altas densidades populacionais e complexidade sociopolítica, capazes de produzir obras monumentais de engenharia relacionados com o uso agrícola (campos elevados), produção e manejo de recursos (armadilhas de peixes, lagoas, manejo agroflorestal e pesca), controle hidráulico local e regional (calçadas, lagoas, canais e reservatórios) e de assentamento (montículos artificiais, ilhas florestais e trincheiras). Existem semelhanças entre as *zanjas* encontradas em *Baures* e as estruturas encontradas no Xingu - Mato Grosso, tradicionalmente afirma-se que os grupos *Baure* e *Mojo* de tronco linguístico *Arawak* (que significa "*comedor de farinha*") construíram a maioria das estruturas de terra na Amazônia boliviana (ERICKSON, *et al.*, 2008).

As hipóteses para a funcionalidade das trincheiras vão desde conceitos astronômicos, até aqueles que enfatizam a sua importância como meio de demarcação física ou simbólica, passando por aqueles que defendem o seu papel como local de habitação, centros cerimoniais e ritualísticos, túmulos megalíticos, gestão de poder social ou simplesmente para drenagem, canais de irrigação, entre outros (RAMPANELLI, 2016). Em referência as datas mais antigas cronologicamente registradas

para os *geoglifos*, sugere-se que a sua construção começou ao redor de 2.500 a.C., e prevaleceu na região até 1.400 d.C. (RAM-PANELLI, 2016).

Pellini e Telles (2011) descrevem que a materialidade arqueológica encontrada nos sítios de Rondônia é composta por líticos polidos e cerâmicas que apresentam traços da *Tradição Borda Incisa*, como incisões com linhas finas e uso de engobo, mas também é possível ver elementos da *Tradição Zonado-Hachurado*, sobretudo nos motivos decorativos (TRINDADE, 2015). Já no Acre, segundo Ondemar Dias (1978), as cerâmicas encontradas nos *geoglifos* estão dentro da *Tradição Quinari* que possui cinco *fases*: Quinari, Iquiri, Iaco, Xapuri e Jacuru. São encontrados os antiplásticos do tipo cariapé, carvão e hematita (IBIDEM, 2015).

No tocante a legislação pertinente ao patrimônio arqueológico, expõe-se a lei do Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; A Lei nº 3.924, de 26/07/1961 que é conhecida como a Lei da Arqueologia; A Portaria IPHAN nº 11, de 11/09/1986 que regulamenta as normas de procedimento para o processo de tombamento previsto no Decreto-Lei nº 25; A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; A Constituição do estado de Rondônia (1989); A Portaria IPHAN nº 127, de 30/04/2009, esta lei estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, entre outros. A possibilidade de conceder a chancela de Paisagem Cultural aos *geoglifos* tem sido apontada dentro do IPHAN como uma alternativa ao Tombamento (SCHAAN, 2014).

Conclusões

Segundo Denise Schaan (2014), quarenta e cinco são os sítios do tipo *geoglifo* encontrados recentemente no estado de Rondônia, compostos por cinquenta e três *geoglifos*, localizados nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Nova Brasilândia D'Oeste, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Costa Marques. Quase todos os sítios foram descobertos através de prospecção remota pelo *Google Earth* e sobrevoo, em função do desmatamento.

Os *geoglifos* mais próximos do Acre tendem a ser mais geométricos e retangulares, já os mais distantes são em geral circulares e disformes, assemelhando-se aos sítios encontrados na região de Riberalta, na Bolívia. Em Rondônia quase 60% das

formas são quadriláteros, enquanto que 34% são circulares. Portanto, os quadriláteros ocorrem a oeste, enquanto que as formas circulares predominam a leste. Os quadriláteros incluem quadrados, retângulos, e três estruturas formadas por valetas em somente três lados, formando um recinto retangular, mas cujas valetas desenhavam um “U”. Entre as formas circulares incluem-se círculos, elipses, círculos incompletos ou irregulares e uma figura em “D”, ou seja, quase um círculo, mas com um segmento retilíneo (SCHAAN, 2010). A maior parte dos sítios (86,67%) é formada por apenas um *geoglifo*, existem cinco sítios (11,11%) com dois *geoglifos* e apenas um sítio formado por quatro *geoglifos*. Todos os *geoglifos* no estado de Rondônia são formados por valetas e a usual mureta adjacente, formada pela deposição do solo escavado. Com relação a dimensões físicas, os sítios localizados nas regiões limítrofes de Rondônia e Bolívia são os que apresentam as maiores áreas (indo de 9,6 a 13,0 *ha*). Os sítios são relativamente mais compridos e apresentam um menor volume escavado por estrutura, ou seja, para construir valas com maior comprimento é necessário construir valas mais rasas e estreitas (SCHAAN, (2014)).

Schaan (2014) indica sete sítios arqueológicos do tipo *geoglifo* para o tombamento em Rondônia, são eles:

- **Diogo V** - Porto Velho: UTM 19L 768911/ 8917042 b) **Diogo VI** - Porto Velho: UTM (Estrutura I) 19L 764751/ 8919347; (Estrutura II) UTM 19L 763443/ 8918571 c) **Fazenda Modelo I** - Porto Velho: UTM (Estrutura I) 19L 824184/ 8918352; (Estrutura II) UTM 19L 824285/ 8917972; (Estrutura III) UTM 19L 824974/ 8918068; (Estr. IV) UTM 19L 825425/ 8917264 d) **Santa Luzia I** - Porto Velho: UTM 19L 758541/ 8916563 e) **Santa Luzia II** - Porto Velho: UTM 19L 759151/ 8916559 f) **Mamoré I** - Guajará Mirim: UTM 20L 239080/ 8825650 g) **Mamoré II** - Guajará Mirim: UTM 20L 239317/ 8824338.

São listados trinta e seis sítios arqueológicos do tipo *geoglifo* descobertos recentemente, entre 2012 e 2013, através de imagens de satélite ou fotografias aéreas e sobre os quais se dispõe de informações limitadas (SCHAAN, 2014). Sugerindo, dessa forma, a necessidade de estudos arqueológicos nessas áreas, conseqüentemente levantando-se novos dados, discussões e hipóteses atuais.

Posto isso, os *geoglifos* da Amazônia Ocidental sofrem diversos impactos através das construções de estradas, casas, currais para animais, instalação de mastros, torres para transmissão de energia elétrica, agricultura e etc. Dessa forma, as configurações originais mudam e eles poderiam ter sido mais largos e profundos. Acredita-se que o cidadão rondoniense deva ser o fomentador do processo de preservação e gestão patrimonial dos geoglifos, já que parte da sua história, ancestralidade, identidade e memória está sendo depredada junto com esses monumentos. A Arqueologia Amazônica é uma das principais ferramentas de afirmação da História Indígena de Longa Duração no norte do país. Sendo assim, a possibilidade dos geoglifos tornarem-se museus a céu aberto, ou, espaços de divulgação e conhecimento além da academia, áreas voltadas para o turismo cultural e locais de ações educativas seria de imensa importância, estimulando a sociedade brasileira a sair da superficialidade para algo mais profundo quanto a História Indígena na Amazônia.

Em síntese, concordasse com a arqueóloga Denise Schaan (2014) quando a referida autora estabelece que a proteção do patrimônio arqueológico deve estimular o uso sustentável desse patrimônio para que todos possam usufruir das vantagens de uma relação mais estreita com a história de longa duração e a cultura indígena do lugar.

Atualmente nenhum dos sítios listados em Rondônia pela arqueóloga Schaan (2014) que faleceu em 2018, foi tombado. Em contrapartida, o *geoglifo* localizada no sítio arqueológico Jacó Sá em Rio Branco (AC), foi o primeiro tombado pelo IPHAN em 2018. Além da importância científica, histórica e afetiva, o *geoglifo* tem fácil acesso e pode ser identificado claramente por visitantes, sendo um potencial atrativo turístico, ele está inserido na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial, destacado por sua excepcionalidade e relevância enquanto exemplar único do patrimônio histórico de todo o mundo (PORTAL DO IPHAN, 2018).

Referências

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.

ERICKSON, C., ALVAREZ, P., CALLA, C. **Zanjas circundantes: Obras de tierra monumentales de Baures en la Amazonia Bolivia**. 2008.

IPHAN. **Geoglifo do Acre é tombado pelo Iphan**. publicada em 08 de novembro de 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>.

LATHRAP, D. W. **The Upper Amazon**. Praeger, New York, 1970.

MEGGERS, B. J. Judging the future by the past. The impact of environmental stability on prehistoric Amazonian populations. In: SPONSEL, Leslie E. (Ed.). **Indigenous peoples and the future of Amazonia**. An ecological anthropology of an endangered world. The University of Arizona Press, Tucson & London, 1995. p. 15-43.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. **Archeological investigations at the mouth of the Amazon**. U.S. Govt. Print. Off., Washington, D.C., Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, 1957.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 aC – 1.500 dC)**. (Tese de livre docência). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil. 2012.

PELLINI, J. R.; TELLES, M. **Primeiro relatório parcial do Projeto de Resgate Arqueológico da área afetada pelas obras de Adequação e Pavimentação da Rodovia BR-429**. Goiânia, 2011.

PENIN, A. **Academia, contrato e patrimônio. Visões distintas da mesma disciplina**, 2010.

ROOSEVELT, A. C. **Arqueologia Amazônica**. In: **Organização CUNHA, M. C. da C. História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

ROOSEVELT, A.C.; HOUSLEY, R.A.; SILVEIRA, M.I. DA.; MARRANCA, S.; JOHNSON R. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. **Science** **254**: USA. p.1621-1624, 1991.

SCHAAN, D. P. **Estudo dos sítios arqueológicos tipo geoglifo localizados nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia com vistas a instruir processo de tombamento**. Relatório Final - Volume I. Processo IPHAN nº 01410.000094/2007-32. 2014.

SCHAAN, D. P., PÄRSSINEN, M., RANZI, A. e PICCOLI, J. C. **Geoglifos da Amazônia Ocidental: Evidência de Complexidade**

Social entre Povos da Terra Firme. **Revista de Arqueologia**, 20: 67-82, 2007.

SCHAAN, D., BUENO, M.; RANZI, A. **Geoglifos do Acre: novos desafios para a Arqueologia Amazônica**. Amaz'Hommes - Sous la direction de Egle Barone - ViSigalli & Anna Roosevelt. 2010.

STEWART, J.H. **The tropical forest tribes**. En: **Handbook of South American Indians**, vol. 3. Editado por Stewart, Julian. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin, Washington D.C., 1948.

TRINDADE, T. B. **Geoglifos, zanjias ou earthworks? Levantamento geral dos sítios arqueológicos com estruturas de terra em vala no médio rio Guaporé (RO) e análise comparada com os demais sítios no Sudoeste da Bacia Amazônica**. 2015.



O PROCESSO DE CONVERSÃO E O QUE SE MODIFICA NA VIDA: O MODO DE PENSAR DOS TICUNA EM RELAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE EM VILA BETÂNIA

*Valdinei Jesuino Ribeiro¹
Marco Antonio Domingues Teixeira²*

Introdução

No Brasil, a homossexualidade indígena ainda padece de uma cegueira ontológica, tanto por parte dos etnólogos quanto, eventualmente, dos próprios indígenas – questão por si só, interessante como afirma Fernandes (2015). Nessa perspectiva, o desafio da homossexualidade indígena no Brasil é um marco importante de pensar a questão homoafetivos, pois frequentemente são alvos de preconceito no interior do Amazonas. Assim, os moradores da comunidade Indígena Vila Betânia (Meçürane), nos apresentam essa questão como um fator complexo, e se percebe pela falta de conhecimento sobre a homossexualidade nos seu dia a dia, principalmente dentro da comunidade. Por outro lado, a presença de igrejas evangélicas apresenta também um fator importante para o crescimento da política de proibição das práticas homoafetivas na cultura da prática da diversidade sexual indígena.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa é analisar as mudanças em relação à homossexualidade entre os Tikuna. Para isso, propomos, em primeiro lugar, demonstrar a complexidade das questões sobre homossexualidade na comunidade indígena vila de Betânia, mostrando os desafios e críticas dos moradores em re-

1. Mestrando em História da Amazônia (PPGAM/UNIR).

2. Doutor, Professor Titular da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

lação às políticas de proibição dessas experiências sexuais-afetivas. Em segundo lugar, verificar o contexto do surgimento da prática homoafetiva dentro da comunidade. Depois, propomos discutir de que forma a homossexual é compreendida na comunidade e como se dá o silenciamento dessas práticas no local. Por fim, propomos verificar de que forma as relações de poder mediadas por valores religiosos influenciam nas políticas de proibição das práticas homoafetivas.

Metodologia

Inicialmente trabalhamos com a observação da realidade da comunidade *Mecürane* e com a análise da crítica da homossexualidade entre os tikuna. Propomos, assim uma pesquisa participante na qual executamos oficinas de interesse da comunidade e aplicamos questionários nos quais serão tratados temas pertinentes à questão de discussão da homossexualidade dentro da aldeia. Buscaremos, assim, a partir da realidade e anseios das comunidades, identificar narrativas e ajudar a construir o “lugar de fala desses sujeitos”, uma vez que vivemos numa sociedade que privilegia a escrita e essas contam uma história de experiências vividas.

O entrevistador deve fazer uma seleção. Contudo, é preciso dedicar certa atenção à qualidade do trabalho a ser realizada. Vamos nos ater aqui essencialmente a três questões: a seleção de testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevistada, conforme descrevem Amado e Ferreira (2006, p. 233).

No tocante a problematização da homossexualidade ente os tikuna, acreditamos ser importante o mapeamento de algumas reflexões atuais sobre o tema. Os trabalhos realizados por Diógenes E Cariaga (2015), Estevão Rafael Fernandes (2015), Michel Foucault (1988-2001) e Patrícia Carvalho Rosa (2016) indicam a complexidade do conceito, o desafio da homossexualidade indígenas e não indígenas, questionando a existência de uma noção única baseada na unidade da normatividade, desejo e prazer. Também temos como base os estudos de Luana Pagano e de Sonia Maria Ferreira Hoehler sobre homofobia, cultura e violência.

Resultados alcançados

A pesquisa foi executada no período de 2018 a 2019 na comunidade indígenas Tikuna, interior do estado do Amazonas. No primeiro momento, nos interessavam realizar uma investigação sobre o tema da conversão e a homossexualidade entre os Tikuna, na comunidade Vila Betânia.

Durante a pesquisa, elaboramos três perguntas para analisar e realizar a atividade de pesquisa. As questões trabalhadas são: despertar o interesse de investigar quais são as consequências enfrentadas individualmente e coletivamente? Como se percebe o conflito da desigualdade de gênero em relação aos homossexuais no espaço onde estão inseridos? Será que existe homossexuais indígenas? Esses questionamentos principais visavam mapear a realidade de prática sexuais entre os homoafetivos indígenas.

Após na execução do trabalho pesquisado dentro da comunidade, identificamos mais de 200 homossexuais indígena que atualmente moram em Betânia. Cada um se identifica com diferente identidade do seu gênero, como cisgênero 30%, transgênero 5%, bigênero 15%, pessoa não-binária 10%. Então, no meio dessa diversidade da homossexualidade, a dominação patriarcal e da instituição religiosa cristã persegue e proíbe a homossexualismo.

Desse modo, na Amazônia brasileira, percebe-se a existência de prática da homossexualidade na comunidade indígena. Mas essa questão, sempre foram silenciadas pela própria política do Estado brasileiro e também na parte da Funai. Por causa disso é que a violência contra homossexuais indígena aumentou na comunidade em Vila Betânia Estado do Amazonas.

Conclusões

Como conclusão, podemos dizer que os moradores da comunidade Indígena Vila Betânia demonstram que a questão da homossexualidade entre os indígenas Tikuna é um fator complexo, especialmente pela falta de conhecimento. A questão da homossexualidade indígena gira, portanto, num contexto de preconceitos. Diante disso, partimos de que as relações homoafetivas merecem ser tomadas como objeto de estudo, preferencialmente porque apresenta que elas estão permeadas pelas ligações de poder nos corpos, afetos, conhecimentos e desejos; os desejos e vontades do corpo, como diria Foucault, em

História da Sexualidade (1981), que passam a ser controlados e proibidos em algum momento da história da sexualidade. Nesse momento, o poder da vontade do corpo entra em combate com as relações sexuais, os códigos raciais, os códigos sexuais e as regras de gênero.

Desse modo, a prática da homossexualidade em Betânia está em construção. Por outro lado, a homofobia da tribo Tikuna é o algo comum. Nas comunidades indígenas, os grupos homossexuais são vítima de agressão física com pedaços de madeiras, pedras, garrafas de vidro entre outros. A questão é muito preocupante. Na realidade, isso se justifica pela falta de segurança e pela falta de comunicação direta com polícia civil do município, porque a polícia local da comunidade também é homofóbica. Muitas vezes, essa violência termina com a culpabilização dos homossexuais vinculando a agressão sofrida pela culpa de sua sexualidade comportamental. Então, os agressores sempre têm a seu favor a colaboração das autoridades da comunidade, ou seja, os homossexuais são vistos como causadoras de problemas.

Referências

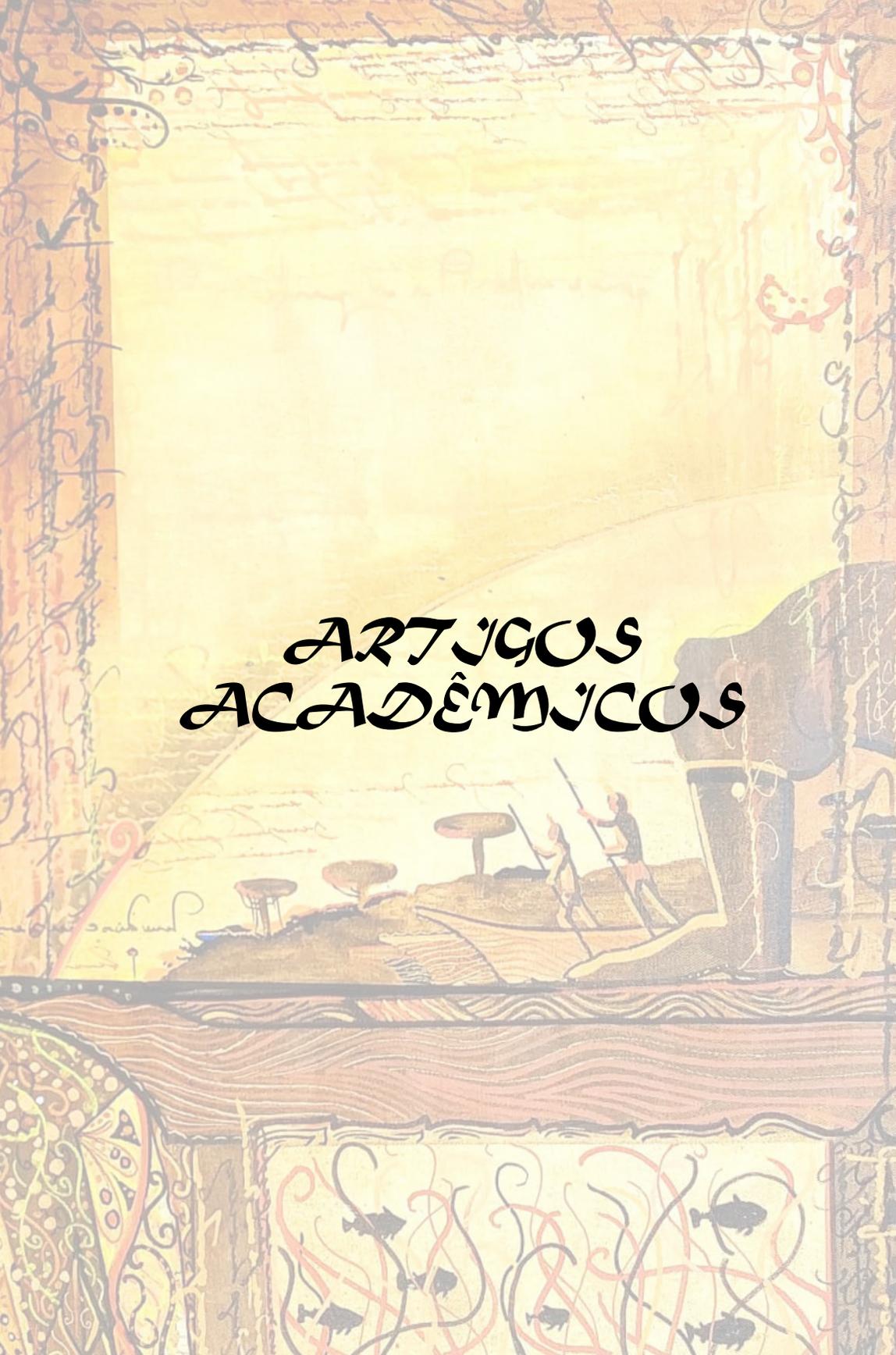
AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARIAGA, Diógenes E. **Gênero e sexualidades indígenas: alguns aspectos das transformações nas relações a partir dos Kaiowa no Mato Grosso do Sul**. In: Cadernos de Campo, São Paulo, n. 24, 2015, p. 441-464.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Decolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. 383 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

ROSA, Patrícia Carvalho. **Transformação morais e dispositivos de sexualidade indígena**. UFPR, Vol. 3, N. 5, p. 73-93. Jan. a Jul. de 2016.



**ARTIGOS
ACADÊMICOS**



IGARAPÉ-MIRI: A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO NORDESTE PARAENSE NO SÉCULO XIX

Ana Paula dos Santos Barros¹

Resumo: presente trabalho teve como objetivo fazer um levantamento histórico sobre a economia do município de Igarapé-Miri/PA, destacando-se o período da cana-de-açúcar que se constituiu em meados do século XIX. Esse período foi muito importante para o local, pois foi assim que Igarapé-Miri se constituiu não só como município, mas também a cidade. A metodologia utilizada no trabalho deu-se por meio de pesquisa de campo, pesquisa documental e pesquisas bibliográficas. Para discussão mais aprofundada em torno do objeto de estudo foram utilizados autores regionais. A pesquisa é embasada na metodologia qualitativa e para a coleta de dados utilizou-se questionários estruturados e semi-estruturados. Assim, podemos perceber que a agricultura da cana-de-açúcar do século XIX em Igarapé-Miri, foi responsável pela formação econômica da região, constituição das comunidades ribeirinhas e criação da cidade e que apesar dos grandes engenhos terem entrado em falência o local carrega traços culturais e costumes desse período.

Palavras chaves: Igarapé-Miri. Cana-de-Açúcar, Agricultura. Comunidades ribeirinhas. Economia.

Introdução

A presente pesquisa buscou trabalhar um momento essencial ao que condiz a agricultura das comunidades de Igarapé-Miri, no nordeste do estado do PA. Em um primeiro momento, foi feita uma abordagem sobre o período da cana-de-açúcar que teve seu total desenvolvimento no século XIX, demonstrando a importância desse novo contexto de agricultura ribeirinha, enfatizando as relações em torno dessa economia.

1. Graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciatura plena em educação do Campo. Mestranda em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

O interesse em explorar os fatores históricos, econômicos e sociais da região citada surgiu a partir do momento que visualizamos a necessidade de abordar questões que envolvessem a agricultura, levando em consideração a importância da mesma para as comunidades ribeirinhas. Assim, entendo que tal pesquisa é relevante para o meio acadêmico, social e local, uma vez que, está diretamente ligada a fatores pessoais, sociais e culturais. Além disso, o trabalho tem por perspectiva somar com outras importantes informações que contribuirão ainda mais para a história e memória do município.

O trabalho divide-se em três momentos principais, onde no primeiro veremos **os caminhos metodológicos**, em que entenderemos como o trabalho foi constituído e desenvolvido. No segundo tópico trabalha-se o ápice da **cana-de-açúcar** no município, para entender melhor sobre a chegada da cana-de-açúcar na região, expansão e desenvolvimento. Em um terceiro período é trabalhado a **decadência dos grandes engenhos** na região, em que veremos como isso aconteceu depois de anos que Igarapé-Miri teve o alicerce firmando na economia açucareira.

O município de Igarapé-Miri está localizado no nordeste do estado do PA. O clima corresponde ao clima da Região Norte do Brasil: equatorial quente e úmido. Sua população estimada no censo do ano de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) é de 64. 831 pessoas. É conhecido como a “Capital Mundial do Açaí” por ser o maior produtor do fruto. Pesquisas recentes descrevem que o município de Igarapé-Miri produz cerca de 305,6 mil toneladas de açaí por ano. Segundo Cunha (2006) o município de Igarapé-Miri é cercado por ilhas que por sua vez são banhadas pelas águas do Baixo Tocantins, entrecortadas por furos e igarapés. De acordo com o autor, Meruí é o principal rio do município e sua fonte de economia é baseada no agroextrativismo do açaí.

De acordo com Reis (2008), Igarapé-Miri possui aspectos favoráveis para o desenvolvimento de práticas produtivas, já que este apresenta uma latitude de 20 metros da sede municipal, clima comum da Amazônia, ou seja, super úmido, chuvas abundantes no período de janeiro a junho. A área do município é de 1.504 km², sendo Igarapé-Miri o 39º município do estado do PA em extensão territorial. A região é localizada no nordeste paraense e fica próximo as cidades de Abaetetuba, Moju, Limoeiro e Cametá.

Caminhos metodológicos

Para que esta pesquisa fosse desenvolvida, foi essencial a realização de leituras bibliográficas em livros, artigos, sites eletrônicos etc., a fim de haver uma melhor compreensão sobre as modificações processadas ao longo do tempo em Igarapé-Miri/PA. Dando ênfase para as transformações do uso dos recursos e do território onde se introduz o estudo, especialmente no que diz respeito aos processos econômicos das comunidades ribeirinhas que participaram desta pesquisa e que estão inseridas nesse novo processo.

Sendo assim, o trabalho desenvolveu-se através de uma abordagem qualitativa, de acordo com Richardson (2015) esta abordagem pode ser justificada por ser uma maneira adequada de fazer com que o pesquisador possa entender melhor a natureza do seu objeto de estudo, logo, pode-se inferir que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados (...)” (RICHARDSON, 2015, p. 79-90).

Com o intuito de aumentar o repertório de informações a respeito da cana-de-açúcar, procurei ampliar o conhecimento e atualizar informações a respeito da temática e foi realizado um levantamento no Arquivo Público Municipal de Igarapé-Miri, que vieram somar para as informações presentes no trabalho.

Por fim, com a intenção de fazer com que o leitor entenda e compreenda sobre o objeto pesquisado, fez-se necessário realizar uma abordagem bibliográfica levando em consideração os trabalhos de autores regionais que discutem os temas em questão, entre eles, destacam-se: Lobato e Garcia (2011), Lobato (2007), Pinto (2021), Pinheiro e França (2020).

O auge da cana-de-açúcar

Lobato e Garcia (2011) reforçam que a plantação da cana-de-açúcar, nos primórdios do descobrimento, foi responsável pela ocupação de quase todo o litoral brasileiro, seguida da instalação de usinas produtoras de açúcar que possibilitou à nova terra uma situação econômica favorável chegando a se constituir no primeiro ciclo.

No Pará, os engenhos de açúcar e aguardente foram introduzidos a partir do século XVII e na primeira metade do

século XVIII; aí começa a intensificação da indústria, com o aparecimento de mais engenhos e no século XIX a indústria canavieira se desenvolveu completamente. Mas é a partir do século XVIII que os engenhos se instalam na área de Igarapé-Miri e Abaetetuba (SANTIAGO, 2013).

Dessa forma, Pinto (2021) reforça que Igarapé-Miri estava inserida como um dos grandes produtores da época e foi uma das regiões que mais vigorou em termos econômicos, onde os grandes engenhos eram fonte de economia para a população e para a cidade ao longo dos anos. Contudo, este município foi considerado um dos maiores produtores de cachaça, visto que,

Com a chegada dos europeus, coube a Cristovão Colombo a introdução do plantio da cana na América, em 1493, na hoje República Dominicana. No Brasil sua chegada é creditada a Martim Afonso de Souza, que teria trazido as primeiras mudas em 1532, iniciando seu cultivo na Capitania de São Vicente, onde constrói o primeiro engenho de açúcar. No entanto, é no Nordeste, principalmente nas Capitanias de Pernambuco e da Bahia, que os engenhos de açúcar se multiplicaram. É a partir de Pernambuco, através de pernambucanos, que a cana é introduzida no estado PA, tendo chegado a Igarapé-Miri, através de um cidadão conhecido apenas pela alcunha de Pernambuco, que a plantou, inicialmente, no Rio Anapú, expandindo-se, a partir daí, para outras regiões do Município. Data de 1712 a instalação de um pequeno engenho movido a água, o qual foi chamado de Santa Cruz, considerado o primeiro do município, onde fabricava-se mel, rapadura, açúcar batido e, posteriormente, aguardente. Este teria sido a origem de uma série de engenhos que viriam a ser instalados no município, que podem ter chegado, no auge de seu funcionamento, a um número próximo de cem. Estes engenhos, produtores de cachaça, foram responsáveis por um período de grande desenvolvimento econômico de Igarapé-Miri, tendo a Coletoria de Rendas Federais local, nos anos de 1938 e 1939, alcançada a maior renda do Norte do Brasil, com os impostos arrecadados, principalmente, em função da produção e venda deste produto. (SECULT, 2022).

Lobato (2007, p. 65) reforça essas informações e diz como esse cidadão de Pernambuco foi importante para que a cana se

espalhasse por toda a região de Igarapé-Miri. Por sua vez, pinto descreve que:

Igarapé-Miri figura como um dos maiores produtores de aguardente da época, sagrando-se como terra da cachaça (...). A indústria aguardenteira, foi uma das mais florescentes da Amazônia, pois as margens de seus gigantes rios, a cana, uma vez plantada, fornecia até oito cortes consecutivos sem exigir maiores trabalhos. Assim a cana-de-açúcar passou a ser a principal fonte de renda do município. (PINTO, 2021, p. 18).

Os canaviais floresciam em solo fecundos de várzeas que apresentavam ótimas condições e propícias ao plantio de canas, pois elas eram férteis e abundantes, e foi em torno dessas terras baixas, ao longo dos grandes rios e alagadiços, que a cana floresceu há séculos.

A economia na área de abrangência da bacia do Tocantins, durante mais de dois séculos, foi constituída de um sistema agroindustrial voltado ao cultivo da cana-de-açúcar e à fabricação de aguardente e açúcar em pequenos engenhos, tendo em vista o solo de várzea existente em abundância ao longo dos rios, tornando-se propício à plantação (GARCIA; LOBATO, 2011).

Como podemos perceber, Igarapé-Miri se destacou na economia e desenvolvimento no período do ápice das plantações de cana e com isso foi responsável por gerar grandes fontes de renda e dar alicerce para a economia do local por longos anos. Logo, pode-se observar a grande importância que a cultura da cana e dos engenhos tiveram para a história do município, pois foi a partir desse período que houve conquistas econômicas e sociais para a região, uma vez que, muitas mudanças em diversos cenários da cidade e do campo se transformaram. Como detalha Santos:

Momentos de expansão econômica avanços sociais e estruturais na cidade e no campo, do município de Igarapé-Miri ocorreu devido à cultura da cana-de-açúcar, conquistas que não desapareceram mesmo que com outros ramos de vida, e que continuam até os dias atuais beneficiando a vida das pessoas, por exemplo, a abertura e ampliação de estradas, a urbanização da cidade, melhorias no transporte, a chegada da energia elétrica e água potável, estes foram fatores de melhorias para o

município de Igarapé-Miri, que vieram acompanhados com os benefícios da cultura da cana. (SANTOS, 2010, p. 44 *apud* SANTOS, 2013, p. 50).

Lobato e Garcia (2011) descrevem que o crescente intercâmbio mercantil existente na Amazônia, instigado pelo interesse bilateral entre os regateiros e agroindustriais instalados ao longo dos rios no período compreendido de 1950-1975, foi provocado por diversos fatores e possibilitou o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar e da atividade produtora de aguardente, levando os engenhos a atingir a opulência, principalmente as localizadas no baixo Tocantins, nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri.

A lavoura da cana-de-açúcar proliferou no Pará, embora de forma incipiente, tendo como a facilidade de escoamento da produção, através do emaranhado de rios existentes na região principalmente nas cercanias de Belém e prosseguiu com maior intensidade pelas margens dos rios Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarapé-Miri, da mesma forma que se expandia no estado do Amazonas na zona do remanso, conforme cita Garcia (2011). As belas terras situadas às margens dos rios foram ocupadas por europeus que se miscigenaram com a população indígena dando origem aos caboclos ribeirinhos, favorecendo que a cultura da cana-de-açúcar se enraizasse e adquirisse importância econômica.

No tocante às populações das cidades, principalmente de Abaetetuba e Igarapé-Miri, foram praticamente às mesmas famílias dos antigos colonizadores portugueses que começaram a formação dessas povoações, levados por interesses econômicos, militares, políticos ou religiosos. É claro que o colonizador português miscigenou com as populações nativas locais e com a grande população escrava que existia na região devido às exigências da forma de atividade econômica com que iniciaram a colonização, que foi a agricultura e, em especial, a cultura da cana doce e da indústria canavieira que exigiam muitos braços para esses pesados serviços. Com isso, para Rocha,

O ciclo da cana-de-açúcar no Pará (séculos 16 a 17) se mostrou bastante forte em algumas localidades, especialmente nas terras banhadas pelos rios Guamá, Acará, Moju, Capim, Igarapé-Miri e outras localidades do período colonial e provincial. Nesse ciclo da cana doce a produção de açúcar foi como que a 1ª Fase da Indústria

Canavieira no Baixo Tocantins e, Igarapé-Miri, já aparece no rol das localidades que possuíam grandes engenhos para a produção de açúcar nas décadas finais do século 18 e décadas iniciais do século 19, quando termina o período colonial do PA (que vai de 1615 a 1820). (ROCHA, 2015, p. 1).

De tal modo, Igarapé-Miri, era um dos principais produtores da cana-de-açúcar, a região era predominante no cultivo da cana para a comercialização da cachaça, apesar do auge, existiam outros produtos que contavam como complemento para a economia local, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verifica-se que

o cultivo na região de produtos agrícolas familiar na região de Igarapé-Miri, se estendeu em 1965 avaliada como, produto principal figura a cana-de-açúcar, que ocupou 2. 100 há rendeu 84.000 t e representou 77,1% valor total da produção. Em seguida vinha o arroz, com 550 há, 246 t e 13, 1% do valor. O milho, manga, banana, cacau, laranja, coco-da-baía, batata-doce, mandioca e abacaxi, completam os 9, 8% restantes do valor total. (IBGE, 1977, p. 3).

Além dos produtos que contavam como subsistência e fonte de renda das comunidades ribeirinhas, com a construção dos engenhos passou a existir outras diversas indústrias, como fábricas, casas comerciais, olarias e outras atividades econômicas que trouxeram movimentação econômica e social para a cidade, como citam os autores abaixo:

O crescimento desse comércio canavieiro no município foi responsável pela abertura de diversas casas comerciais, pois a partir desta atividade econômica a sede do município uma série de diversas atividades produtivas que acompanhavam os passos dos engenhos, contou com engenhos de aguardente, açúcar e rapadura, e também várias fábricas de refrigerantes foram montadas, assim como fábrica de vinagre, torrefação de café, fábricas de tijolos, telhas, olarias etc... (SANTANA, 2006, p. 45 *apud* SANTOS, 2013, p. 34).

Lima (2015) mostra que embora o uso principal fosse a indústria canavieira, houve essas formas de uso e aproveitamento dos recursos que a natureza disponibilizava paralelamente, onde a população local buscava sempre desenvolver atividades

ligadas ao uso do meio ambiente, conciliando com fins mercantis e de sobrevivência.

No período dos engenhos houve o auge do desenvolvimento do sistema agroindustrial tradicional por volta de 1960 a 1975, atingindo a demanda da aguardente que quase dobrou em toda a Amazônia. Existiu um aumento do número de engenhos e cresceu a produção para assim atender a demanda. Pinheiro (2020) relata que o município de Igarapé-Miri tinha uma produção diversificada nos engenhos, além da cachaça, também fabricava açúcar em menor quantidade, já que sua produção e exportação eram limitadas pelo instituto do açúcar e do Álcool, a fim de que não concorresse com o nordeste e o sudeste do país. Mas mesmo assim Igarapé Miri seguiu se desenvolvendo na agroindústria tendo um acelerado crescimento como os autores relatam;

Nesse período tanto o setor agrícola como o industrial tiveram um acelerado crescimento. Tornou-se necessário aumentar a plantação de cana-de-açúcar, para atender à crescente demanda dos engenhos, chegando a triplicar o número de roça nesses quinze anos; e o setor industrial passou a moer e lambear com mais frequência e utilizar técnicas para diminuir o tempo de fermentação, possibilitando maior produção. (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 67).

Segundo as análises feitas nos documentos encontrados no Arquivo Público Municipal de Igarapé-Miri, **Boletim de produção dos engenhos** (1942) e **Impostos da cachaça** (1942), foi visível constatar que na relação do documento do ano de 1942 existiam 126 engenhos, já em 1961 apenas 35 engenhos estavam em funcionamento como vemos no anexo 1 e 2. Logo, fica nítido que aos poucos esse meio de economia e renda foi falhando com o passar dos anos até que não restasse mais nenhum.

Os documentos mostram, que a economia canavieira é vista como a grande responsável pelo crescimento econômico, político e social do município, contribuindo, assim, para a cultura local. Assim, os engenhos na época de seu ápice tiveram um papel importante para que Igarapé-Miri tivesse grandes avanços tanto na cidade quanto no campo. Para Santos (2013, p. 46), foi um “momento de expansão econômica, avanços sociais e estruturais na cidade e no campo, formações de vilas existem até os dias atuais, muitas das conquistas da cidade de

Igarapé-Miri foram proporcionadas com a cultura aguardenteira”. Com isso, essas conquistas refletem nos dias de hoje, como melhoria na urbanização da cidade, abertura e ampliação de muitas casas comerciais, melhoria na educação, transporte, comunicação etc., que acabaram contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de Igarapé-Miri.

O declínio dos grandes engenhos

Com o passar dos anos, o que parecia ser uma economia forte deu lugar ao fracasso dos engenhos de aguardente que chegaram a somar um número muito grande em toda a extensão ribeirinha de Igarapé-Miri (PINTO, 2021). Atualmente não existe nenhum engenho na região, todos caíram. De acordo com o autor, foram reduzidos a sucatas de ferros velhos e a sombra das ruínas. Garcia e Lobato frisam que:

No final da década de 1970, em consequência das ações do governo Federal, que tinha como objetivo o desenvolvimento regional para propiciar melhores condições de vida a comunidade local, ocasionou a queda do sistema agroindustrial tradicional, visto que os engenheiros não estavam preparados para as transformações ocorridas de forma repentina na região. (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 67).

Em meados da década de 1970, diversas ações do governo federal visando integrar a região amazônica ao restante do país foram sentidas por segmentos da economia local, baseados na agroindústria tradicional que mantinha o sistema administrativo e produtivo arcaico e não conseguia acompanhar as mudanças ocorridas com o desenvolvimento. De acordo com os autores:

Entre as ações de impacto, destacou-se a construção de estradas que provocou o rompimento de isolamento regional, levando os engenheiros a enfrentar o problema de concorrência, com produtos oriundos de outras unidades da federação principalmente, do Nordeste e de São Paulo, que se destacam tanto na qualidade como no preço, atingindo frontalmente a indústria local. (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 68).

Santos (2013) salienta que outro fator que também contribuiu para o fracasso dessa economia foram os problemas enfrentados devido à entrada de bebidas como a cerveja e a

cachaça do Sul que passou a tomar o lugar da cachaça da região, principalmente por ser a bebida mais popular. Assim, essas questões induziram ao aumento do custo no produto final para os proprietários de engenhos, o que ocasionou em queda de vendas.

Desse modo, tais fatores são importantes para entendermos as barreiras do declínio. A concorrência da região começa a não suportar principalmente o progresso e desenvolvimento das rodovias e estradas. Os autores mostram que essas mudanças que se instalaram somaram para o declínio do sistema agroindustrial dos engenhos, para eles, esse declínio também foi motivado em decorrência da:

(...) implantação das estradas federais, onde o governo estadual procedeu a construção de estradas regionais o que ocasionou mudanças nos meios de transporte, que passaram a ser rodo-fluvial, permitindo que uma viagem originária das cidades de Igarapé-Miri ou Abaetetuba para Belém fosse realizada em aproximadamente, quatro horas e não uma noite inteira em barcos desconfortáveis. (GARCIA; LOBATO, 2011).

A instalação de energia elétrica nas sedes dos municípios, serviços de água encanada, serviços de telefonia, televisão e melhorias dos níveis de saúde pública foram fatores que permitiram estabelecer consideráveis diferenças entre a vida na cidade e no campo, o que ocasionou o êxodo rural. Inclusive os engenheiros em sua maioria passaram a viver nas cidades onde seus filhos estudavam. Como relata Anderson,

(...) na cidade, chegou à energia elétrica e água encanada e foi instalado o serviço de telefonia, permitindo a comunicação não somente com a capital, mas também com o país inteiro. A universidade da capital deixou de formar apenas uma elite de profissionais e passou a atender em massa, de modo que até os filhos do interior podiam aspirar a frequentá-las a ser “Doutor”, caso a família pudesse arcar com as despesas de sustentá-los. (ANDERSON, 1991, p. 112).

Os autores Garcia e Lobato, apontam que não só a construção de estradas e o êxodo rural contribuíram para a decadência dos engenhos, mas outras questões estavam envolvidas nesse processo como relatado abaixo:

Ocorreu ainda o declínio comercial dos regatões originado em parte, pela diminuição do comércio de pele de animais em decorrência do excesso de exploração, o início de fiscalização e proibição. Por outro lado, os comerciantes das cidades e do interior passaram a abastecer diretamente nos centros de distribuição, que recebiam os produtos de caminhões via estradas e balsas. (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 69).

Para Garcia e Lobato (2011), outro ponto está relacionada ao fato de que a cana-de-açúcar brotada na região produzia menor teor de açúcar, os métodos empregados nos engenhos regionais convertiam menor quantidade de açúcar no álcool, uma vez que, não eram empregados investimentos no segmento, as máquinas se encontravam antiquadas e desgastadas pelo tempo, sem que acontecesse a modernização do equipamento, constituindo em fatores que dificultaram a concorrência dos produtos regionais em relação aos de outros estados. Santiago argumenta que:

(...) A situação se agravava tanto mais pela indolência daqueles que tinham a obrigação de recorrer a outros recursos tecnológicos, para encontrar a fórmula de continuar trabalhando, daqueles que deveriam dar sustentabilidade através dos incentivos fiscais (o Governo) e dos que deveriam ir a busca pela inovação de marketing para uma melhor apresentação de produto, além de brigarem competitivamente no mercado na atividade de divulgação da quantidade do produto final com certificação. Esses fatores, aliados a outros que se acumulam no decorrer do tempo, ao que nos parece, acabaram sendo o verdadeiro cerne do problema, fazendo com que o sistema agroindustrial tradicional entrasse em declínio e terminasse falindo. (SANTIAGO, 2013, p. 79).

De acordo com Garcia e Lobato (2011), faltou a adesão dos órgãos do governo encarregados de apoio, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que não encaminhou técnicos a fim de prestar assistência aos produtores de cana dos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri, que tinha cerca de 2000 pessoas empregadas nessa atividade. Um fator considerado negativo se deu pelo fato de a SUDAM priorizar projetos agropecuários, normalmente em áreas cortadas por estradas.

O Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA), responsável pelo setor açucareiro No país, se fazia presente somente para fiscalizar a obediência quanto às cotas de produção do açúcar local. A pesquisa da cana-de-açúcar se resumia aos centros açucareiros das regiões Nordeste e Centro-Sul. Para Santiago:

(...) esse é outro ponto que deve ser levado em consideração, pois os órgãos que tinham o dever e a responsabilidade de fomentar e viabilizar esses engenhos, fornecendo assistência técnica indispensáveis para não permitir a falência do sistema canavieiro na região, foram omissos e, sem nenhuma explicação plausível, deram as costas para a região, enquanto voltavam a sua atenção para os projetos na terra firme e de solos férteis. (SANTIAGO, 2013, p. 90).

Houve também o rompimento da relação entre canaviealista e engenheiros, isso fez com que o preço da aguardente caísse na região em termos reais. O preço da cana caiu muito e acabou a participação dos donos de canaviais, diárias e proprietários de terras na metade da renda global da agroindústria. Assim, tendo em vista a gravidade da situação econômica, os engenheiros necessitavam se adaptar e reformular o sistema econômico regional para enfrentar a concorrência, no entanto, a adaptação à nova realidade do mercado informal para o trabalho formal foi extremamente difícil, pois era preciso implantar novas práticas de higiene como no engarrafamento e selos de impostos nas garrafas. A adulteração do produto, por alguns engenheiros, agravou a situação, desvalorizando ainda mais a produção local, como cita Ribeiro:

Outro fator que se soma a este, apresentado pelos ribeirinhos como causa do declínio dessa atividade econômica, foi a adulteração do produto feita pelos marreteiros, também chamados de atravessadores, herdeiros dos regatões, que levavam a cachaça daqui para comercializar no Ver o Peso em Belém. Segundo os ribeirinhos, a cachaça que saía dos engenhos era de excelente qualidade, porém, durante a viagem, esses marreteiros adulteravam o produto misturando com água para obterem um lucro maior, visto que a quantidade de cachaça produzida na época não era suficiente para atender a demanda do mercado consumidor que crescia vertiginosamente. Por falta de qualidade, a cachaça produzida aqui, não conseguiu competir com a cachaça produzida pelas indús-

trias do Nordeste e do Sudeste do país que invadiram a região na época, amparada por financiamento bancário, por uma publicidade implacável e por preços sem concorrência. (RIBEIRO, 2022, p. 42).

Outo fator que somou para o declínio foram o não cumprimento das leis trabalhistas que amparavam os trabalhadores. Santos et al (2013) argumentam que muitos senhores não legalizavam os seus engenhos, ou seja, não assinavam as carteiras de trabalho de seus empregados justamente para não pagar o valor correspondente ao direito do trabalhador, burlando, assim, os direitos garantidos aos trabalhadores.

Mas, para fazer valer os direitos trabalhistas, Garcia e Lobato (2011) destacam que é a partir de 1932 que foi implementada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no então governo de Getúlio Vargas, entretanto, somente em 1973 foi instalada na cidade de Abaetetuba a junta de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho, com jurisdição sobre o município de Igarapé-Miri.

Como a relação entre patrão e empregado naquela região era alicerçada pelo sistema patriarcal e assistencialista, a presença da referida junta, sem um apresto prévio, ocasionou a aniquilação da antiga relação, o que gerou múltiplos problemas trabalhistas levando muitos engenheiros a se afundarem em dívidas.

Segundo Ribeiro (2022), isso aconteceu porque naquele período era um sistema tradicional, pautado nas relações paternalista, onde existia a exploração ao máximo do trabalhador da várzea que não possuía direito algum sobre a terra, pois tudo era regulado pelo proprietário. O canavialista possuía contato com o mundo exterior somente através do seu patrão, pois o mesmo tinha dependência total, não restando outra opção a ser totalmente dependente do patrão. Mas com a presença da referida junta, Garcia e Lobato ressaltam que:

(...) muitos trabalhadores dos promissores municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri, orientados por alguns advogados, tomaram consciência de seus direitos e queixaram-se na Justiça do Trabalho alegando labutarem há mais de 30 anos sem salários e sem carteira assinada; o que deu início as demandas judiciais, muitas das quais resultaram em indenizações de altas quantias, levando alguns proprietários a falência, tendo que dar os bens

como penhora, a fim de serem leiloados. Nos casos em que não havia licitante o engenho ou era dado aos litigantes como pagamento, ou ficava no abandono até se deteriorar. (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 71).

Nesse período, partes dos engenheiros estavam residindo na capital e as indústrias estavam sob a administração de terceiros, gerentes ou arrendatários, o que colaborou para que não procurasse a tempo uma solução técnica para evitar o declínio. Santiago diz que

A conclusão que se chegou da ascensão, apogeu e declínio dos engenhos de cana-de-açúcar de Igarapé-Miri e Abaetetuba, é que os mesmos foram um fato ligado ao processo de mudanças que começavam a ocorrer no mundo e que continuam ocorrendo hoje; são mudanças que crescem em velocidade acelerada, que resultam no término dos meios de vida tradicionais e ecologicamente estabilizados; acarreta a queda dos sistemas sociais e culturais; o uso da forma indevida dos recursos naturais, tendo como resultado a degradação ambiental; a má distribuição de renda, que levou benefícios às sedes dos municípios do que ao interior; em consequência, esses benefícios eram usufruídos pela elite e não pelo povo; esse fenômeno de empobrecimento levou ao êxodo para as cidades e o subsequente desequilíbrio populacional. (SANTIAGO, 2013, p. 1136).

Com a decadência dos engenhos, a agroindústria ficou vivendo do que restava de sua opulência, que foi decaindo até restarem apenas as ruínas. Vendo que os engenhos não voltariam mais a ativa, todos ficaram decepcionados e passam a pensar em um destino rápido para o sustento financeiro e assim os ribeirinhos começam a dedicar-se ao extrativismo dos diferentes frutos e sementes, além da produção de artesanato, da exploração dos outros recursos como a caça e a pesca.

Assim, observa-se que além dos diversos fatores que contribuíram para o declínio do sistema em questão, decorridos das mudanças trazidas pelo progresso, aliado a aspereza do trabalho do roçado e da produção aguardenteira, levaram os engenheiros a buscar, por meio de experiências já adquiridas, novas atividades, como o agroextrativismo de açaí, por exemplo, visto como um novo fator econômico gerador de renda para os moradores do município

Considerações finais

O presente trabalho buscou fazer um levantamento sobre um contexto econômico que fez e faz parte da história do município de Igarapé-Miri/PA. A história é muito importante, pois nos permite entender mais sobre momentos relevantes, revisar novos contextos, assim, através de cada leitura podemos conhecer e conciliar os fatos que nos cercam em nosso cotidiano. Este trabalho buscou, de forma breve, contextualizar fatores históricos sobre a agricultura das comunidades ribeirinhas de Igarapé-Miri, percorrendo o cenário da cana-de-açúcar. Logo, foi visível entender a importância que a cana-de-açúcar representou para a economia agroindustrial do município de Igarapé-Miri durante o seu ápice, uma vez que, a economia era pausada no desenvolvimento econômico dos grandes engenhos.

O trabalho nos engenhos manteve a economia do município por longos anos, pois a mesma teve grande contribuição na economia e na cultura, chegando a ser considerada a atividade mais importante e principal fonte de renda de Igarapé-Miri. O plantio e cultivo da cana-de-açúcar gerou empregos mesmo que o trabalho fosse árduo segundo os moradores, era muito importante para a região, uma vez que, era o meio que todos encontravam para manter a si e suas famílias.

Fontes documentais

Igarapé-Miri. Encerramento de atividade de Engenho do Itaboca, 1958. Arquivo Público municipal de Igarapé-Miri, PA.

Igarapé-Miri. Impostos de cachaça recolhidos, 1964. Arquivo Público municipal de Igarapé-Miri, PA.

Igarapé-Miri. Impostos pagos por donos de engenhos, 1963. Arquivo Público municipal de Igarapé-Miri, PA.

Igarapé-Miri. Mandato se segurança contra a cobrança de impostos da cooperativa de produtos de cana, 1962. Arquivo Público municipal de Igarapé-Miri, PA.

Igarapé-Miri. Relação de engenhos de Igarapé-Miri, 1961. Arquivo Público municipal de Igarapé-Miri, PA.

Igarapé-Miri. Relação de engenhos, seus proprietários e embargos de engenhos, 1942. Arquivo Público municipal de Igarapé-Miri, PA.

Referências

ANDERSON, Douglas Scott. **Amazônia: a fronteira agrícola** depois dos 20 anos. Belém do PA, 1991.

ANDERSON, Scott Douglas; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Engenhos Movidos a Maré no Estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, PA. Belém: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, sér. Antropologia v. 8 (2), 1992.

CARLOS, Henrique Farias de Barros. **Ensino de História, Memória e História Local**. 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf. Acesso em 01 de abril de 2021.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Graça Lobato; LOBATO, Eládio. **Memórias dos engenhos do Baixo Tocantins**. Antigos engenhos de aguardente Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Belém do PA, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/igarape-miri.html>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena**. 3ª edição História do município de Igarapé-Miri. Belém, 2007.

LOBATO, Jânio Guedes Dos Santos. **História e Memória do engenho Santa Cruz- rio Panacauera/ Igarapé-Miri – PA, 2017**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em Educação do Campo) – Universidade Tecnológica Federal do PA, Abaetetuba, 2017.

NASCIMENTO, Sônia Viana. **Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho-livre, numa região de engenhos (Grão-PA: 1843-1888)**. Belém-PA, 2017.

PEREIRA, Marília da Silva. **História da Cachaça em Abaetetuba: O auge e o declínio dos engenhos**. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Ciências Sociais) -Universidade Federal do PA, Abaetetuba/ PA, 2014.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja. **Pequeno caminho de canoa: Historiografia do Município de Igarapé-Miri, PA**. 1ª edição- Gurupi, TO: Editora Veloso, 2020.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **Berço de civilidade: Rituais**

formativos no grupo escolar de Igarapé-Miri, PA (1904-1942). 1ª ed.-Curitiba: Appris, 2020.

PINTO, José. **Histórias da Histórias de Igarapé-Miri**. 1ª edição- Gurupi, TO: Editora veloso, 2021.

PUREZA, Odifax Quaresma. **Engenho em Igarapé-Miri: Um Relato Sobre Engenho em Igarapé-Miri**. 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTIAGO, João Maria Quaresma Junior. **IGARAPÉ-MIRI- A verdade terra da cachaça**. Editora, Márcio J.P. Menezes- Belém do PA, 2013.

SANTOS, Olaíza Quaresma. **O Engenho Quaresma no Rio Mamangal E A Mão De-Obra Utilizada Neste Engenho (1950-1975)**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do PA, Mocajuba, 2013.

SINIMBÚ, Aldrin Moura. **Os jazzes de Igarapé-Miri: Dimensões Culturais do Entretenimento Musical Moderno no Baixo Tocantins (1940-1970)**. Belém do PA, 2019. Dissertação de (Mestrado)- Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do PA, 2019.

SOBRE o Município - **Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri**. Gestão 2021-2024.



A RELAÇÃO ENTRE AGRONEGÓCIO, GARIMPO E NARCOTRÁFICO NOS TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ariele Paixão dos Santos¹

Ingrid da Costa Pimenta²

Resumo: O artigo aborda os crescentes desafios na Amazônia, enfatizando a intersecção entre agronegócio, garimpo e narcotráfico, e suas repercussões nas áreas protegidas e comunidades tradicionais. A Amazônia, que ocupa 45% de áreas protegidas e territórios indígenas, enfrenta ameaças decorrentes da expansão econômica e práticas ilícitas, como evidenciado pelo termo “agropó”, representando a fusão entre agricultura e narcotráfico. A complexidade do crime organizado, em conjunto com políticas públicas frágeis, intensifica a vulnerabilidade da região. Portanto, é urgente uma abordagem integrada que combine fiscalização, políticas sustentáveis e valorização das comunidades tradicionais, visando a proteção e prosperidade da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; agronegócio; garimpo; crime organizado; comunidades tradicionais.

Introdução

A Amazônia contemporânea é um caldeirão efervescente de desafios e dilemas, caracterizada não apenas por sua biodiversidade imensurável, mas também por conflitos socioambientais que colocam em xeque a sobrevivência e a coexistência de suas populações indígenas e locais com o avanço inegável da modernidade. Dentro do âmbito do Mestrado de História da Amazônia na UNIR, a disciplina “Conflitos Socioambientais e Ruralidades na Amazônia” propõe uma imersão profunda nesse cenário, buscando compreender a magnitude e as con-

1. Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestranda em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

2. Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Mestranda em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

sequências das interações entre humanos e o ambiente, em um dos ecossistemas mais ricos do planeta.

Segundo dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG, 2023), aproximadamente 45% da Amazônia é constituída por Áreas Naturais Protegidas e Territórios Indígenas, tornando-se, assim, as regiões mais preservadas desta vasta área que se estende por nove países e abriga cerca de 33 milhões de habitantes. Porém, mesmo com tamanha relevância e proteção, essas áreas enfrentam ameaças constantes em nome do progresso, da exploração econômica e do crescimento demográfico.

Uma das ameaças mais latentes e discutidas recentemente é a interseção entre agronegócio, garimpo e narcotráfico nos territórios protegidos da Amazônia. Este novo cenário de crise amazônica é ilustrado pelo esquema “agropó”, revelado por Abreu e Toledo (2023), que articula práticas ilícitas de grilagem, pecuária, tráfico de drogas e garimpo em terras protegidas, demonstrando o novo rosto multifacetado do crime organizado na região. O impacto dessa realidade não se limita apenas à degradação ambiental, mas também à desestruturação social, cultural e política de populações tradicionais, como evidenciado pelo trágico massacre de Haximu.

Este artigo tem como objetivo discutir, através de uma revisão bibliográfica, as intrincadas relações entre o agronegócio, garimpo e narcotráfico nos territórios protegidos da Amazônia. A escolha desse tema é justificada pela sua profunda relevância para a compreensão dos atuais conflitos socioambientais que afligem a região e pelo desafio de pensar soluções sustentáveis para a convivência harmônica entre populações, biodiversidade e desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, a revisão bibliográfica permitirá uma análise crítica e reflexiva dos principais debates, estudos e relatos sobre o tema, propiciando um panorama amplo e atualizado das problemáticas envolvidas e dos desafios para a construção de uma Amazônia equilibrada e justa para todos os seus habitantes.

A Amazônia contemporânea

De acordo com o site da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada Raisg (2023), “As Áreas Naturais Protegidas e os Territórios Indígenas ocupam mais de

45% da Amazônia e representam a área mais preservada da região”. A Amazônia, uma vasta região de 7,8 milhões de km², é compartilhada por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. Ela abriga uma população diversificada de 33 milhões de habitantes, dos quais 1,5 milhão são indígenas, representando 385 povos distintos.

Uma das maiores preocupações é o desmatamento acelerado e a degradação da floresta. A expansão da fronteira agrícola, a extração ilegal de madeira e o avanço do garimpo são alguns dos principais causadores dessa perda. A degradação, mesmo que não remova completamente a floresta, enfraquece sua capacidade de regeneração e resistência a ameaças como incêndios (RAISG, 2023).

Amazônia é rica em recursos naturais, como minerais, madeira e biodiversidade. A crescente demanda global por esses recursos levou ao aumento das concessões para exploração, muitas vezes em territórios indígenas ou áreas protegidas. O resultado é uma pressão contínua sobre os ecossistemas e os povos que dependem deles (RAISG, 2023).

Projetos de infraestrutura, como estradas, hidrelétricas e oleodutos, ameaçam fragmentar ainda mais a floresta e abrir caminho para outras atividades predatórias. Além disso, esses projetos podem deslocar comunidades locais e indígenas e alterar o equilíbrio delicado dos ecossistemas aquáticos e terrestres da região (RAISG, 2023).

Em resumo, a Amazônia, um dos ecossistemas mais ricos e diversos do mundo, enfrenta pressões imensas decorrentes das atividades humanas. Essas ameaças não apenas comprometem a biodiversidade e o clima global, mas também a sobrevivência e o modo de vida de milhões de seus habitantes (RAISG, 2023).

Um novo cenário de crise amazônica: agronegócio, garimpo e narcotráfico nos territórios protegidos

No cenário nacional, Roraima sempre se encontrou no epicentro de controvérsias: desde garimpos ilegais e narcotráfico, até a exploração sexual. Uma recente exposição da revista *Piauí*, datada de 05 de setembro, trouxe à luz um esquema intrincado que mistura grilagem, garimpo e tráfico de drogas,

especialmente na região da Amazônia. E, inevitavelmente, Roraima foi mais uma vez mencionada (ABREU; TOLEDO, 2023).

O esquema desvelado iniciou-se no Maranhão, dentro do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Surpreendentemente, em uma área de conservação federal, houve a instalação de um negócio pecuário e uma pista de pouso clandestina, usada para tráfico de drogas. Essa infraestrutura ilícita demonstrou ser o novo rosto do crime organizado (ABREU; TOLEDO, 2023).

Esse esquema multifacetado envolve a grilagem em áreas protegidas, a criação de gado após desmatamento ilegal e o garimpo em terras indígenas. O termo “agropó” surgiu em meio a essa trama, indicando a junção do agronegócio com o narcotráfico (ABREU; TOLEDO, 2023).

Figura 01: Pista construída no meio de um parque público, no Maranhão, para servir ao tráfico de cocaína



Fonte: Abreu; Toledo (2023)

Roraima foi trazida à discussão, não por participação direta nesse esquema, mas por suas intrincadas redes de garimpo e narcotráfico. O passado violento da região, como o massacre de Haximu em 1993, onde 16 Yanomami foram mortos, ressoa até hoje, com líderes locais ainda contestando sua ocorrência (ABREU; TOLEDO, 2023).

A realidade enfrentada por Roraima é espelhada em outras regiões, como Maranhão e Pará. Áreas de conservação são transformadas em fazendas pecuárias, com pistas clandestinas brotando no meio da mata. De fato, investigações recentes buscam desvendar a ligação de políticos locais com essas operações ilícitas (ABREU; TOLEDO, 2023).

Nesse sentido, o “agropó” é uma triste realidade. Na região de Alto Alegre, Mucajaí e Iracema, fazendas secretas com pistas clandestinas sustentam tanto o garimpo na Terra Yanomami quanto as operações de narcotráfico. O crime, com traços do agronegócio e do tráfico, continua a se adaptar, frequentemente com a política servindo de suporte (ABREU; TOLEDO, 2023).

Em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “*auri sacra fames*”: As conexões entre o garimpo i(legal) e o narcotráfico na Amazônia brasileira durante o governo Jair Bolsonaro (2018-2022)”, Endrizio Lopes (2023), aborda em um capítulo as redes ilegais da Amazônia. De acordo com o autor existe uma relação tênue entre narcotráfico e garimpo.

A prática conjugada do garimpo (i)legal e o narcotráfico – o narcogarimpo – ocorre em um espaço dotado de uma excepcionalidade geográfica e de recursos naturais, que permite com que todas as etapas da cadeia produtiva – extração de matéria-prima, processamento e transformação em produto e a distribuição – se iniciem e se encerrem no mesmo espaço. Tal afirmação é válida tanto para a extração do ouro quanto para a produção da cocaína. (LOPES, 2023).

Como afirmado acima, o contexto em que o “narcogarimpo” se desenvolve é cheio de peculiaridades, e com uma dinâmica rica e própria. A Amazônia é um extenso território, tendo mais de 7 milhões de km², abrangendo oito países. Sua dimensão e espaços sem uma vigilância constante, permite que todas as etapas da cadeia produtiva de ambos os crimes sejam concretizados.

Trazendo essa discussão para o campo da segurança nacional, Lopes (2023), destaca que as fronteiras sempre foram um assunto delicado e de políticas sensíveis. Ao longo dos anos, essas políticas foram se modificando e passaram a compor assuntos de importância nas agendas dos estados.

Quando se pensa em fronteiras e territórios, pensa-se também na questão da geopolítica. Em um mundo globalizado e de políticas regionais integradoras, torna-se necessário compreender as dinâmicas e relações econômicas vigentes, em especial no território amazônico. As relações de poder das facções criminosas, narcotraficantes, violência e influência política são marcantes nos estados da Região Norte do país, além disso, a região também apresenta uma dinâmica única no que corresponde ao trânsito de mercadorias.

De acordo com Prizibiszki (2022), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) destacou a crescente violência e os altos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia, evidenciando a prevalência de atividades ilegais na região. Estatísticas mostram que em 2021, do total global de cocaína produzida (2 mil toneladas), metade passou pelo Brasil, e cerca de 40% dessa quantidade trafegou pela Amazônia.

A economia ilícita resultante do tráfico é comparável a 4% do PIB brasileiro, e há uma conexão direta entre essa economia e crimes ambientais, como desmatamento e mineração ilegal. A estrutura de segurança pública na Amazônia é inadequada, com um número insuficiente de profissionais. Há um policial militar para cada 474 pessoas e um delegado para cada 23 mil na Amazônia Legal (PRIZIBISCZKI, 2022).

A autora ainda destaca que segundo o documento emitido pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2022, descreve a Amazônia como palco de conflitos intensos, influenciados pela presença de facções criminosas, como PCC e Comando Vermelho. A situação deteriorou-se com políticas do ex-governo, que incentivaram a posse de armas e atividades ilícitas. Uma solução proposta é a gestão compartilhada e interestadual entre as polícias dos estados amazônicos (PRIZIBISCZKI, 2022).

Nessa perspectiva, surge como alternativa, além das atividades extensivas das forças de segurança pública, o mapeamento e a fiscalização dessas transações econômicas, tendo em destaque, a atuação das facções nas atividades de lavagem de dinheiro.

Em um capítulo, Prizibiszki (2022), discute exclusivamente as relações entre as facções criminosas instaladas na região amazônica e o garimpo. De acordo com a autora, o comércio de ouro e drogas, altamente lucrativo globalmente, tem revelado conexões profundas entre o garimpo ilegal e o

narcotráfico no Brasil. As investigações indicam a participação ativa das maiores facções criminosas do país, especialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), em ambas as atividades.

Destacou-se que o PCC, começou a se envolver com o garimpo em 2018, especialmente no estado de Roraima. A facção encontrou no garimpo, que ocorre em áreas remotas e isoladas, um refúgio para seus membros fugitivos da justiça. Já o Comando Vermelho teve sua conexão exposta após a “Operação Enterprise”, que desvendou um vasto esquema de lavagem de dinheiro que interligava narcotráfico e garimpo (PRIZIBISCZKI, 2022).

O PCC tem uma presença estabelecida em Roraima desde 2013, e sua atuação no garimpo intensificou-se após conflitos violentos com outras facções, principalmente com o Comando Vermelho. As disputas entre essas facções chegaram a um ponto crítico em 2017, quando ocorreram massacres brutais em prisões. O PCC, fortalecido, expandiu ainda mais sua influência e domínio na região (PRIZIBISCZKI, 2022).

Dentro desta estrutura, o PCC assumiu a logística e infraestrutura para a operação do garimpo, controlando, além da extração, comércios paralelos de drogas, prostituição, mercearias e até mesmo a segurança dos garimpos. No entanto, outras facções, incluindo o Comando Vermelho, também têm presença, apesar de mais discreta, no estado.

Como um dos principais motivos desse avanço das organizações criminosas na Amazônia, e a sua relação com as atividades ilegais de extração de minérios, Prizibiszki, (2022), destaca que a política de mineração do governo brasileiro também desempenha um papel crucial nesta equação.

A legislação frágil permite uma fácil legalização do ouro extraído ilegalmente. Além disso, o governo concedeu diversas permissões de lavra garimpeira para membros vinculados a facções criminosas. Outro ponto, é a relação intrínseca entre garimpo e narcotráfico em Roraima, exacerbada pelas políticas governamentais, tem levado a um aumento no desmatamento e conflitos violentos, especialmente em territórios indígenas. Como solução, Prizibiszki (2022), aponta a revisão de políticas públicas, fortalecimento da fiscalização e garantia de direitos territoriais indígenas.

Considerações finais

A Amazônia, ao longo dos anos, permaneceu como um símbolo de exuberância e diversidade biológica, mas a realidade contemporânea da região desenha um retrato mais complexo e alarmante. As pesquisas e dados apresentados neste artigo demonstram que a região amazônica se encontra em um ponto crítico, pressionada não apenas pela insaciável busca por recursos naturais, mas também por práticas ilícitas intrincadamente entrelaçadas, cujas raízes penetram profundamente na esfera social, política e econômica.

É evidente e perturbadora a confluência entre agronegócio, garimpo e narcotráfico, exemplificada pelo termo “agropó”, é um reflexo da crescente multifacetada ameaça que a Amazônia e suas comunidades tradicionais enfrentam. A constante reinvenção do crime organizado, ora explorando vulnerabilidades políticas, ora capitalizando-se da fragilidade legislativa, ilustra a complexidade do desafio.

O reconhecimento de que 45% da Amazônia são áreas protegidas e territórios indígenas, embora seja um fato encorajador, é obscurecido pela realidade de que essas zonas supostamente seguras são palco de intensos conflitos, muitas vezes mediados e exacerbados por interesses econômicos ilícitos e políticas públicas falhas.

O cenário delineado por Abreu, Toledo, Lopes, Prizibiszki e outros, conjuntamente, ilustra a urgência de uma ação integrada que vá além da simples fiscalização. É essencial que seja acompanhada de políticas públicas robustas, fortalecimento das instituições locais, estratégias de desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, um profundo respeito e valorização das comunidades tradicionais e indígenas que, há séculos, têm sido as verdadeiras guardiãs da Amazônia.

Nesse sentido, enfrentar o “narcogarimpo”, as práticas ilícitas de grilagem e a crescente ameaça do crime organizado na região requer não apenas medidas de segurança reforçadas, mas uma revisão e transformação das políticas e práticas que atualmente permitem ou até incentivam tais atividades.

Em conclusão, a Amazônia contemporânea, com suas riquezas inestimáveis e desafios monumentais, exige uma atenção global imediata. O caminho para preservar este patrimônio global e garantir a justiça e prosperidade para seus habitantes

é sinuoso e complexo, mas o reconhecimento da magnitude do problema é o primeiro passo crucial para a construção de um futuro mais promissor para a região.

Referências

ABREU, Allan., TOLEDO, Luiz Ferando. “Quero meter [dinheiro] é no agropó”. **Revista Piauí**. 2023.

AREAS PROTEGIDAS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS. **RAISG**. 2023. Disponível em: <https://www.raisg.org/pt-br/publicacoes>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

COUTO, Aiala Colares. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 44, 2020.

LOPES JUNIOR, Edrizio Domingos. **Auri sacra fames: as conexões entre o garimpo (i) legal e o narcotráfico na Amazônia brasileira durante o governo Jair Bolsonaro (2018-2022)**. 2023.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. **Cerca de 40% da cocaína traficada através do Brasil passa pela Amazônia**. *O eco*, 27 out. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.



ENTRE PRÁTICA E DISCURSO: ESCOLA BARÃO DO SOLIMÕES POR MEIO DA FOTOGRAFIA

Brenda Von Kopecz¹

Lucas Alves da Cruz²

Resumo: Dado que a memória é um exercício de seletividade, que cria e refaz os significados de valores sociais, este estudo tem como objetivo compreender o que foi o objeto de registro da escola Barão do Solimões ao longo de sua história através das fotografias que estão no acervo institucional. A pesquisa tem como objetivo aperfeiçoar o nosso conhecimento não apenas da história da escola, mas também da sua relação com o cenário mais amplo do desenvolvimento da cidade de Porto Velho, usando as fotografias como janelas para o passado e o presente, uma vez que nos permitiu perceber as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. A investigação foi realizada durante a disciplina de História da Educação Brasileira, no oitavo período do curso de História da UNIR, sob a orientação da professora Dra. Sônia Ribeiro de Souza.

Palavras-chaves: fotografia; escola; memória seletiva.

Introdução

A instituição de ensino Barão de Solimões é atualmente a escola mais antiga da cidade de Porto Velho - Rondônia, de modo que a história da escola acaba por mesclar-se plenamente com a da própria cidade. O projeto da escola foi iniciado em 1915, quando o superintendente Fernando Guapindaia veio para Porto Velho, com a missão de organizar o espaço social que se formava entorno do pátio da ferrovia Madeira Mamoré.

O projeto da escola surge como mais um espaço oficial que representava uma extensão da presença do Estado na região, de modo que a história da escola está diretamente ligada à história da administração política na região. Através das

1. Graduanda em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

2. Graduando em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

imagens publicadas em mídias, destaca-se a presença da escola como um espaço oficial de comemoração da instalação do Território do Guaporé, e posteriormente, o espaço oficial para receber o presidente Getúlio Vargas em sua única visita no município. A escola foi inaugurada em 1925, em um prédio cedido pela ferrovia, voltado especificamente para atender a educação dos filhos dos oficiais da ferrovia. Em 1949, a escola mudou suas instalações, indo para o prédio onde até hoje se encontra. O prédio da escola está situado atualmente na R. José Bonifácio, 351 - Caiari, Porto Velho - RO. Cabe-nos destacar que o problema traçado nesta pesquisa visava compreender quais tipos de fotografias a Escola Barão do Solimões valorizou ao longo do tempo, com o intuito de perpetuação de sua memória histórica. Além disso, a pesquisa teve como objetivo explorar o projeto de memória construído pela escola ao longo de sua existência, bem como identificar os tipos de atividades que foram registradas em seu acervo fotográfico. Também foi crucial investigar quais dessas atividades fotografadas foram preservadas ao longo do tempo, levando em consideração o processo de agenciamento da fotografia, incluindo a biografia do material físico que contém as imagens do passado congelada.

Dessa forma, a pesquisa teve como finalidade não apenas analisar o conteúdo das fotografias historicamente relevantes, mas também contextualizar a escolha dessas imagens e entender como elas se desenvolveram para a construção da memória da escola ao longo de sua existência. Ao examinar os tipos de atividades documentadas e identificar aquelas que foram mantidas no arquivo fotográfico, a pesquisa permitiu traçar uma narrativa visual da evolução da escola e dos eventos que desempenharam um papel significativo em sua jornada.

Essa investigação buscou lançar luz sobre o papel da fotografia como ferramenta de preservação da memória institucional, revelando as escolhas feitas ao longo do tempo e os cuidados dedicados à conservação do material fotográfico, que servem como uma janela única para o passado da Escola Barão do Solimões. Para a estruturação deste trabalho, utilizamos como referencial teórico metodológico os conceitos da autora Ana Maria Mauad em sua obra *“Poses e flagrantes”*, que pensa a imagem fotográfica como,

Uma operação racional que fornece sentido às experiências sociais. Mas que ao mesmo tempo, as dignifica e hierarquiza tornando-as memoráveis. Não se fotografa

qualquer coisa, a escolha do que será fotografado segue alguns protocolos que são perpassados pelas experiências sociais. (MAUAD, 2008, p. 19).

Nesse contexto, a abordagem metodológica utilizada foi fundamental para compreender a complexidade das imagens fotográficas e sua importância na construção de narrativas históricas e sociais. A ideia de que a imagem não se comunica de forma isolada, mas está inserida em práticas, agenciamentos e narrativas que a cercam, é essencial para uma análise aprofundada.

Além disso, considerar os regimes de historicidade presentes na produção da imagem fotográfica, conforme proposto por Mauad (2008), foi um passo crucial para desvendar as camadas de significado por trás de cada imagem. Mauad (2008) ainda nos chamou a atenção para os regimes de historicidade que abrangem vários aspectos da produção e recepção da imagem. Isso inclui a consideração da tecnologia disponível na época da produção, o que influencia a estética e a qualidade técnica das fotografias. A capacidade tecnológica da câmera fotográfica desempenha um papel fundamental na criação da imagem e na forma como ela é percebida.

Além disso, a questão da recepção da imagem é igualmente importante. Como a imagem é produzida, distribuída e recebida pela sociedade diretamente sua interpretação e seu valor como registro histórico. Os regimes de visualidade, que englobam as normas e práticas de visualização da sociedade, moldam a maneira como as imagens são entendidas e contextualizadas. A pesquisa se divide em dois principais eixos de investigação. Inicialmente, concentra-se na análise da significância por trás da produção de fotografias monumentais da Escola Barão do Solimões, considerando tanto o contexto em que foram produzidas como a maneira como foram recebidas. Esse exame se baseia em fotografias históricas da instituição, amplamente disponíveis em diversas plataformas digitais e também fornecidas como anexos em obras de referência utilizadas neste estudo, as quais abordam a história da cidade de modo abrangente.

Uma segunda linha de análise trabalha com as fotos dispersas no acervo fotográfico da escola, fotos que sobretudo registrando os anos de 2000 em diante, situadas em outro momento histórico, onde a tecnologia da produção da imagem

evoluiu e se popularizou, permitindo que a mesma fosse produzida por ampla parcela da sociedade.

Dessa forma, a construção do valor social da imagem foi compartilhada com o coletivo que vivencia o cotidiano escolar, ou seja, involuntariamente um novo regime de visualidade da imagem é criado, voltado para o registro dos elementos do cotidiano escolar, construindo com isso uma memória interna da escola, de seus professores e alunos que participavam de diversos projetos e também de eventos cívicos do Estado.

Nessa perspectiva, o projeto tem como ambição não apenas analisar a história da Escola Barão do Solimões por meio da fotografia, mas também considerar a história da própria fotografia, explorando os diferentes regimes de visualidade que moldam e contextualizam a representação da escola.

Isso implica em mergulhar em contextos diversos que influenciaram a produção e interpretação das imagens escolares, reconhecendo como as mudanças na própria linguagem fotográfica são reflexos de suas épocas. Dessa forma, o projeto busca desvendar não apenas a história da instituição, mas também a evolução e os múltiplos significados da fotografia ao longo do tempo. Como aponta Kossoy

Nessas várias etapas da trajetória da imagem, ela foi objeto de uma sucessão de construção mentais interpretativas por parte dos receptores os quais lhe atribuíram determinados significados, conforme a ideologia de cada momento. (KOSSOY, 2020, p. 134).

Considerando como fontes primárias as fotografias existentes no acervo escolar, foram realizadas diversas idas a campo para acessar o acervo da escola. O mesmo é guardado na biblioteca escolar. O acesso ao mesmo foi viabilizado pela professora Jussara Almeida, antiga funcionária da escola responsável por cuidar do espaço e também disponibilizar consultas online de imagens importantes para história da cidade que contaram com a participação e representação da escola em diferentes contextos.

Também é importante ressaltar que durante a análise das imagens que compunham o acervo fotográfico da escola, foi levado em consideração características da organização, tipos de imagens, estado em que se encontravam as imagens e acesso. Partindo dos procedimentos teóricos do trabalho de Mauad

em *Poses e Flagrantes* (2008) consideramos a questão do agenciamento, ligados a relação das fotos com a sua trajetória no acervo como objeto, sua salvaguarda, distribuição, manuseio e arquivamento. E a questão do produto, para pensar a fotografia como parte de um processo de relações entre sujeitos, como expressa narrativas e dialoga com memórias. (MAUAD, 2008)

Para ampliarmos o sentido das imagens, contamos a colaboração da professora Jussara, que por ser antiga funcionária da escola, é portadora da memória da mesma e seus relatos sobre as imagens foi de grande relevância para nossa compreensão sobre o produto das mesmas. Esses relatos foram obtidos através de entrevista semiestruturadas, tendo como ‘um fio condutor de rememoração’ (MAUAD, p.23, 2008), operando como um indivíduo que compartilha as vivências daquele coletivo, servindo de importante auxílio para refletirmos sobre as intenções por trás do que foi objeto de registro da escola.

Conhecendo o surgimento da Escola Barão do Solimões

Nos primórdios da formação da atual cidade de Porto Velho, o acesso à educação era restrito a alguns grupos sociais, geralmente ligados à administração da ferrovia. Como destaca Silva (1991), a educação formal foi oferecida na região em duas esferas: particular e oficial. O ensino particular fez-se presente desde o processo de construção da ferrovia, sendo patrocinado pela administração da ferrovia para atender os filhos dos seus funcionários.

A esfera da educação particular estava presente desde as fases iniciais da construção da ferrovia, uma vez que não existiam escolas públicas até 1915. Assim, para alfabetizar os filhos, os barbadianos³ ofertavam alfabetização nos barracões da ferrovia, uma vez que entre este grupo havia professores. Quanto aos filhos do restante da população que não pertenciam ao quadro de funcionários da Madeira-Mamoré, a solução era contar com as aulas de professores particulares. Com a chegada da municipalidade em 1915, a administração da ferrovia desem-

3. O termo utilizado pela população local para designar homens e mulheres advindos da América Central que trabalharam na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré era “barbadianos”. Essa designação se originou do fato de que Barbados, era um dos locais onde os trabalhadores eram recrutados para participar desse empreendimento ferroviário. Portanto, os trabalhadores vindos de Barbados e de outras regiões da América Central ficaram conhecidos como “barbadianos” devido a esse ponto de recrutamento

penhou um papel ativo ao patrocinar escolas e professores para atender, sobretudo, aos filhos de seus funcionários. Sobre a escolarização dada pelos barbadianos, se faz importante destacar que,

Vale salientar que enquanto o espaço público sofre com a ausência de escolas e com um número significativo de analfabetos, o espaço privado, representado pelos barbadianos, quebra em pleno início do século XX, o paradigma nacional ao erradicar o analfabetismo entre uma comunidade de negros. Pode-se dizer que no Barbadian Town, (...) por possuir um bom número de professores entre os seus moradores e que aqui estavam como trabalhadores da ferrovia, não foi difícil convocá-los para alfabetizar as crianças do bairro na língua inglesa. As cartilhas eram oriundas da Inglaterra e o ensino, nos barracões do bairro, eram destinados a formar novos leitores da Bíblia e a capacitá-los para o mundo do trabalho na ferrovia. (NOGUEIRA, 2008, p. 115).

A elevação de Porto Velho à condição de município significou que a educação se tornou uma das principais preocupações ligadas à presença da administração pública do Estado na região. Como nos informa Nogueira (2008), no ano de 1915, sob a direção do Major Fernando Guapindaia, foi criada a primeira Escola Mista do Município de Porto Velho.

Depois de diversas campanhas de conscientização sobre a relevância da educação, finalmente a comunidade dos Mundicás, tiveram direito a educação (NOGUEIRA, 2008), também no ano de 1915 surge, por parte do governo do Amazonas, a iniciativa de fundar uma escola estadual no município, que no nome homenageia Manuel Francisco Machado, primeiro e único barão de Solimões. Entretanto, a escola foi inaugurada em 1925, em um prédio cedido pela ferrovia, que, como informa a edição do *Jornal do Alto Madeira*, era voltado para atender os filhos dos trabalhadores da E.F.M.M.

Esse prédio, que serviu como a sede do Colégio Barão do Solimões, teve um papel de destaque na história de Rondônia. Foi nesse local que, em 1943, foi proclamado o Território Federal do Guaporé. Esse evento é considerado um marco fundamental na história do atual estado de Rondônia. As fotografias tiradas e os registros feitos nesse contexto se tornaram verdadeiras imagens-documentos e monumentos, como asseverou

Mauad (2008), em seu estudo sobre a fotografia. Tais imagens eternizaram o prédio que, além de ser a primeira sede do Colégio Barão do Solimões, também foi o local onde ocorreu a proclamação do Território Federal do Guaporé. Essas imagens históricas tornaram-se símbolos da importância desse edifício e do seu papel na construção da memória e da identidade do estado de Rondônia. Com a elevação ao grau de Território Federal, o poder administrativo iniciou um projeto arquitetônico que pretendia dar um ar de moderno e civilizado à região. Como destaca a autora:

Redesenhar esse espaço se tornou importante no sentido de garantir um novo formato à urbe, que precisava ser revelada à luz do capital por seus sujeitos urbanos. Tal efeito que a cidade do início do século passado se propunha a desencadear entre seus sujeitos era a ideia de modernidade nas fachadas dos prédios, bairros e todo o conjunto arquitetônico que aqui passaram a se projetar. (NOGUEIRA, 2008. p. 88-89).

Segundo Kossoy (2020), desde o segundo reinado constituiu-se um projeto nacional de criação de uma imagem de país moderno, partindo da arquitetura monumental e a construção de uma narrativa fotográfica desses monumentos, tendo modelos europeus como referências. Criou-se assim uma imagem de modernidade que surge a partir do que o espectador estrangeiro considera como moderno. Apesar de enquadrar-se historicamente na República, o projeto de modernização de Porto Velho, no contexto de Território Federal do Guaporé, não difere dessa lógica. Com suas obras arquitetônicas direcionadas em criar uma representação que dialogam muito mais com o espectador estrangeiro, do que com a população que se fazia presente como sujeitos que vivenciavam esses espaços sociais.

Porto Velho parece que nasceu como um monumento voltado aos interesses do colonizador. Os interesses do colonizador deveriam prevalecer sobre os interesses de seus sujeitos urbanos; a cidade deveria garantir uma visibilidade e um ar de modernidade, não só aos habitantes da urbe, mas, sobretudo ao viajante, que deveria ser seduzido, não só pelo verde de suas matas, mas também pela selva de pedra que se consolidava ao lado de uma das margens do Rio Madeira. (NOGUEIRA 2008, p. 89).

O segundo prédio do Colégio Barão do Solimões surgiu em um contexto em que o Brasil buscava estabelecer uma imagem de país moderno, como mencionado anteriormente. Inaugurado em 1949, esse novo edifício se destacava pela sua fachada imponente, com portas de considerável altura. Ele representava um verdadeiro monumento desse momento histórico para a cidade de Porto Velho. Esse novo edifício se tornou um símbolo do compromisso com a educação e a formação das gerações futuras em um ambiente que correspondesse aos ideais de uma nação em desenvolvimento.

O fato de a escola possuir um espaço oficial com uma arquitetura monumental tornou-a uma escolha natural para ser fotografada em diferentes contextos. O escritor Mário de Andrade contou sua viagem em seu livro “O Turista Aprendiz” em 1976. Nessas narrativas, Mário de Andrade registrou imagens de alunos do Grupo Escolar Barão do Solimões em procissão em frente ao prédio da escola, bem como na recepção do presidente Getúlio Vargas à cidade.

As fotografias que capturaram esses momentos e eventos envolvendo a escola não apenas documentaram a história, mas também contribuíram para a construção de uma narrativa visual da modernidade e do progresso da cidade de Porto Velho. Elas representavam um registro significativo do papel da escola na sociedade e da sua conexão com os eventos e transformações da época.

Sobre o acervo da Escola Barão do Solimões

O acervo da Escola Barão do Solimões apresenta problemas de várias ordens. Em primeiro lugar não existe um servidor que tenha conhecimento sobre armazenamento, catalogação, limpeza e armazenamento das imagens. Assim, o trabalho é feito de forma artesanal e conta, pela ausência de catalogação da maior parte das fotografias, com a colaboração da professora Jussara de Oliveira que trabalha no local. A grande parte do acervo fotográfico da escola estava em uma única caixa do tipo arquivo morto, a única a qual tivemos acesso no acervo. A outra parte, não pudemos estimar quanto, dos arquivos fotográficos encontram-se armazenados na memória de computadores que não estão mais em funcionamento.

É notável que a escola também tenha adotado um acervo online de fotos em sites, como evidenciado na Figura 2. Isso

demonstra a adaptação a um novo regime de visualidade, influenciado pelo surgimento das mídias digitais, esse acervo online permite compartilhar essas fotografias com a comunidade de uma maneira mais acessível. As fotografias que tivemos acesso para manusear se encontravam na caixa arquivo dispersas e misturadas, sem legendas ou técnicas de arquivamento que pudesse ser possível identificar ano e a o que se referem. Sem qualquer critério de ordem, (Figura 1) dentro da caixa arquivo, também foi encontrado algo em torno de 10 pequenos álbuns de fotografias em ótimo estado físico.

Figura 01: Acervo físico da escola Barão do Solimões



Fonte: Imagem capturada por pesquisadores durante visita em setembro, 2023.

Notamos também que algumas fotos impressas, estavam contidas em uma única caixa arquivo no armário do acervo sem nenhum cuidado com fungos ou outras sujidades que comprometem a qualidade das imagens e nem estavam catalogadas. O acervo físico continha ainda algumas poucas fotografias históricas monumentais da estrutura da escola, estimasse aproximadamente de 1940. Atualmente a imensa maioria das imagens no

acervo físico registravam os eventos dos anos de 2000 a 2012, de acordo com os relatos da professora Jussara de Almeida. Percebe-se no acervo físico da escola a ausência de fotografias após a década de 50 até 90, um “sumiço” no tempo de imagens dos anos 50, 60, 80 e 90, assim explica Mauad (2008), há de se considerar os lapsos, as interrupções, os esquecimentos e rupturas que ocorreram na construção do acervo. Essas lacunas podem ser resultado de vários fatores, como a perda de fotografias ao longo do tempo, a falta de documentação adequada em certos períodos ou a não realização de registros fotográficos durante determinadas décadas.

Figura 02: Acervo digital da escola Barão do Solimões



Fonte: Página da escola Barão do Solimões no site Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/barao.dosolimoes.5>. Acesso: 10 de setembro, 2023.

Sobre a variedade de fotografias que constituem o acervo da escola, esse nos diz sobre quais foram seus principais objetos de registro no tempo. Durante a análise dos acervos dos anos 2000 mil até recente, destacou-se a grande quantidade de imagens de projetos extracurriculares, teatrais, culturais, eventos esportivos e cívicos. A escolha de registros da escola optou principalmente por eventos ocorridos em suas dependências. Essas imagens estavam organizadas em álbuns de fotos, apesar de ainda haver muitas imagens de eventos dispersas na caixa arquivo. A presença de registros em jogos internos escolares da escola é uma das mais encontradas, o cuidado com as fotografias relacionadas ao esporte é notável pelo estado de conservação das imagens por álbuns.

O projeto da vila de Santo Antônio revelou-se como um achado significativo no acervo da escola. Esse projeto envolvia passeios com as turmas pela vila e pela cachoeira de Santo Antônio, e de acordo com o relato da professora Jussara, era uma característica essencial da escola e muito querida pelos estudantes, no entanto, o projeto foi interrompido em 2009 devido à construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. No acervo nota-se a quantidade de fotografias envolvendo tanto o projeto em execução quanto o momento da construção da Usina que sinaliza o fim da atividade extraclasse. O relato da professora Jussara sobre o impacto da usina na interrupção do projeto enfatiza como eventos externos podem afetar profundamente a vida escolar e a experiência dos alunos. Esse ato de rememoração de Prof. Jussara de Almeida, conforme abordado por Mauad (2008), permite pensar sobre o papel da fotografia na documentação da história e na preservação das memórias.

A presença de imagens desse grupo de fotos com sobreposições em uma moldura de papel e legendas sugere que essas fotografias possivelmente já foram expostas em algum momento e agora retornaram ao acervo. Isso pode indicar que essas fotos tiveram um papel de destaque em exposições anteriores. A escola também registrou com frequência projetos culturais como corais musicais, feiras temáticas e teatro. A conservação desse grupo de imagens era variada, com uma grande porção delas sendo salvas em álbuns, o que demonstra o cuidado com a preservação dessas memórias visuais.

Figura 03: Alunos jogando vôlei durante jogos escolares do Barão do Solimões



Fonte: Acervo da escola Barão do Solimões.

Figura 04: Alunos em atividade musical na escola Barão do Solimões



Fonte: Acervo da escola Barão do Solimões.

Figura 05: Grupo de fotos da construção da UHE de Santo Antônio



Fonte: Acervo da escola Barão do Solimões.

O encontro de duas fotografias que mostram a fachada da escola em diferentes momentos no tempo é um achado significativo durante as visitas ao acervo. O muro da escola, que desde sua fundação tinha poucos metros de altura em comparação a outras escolas da rede estadual, foi mantido com essa

característica ao longo dos anos. O relato da professora Jussara acrescentou informações valiosas, indicando que em 2013 a escola possivelmente teve seu muro mais alto até então, juntamente com um portão alto, tampado e sem grades, indicando a necessidade de se preservar da violência externa.

No acervo físico, encontramos duas fotografias do muro da escola, com seu característico muro baixo e valores arquitetônicos. Essa tentativa de preservar a fachada da escola ao longo do tempo reflete o valor atribuído à tradição e à história da instituição, o que foi corroborado pelo relato de Jussara. É um exemplo de como a arquitetura e os detalhes visuais da escola desempenham um papel importante na identidade da instituição. Essas fotografias também podem ser usadas para mostrar como a escola evoluiu em termos de infraestrutura ao longo dos anos.

É realmente interessante observar, a partir da preservação dessas fotos no acervo, a valorização da fachada da escola, que reflete uma preocupação com sua identidade arquitetônica. Além disso, a presença de uma grande quantidade de fotografias dispersas sobre monumentos da cidade de Porto Velho, bairros da zona sul e centro, tanto antigas quanto recentes, sugere um profundo apego da escola à história da cidade. Isso demonstra como a instituição se vê como parte integrante da história e do tecido social em que está localizada.

Figura 06: Fachada da escola Barão do Solimões



Fonte: Acervo da escola Barão do Solimões.

Figura 07: Fachada da escola Barão do Solimões



Fonte: Acervo da escola Barão do Solimões.

Conclusão

O presente trabalho apresentou aspectos do agenciamento confuso da escola com o seu acervo. A sua relação com a fotografia surge em um momento histórico oficial, mas se estreita na dificuldade de salvaguarda, como possível afetado pela influência das gestões que passaram pela direção da escola e o desconhecimento de técnicas de arquivamento. É possível compreender com esta pesquisa que, a memória seletiva do Barão do Solimões é evidenciada através de seu acervo fotográfico, de tal modo que é possível perceber as intercorrências ocorridas no tempo quanto as mudanças dos objetos de registro da escola.

As fotografias da escola estão, inicialmente, ligadas aos eventos monumentais que eternizaram o colégio na história da cidade. Isso se deve ao projeto político ideológico, que teve a escola como um espaço oficial e a fotografia como um meio para criar uma representação de um lugar moderno e bem administrado politicamente.

Dessa forma, as imagens dos anos 1940 são notáveis porque mostram a construção de uma representação sobre a cidade a partir da fotografia que revela a arquitetura da escola associada a imagem de Vargas. O segundo momento e onde ocorreu a mudança verificada neste trabalho, é quando os registros se tornam o cotidiano voltado para a comunidade esco-

lar. Registrando um novo regime de visualidade, comprometido em criar uma memória interna da intuição, construindo uma representação da escola mais próxima do seu dia a dia.

Desempenhar esse resgate fotográfico arquivístico é possível para a escola, desde que se atente a técnicas de arquivamento, catalogação, limpeza e proteção de seu acervo, práticas essas que não foram executadas até onde tivemos conhecimento. Essa desorganização pode indicar um desconhecimento da escola da importância de seu patrimônio fotográfico como memória, logo, sua preservação é precária.

Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais sistemática e dedicada à gestão do acervo fotográfico da escola, garantindo sua preservação a longo prazo. A documentação visual desempenha um papel vital na construção da narrativa histórica de uma instituição, e a escola tem a oportunidade de fortalecer sua conexão com sua história por meio do cuidado e da valorização dessas imagens.

Referencias

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. Ateliê Edital. São Paulo. 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Ateliê Editorial, 2020.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói: EdUFF, 2008.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **A construção do Espaço Social em Porto Velho na Primeira Metade do Século XX: um olhar através da fotografia**. 2008.



MONUMENTO AOS PIONEIROS: UMA HISTÓRIA DE RONDÔNIA CRAVADA EM PEDRAS

Ozonildo Fernandes Oliveira¹

Marco Antônio Domingues Teixeira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma obra de arte, erguida na década de 1980, quando se comemorava o recém criado Estado de Rondônia e a maioria da população, migrantes, que segundo sua crença da época vieram em busca de terra e por terem que desflorestar suas propriedades mediante muita adversidade ambiental, social e econômica, foram denominados como Pioneiros. Esta pesquisa é carregada de significados diversos, pois monumentos são representações sólidas e palpáveis de memórias comuns, que abrangem diferentes dimensões existenciais, culturais, históricas e sociopolíticas. Esse trabalho se propõe a analisar a obra esculpida em concreto, sob a forma de altos relevos e que traz quadros que afirmam a “identidade pioneira” dos colonizadores de Rondônia. É um Monumento Oficial e carregado da fala oficial dos governantes do Regime Militar.

Palavras-chave: Monumento; Pioneiros; Rondônia; História; Porto Velho.

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivos apresentar o monumento como arte e como representação, analisando suas imagens, seu lugar de disposição e, como ele deveria ser, antes de tudo uma informação prévia ao viajante e aos usuários da rodovia BR 364, na área em que se adentra, ainda hoje, parte importante e central do espaço urbano de Porto Velho. Os métodos que serão utilizados nesta pesquisa iniciam-se com a revisão da bibliografia, documental e iconográfica.

1. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestrando em Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PGHAM/UNIR).

2. Professor Doutor do Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir de levantamento de obras já analisadas e publicadas por vários meios desde livros a artigos científicos, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de colher informações para o problema a qual deseje resposta. A pesquisa documental segue os mesmos rumos da pesquisa bibliográfica, a diferença é que a pesquisa bibliográfica é feita por materiais já elaborados, enquanto a documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico.

Os documentos são, atualmente, vistos de forma diferenciada em relação ao que se descrevia como material documental há meio século. Hoje admitem-se que documentos podem ser mais do que textos escritos e não publicados, mas abrangem obras de arte, fotografias, narrativas, oralidades, paisagens antropizadas ou naturais. A própria pesquisa iconográfica demonstra a mudança no conceito e no trato com a documentação.

Este trabalho está dividido em duas seções primordiais, a primeira relata as fases de idealização do monumento aos pioneiros desde a inauguração até a atualidade. Na segunda seção, apresento a leitura de significação de cada painel e gravura nele presente. Em todas as seções paira o meu problema de pesquisa: por que esse monumento de entrada denominado “Monumento aos pioneiros” foi tão importante na época e hoje jaz no esquecimento? As interrogações são muitas, as explicações ainda aguardam um bom estudo teórico e prático; mas é notável, a sobrevida do descaso e do abandono daquilo que convencionou-se chamar de monumentos em Rondônia.

O monumento, sua origem, o descaso e atualidade

No dia 13 de setembro de 1984, foi um dia de muito prestígio, era um momento de inauguração de uma obra que foi projetada com a parceria do Governo Federal e Estadual. Que foi a inauguração da pavimentação da BR-364 e seu trevo de acesso, onde neste trevo era uma praça, e o povo e as autoridades presentes prestigiaram não só a inauguração da pavimentação da BR, mas também a inauguração do “Monumento aos Pioneiros” (Figura 02).

Na imagem abaixo (Figura 01), percebemos que a realização do evento era muito importante tanto pela festa do asfalto quanto ao monumento estampado na capa do Jornal em destaque dias antes de sua inauguração. O monumento

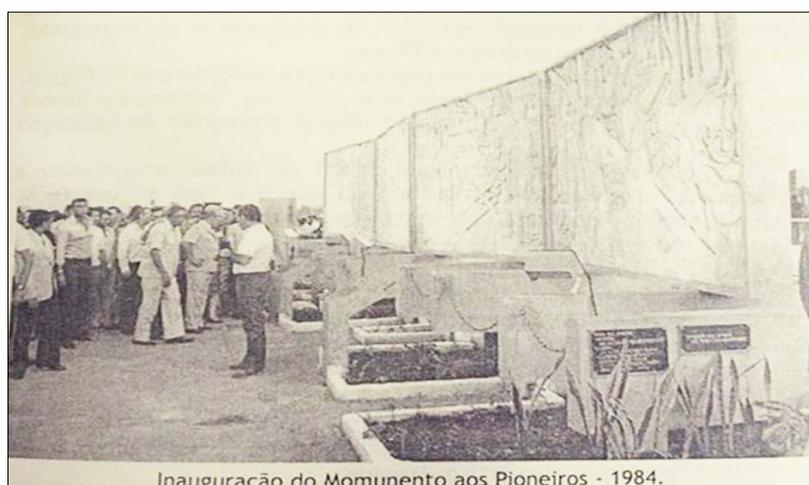
aos pioneiros foi projetado por Hέλvia Reis, feito em Cimento aparente em alto e baixo relevo, com técnica denominada ar fresco, executada pelo artesão cearense Mestre Athayde (Alto Madeira, 1984). No dia da inauguração, aproximadamente 20 mil pessoas se fizeram presentes no trevo dos pioneiros juntos com as autoridades da época, o Presidente da República João Batista Figueiredo, governador Jorge Teixeira de Oliveira e o prefeito Sebastião Valladares.

Figura 01: Jornal Alto Madeira de 11 de setembro de 1984 / N.º. 15,464



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

Figura 02: Inauguração do monumento aos pioneiros por autoridades e população



Inauguração do Monumento aos Pioneiros - 1984.

Fonte: BORZACOV, 2007, p. 203.

Hélvia Reis (1984) relata a sua ideia e projeção referente ao “Monumento aos Pioneiros”: “quando eu idealizei esse Mural eu tive como objetivo primordial em homenagear a todos aqueles que chegaram aqui em épocas difíceis, quando não havia estradas não havia comunicação com o resto do Brasil deram seu suor, seu sangue e suas lágrimas por essa terra”.

Figura 03: Trevo do Roque, onde ficava o Monumento aos Pioneiros



Fonte: <https://www.banzeiros.com.br>. Acesso em 10/10/2023.

Depois do monumento concebido, através de sua inauguração, a imagem acima (Figura 03) mostra a praça que seria o trevo de acesso à cidade de Porto Velho. Aonde está o quadrado branco em destaque estaria localizado o monumento aos pioneiros, até que em 2009, com a gestão do prefeito Roberto Sobrinho, o local foi reformado e transformado num viaduto para facilitação do tráfego veicular, pois a Cidade de Porto Velho já estaria mais ampliada neste local os fluxos de acidentes entre veículos automotores eram constantes. Sendo assim o monumento sumiu por um tempo.

Figura 04: O Monumento abandonado em meio ao mato



Fonte: <https://painelpolitico.com>. Acesso 10/10/2023.

A imagem acima (Figura 04) representa o descaso pela autoridade pública referente ao que representa e transmite uma História. De acordo com Alex (2014), a gestão dizia que estava tudo guardado em boas condições, mas analisando estas condições de guarda observamos o quanto o poder público está preocupado com as ocasiões patrimoniais. De acordo com Pacheco (2017, p. 02), o termo “política do precário”, baseado pelo sentido do trabalho de João Cezar de Castro Rocha, no caso uma política de preservação que destrói a origem e ao mesmo tempo despreza e abandona o patrimônio histórico.

De acordo com um jornal eletrônico, o monumento foi revitalizado e instalado no espaço alternativo de Porto Velho, afrente da força aérea Brasileira e no aeroporto internacional Jorge Teixeira de Porto Velho (RONDONIAGORA, 2015). Abaixo está a imagem (Figura 05) da atualidade que continua se encaixando na ideia que Pacheco (2017) explana, um monumento instalado, mas descaracterizado da forma de origem.

Figura 05: O monumento descaracterizado a base de cal



Fonte: Arquivo pessoal Ozonildo F. Oliveira, 2020.

Monumento aos pioneiros: uma história de Rondônia

O Monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. (CHOAY, 2006, p. 26).

A imagem número um (Figura 06) representa a bandeira de Antônio Raposo Tavares, e analisando a imagem é interessante, pois podemos ter ou tentar imaginar as dificuldades que o

próprio homem tinha em adentrar o sertão, o local desconhecido e os dois homens que estão nos cantos da gravura entre as árvores, representam índios, que podem ter dois significados; primeiro a dificuldade que o próprio bandeirante teria de ataques indígenas ao adentrar o sertão e, ao mesmo tempo, a função do Bandeirante na captura de índios para torná-los escravos.

Desde antes da primeira metade do século XVII os bandeirantes paulistas ultrapassaram a linha de Tordesilhas. A mais famosa dessas expedições foi a de Raposo Tavares, que partindo de São Paulo em 1648 terminou em Belém do Pará em 1651 (...). Incontestável é que Raposo Tavares partiu para saquear as missões religiosas dos espanhóis e capturar escravos indígenas. (FONSECA, 2016, p. 42).

Figura 06: Imagem número 1 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

De acordo com SILVA (1991), os bandeirantes nunca pretenderam, porém, fixar-se à terra ou nela produzir riquezas, mas somente iam em busca de enriquecimento. “Segundo essa História predominante foram os bandeirantes paulistas que conquistaram nossas fronteiras para oeste da linha de Tordesilhas, tanto para prear indígenas e escravizá-los como para explorar as riquezas minerais ali descobertas” (FONSECA, 2016, p. 46).

A imagem número dois (Figura 07) está representando o período de construção do Real Forte Príncipe da Beira. Forte

construído em plena selva, a beira do rio Guaporé. O Real Forte Príncipe da Beira é uma obra monumental que se localiza hoje no município de Costa Marques em Rondônia. Mas esta obra foi construída entre 1775 e 1783. De acordo com Barroso,

O Real Forte Príncipe da Beira foi criado com o propósito de evitar o contrabando do ouro, assegurar a vigilância dos rios que davam passagens para a Capitania de Mato Grosso, assim como, de intimidar as invasões por espanhóis naquela fronteira, como o que ocorreu anteriormente, no governo de Rolim de Moura, quando os espanhóis haviam construído a missão de Santa Rosa no lado direito do Guaporé, pertencente aos portugueses a partir do Tratado de Madri 1750. (BARROSO, 2015, p. 29).

Figura 07: Imagem número 2 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

Analisando mais a imagem destinada ao Forte Príncipe da Beira, no meio os três homens representam a mão de obra que o forte teve. Conforme Barroso (2015), há mão de obra especializada de brancos e escravos, qualificação e instrução da mão de obra indígena e a participação de trabalhadores livres, em meio às limitações enfrentadas no transporte de materiais, escassez de matéria prima e doenças tropicais como a malária, a qual assolou a maioria dos trabalhadores, inclusive Sambuceti. Em 1937, ocorreu seu tombamento como Patrimônio histórico brasileiro e hoje, na atualidade, suas ruínas servem como meios turísticos para a região, cuja preservação está sob os cuidados do exército brasileiro.

Figura 08: Imagem número 3 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

A imagem número três (Figura 08) está representando o período de construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A Bolívia buscava uma alternativa para o escoamento de produção para países compradores, pois a mesma havia perdido sua rota marítima da costa do pacífico para o Chile. Então foi acordado a construção da ferrovia para superar os trechos encachoeirados de Guajará-Mirim e Santo Antônio (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Segundo Borzacov (2007), Porto Velho era um centro de imigração nesse período. Analisando as duas fases da construção da ferrovia, sua população era formada por brasileiros do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e de estrangeiros. Havia de tudo: barbadianos, norte-americanos, bolivianos, peruanos, árabes, turcos, inglês, chineses, hindus etc. dentre esses bem poucos amazonenses. “Recriando na Amazônia o mito Bíblico de uma nova Babel do imperialismo” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 140).

De acordo com Oliveira (2012), a construção da ferrovia Madeira Mamoré ficou marcada pelos sofrimentos dos operários com doenças tropicais e mortes. Logo após terminada a ferrovia, a formação de seringais no continente asiático, plantados com mudas de seringueiras originárias e contrabandeadas do Brasil, ocorre a desvalorização do preço do látex no mercado internacional. Com a queda comercial, a região é abandonada e a empresa da ferrovia, que a partir de 1912 executava os transportes de produtos e passageiros entre Porto Velho a Guajará-Mirim, foi a falência e teve seu contrato rescindido passando a ser administrada por um interventor do governo brasileiro, pois afinal era ela que mantinha o abastecimento da região do Alto Madeira.

Oliveira (2012) afirma que, mesmo com o fracasso comercial, foi da ferrovia que se originaram as cidades de Porto Velho e de Guajará-Mirim; o marco de início de desenvolvimento da bacia do rio Madeira, assim contribuindo para o povoamento de uma região deserta, inóspita e doentia.

Figura 09: Imagem número 4 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

A imagem número quatro (Figura 09) está representando a comissão Rondon na instalação de linhas telegráficas. Não havia estradas, mas caminhos entre povoados, as comunicações providas do Norte, somente por vias fluviais, através de vapores gaiolas ou em lanchas entre Belém e Santo Antônio do Rio Madeira, com Candido Mariano da Silva Rondon, foi criado em 1907 pelo presidente Afonso Pena uma comissão construtora de linhas telegráficas para efetuar a ligação entre Cuiabá e Santo Antônio do Rio Madeira, ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, na qual Rondon estava chefe desta comissão. E o governo federal tinha como propósito unir por linhas telegráficas o Sul ao Norte do país através do Oeste (PINTO, 1993).

Além das linhas telegráficas e serviços afins, essa comissão também ficou encarregada de efetuar levantamento geográfico, botânico, zoológico, geológico, etnológico e antropológico, de se verificar a situação das tribos indígenas naquele sertão. Esta comissão passou a ser reconhecida com “Comissão Rondon” (PINTO, 1993).

Paralelamente a construção de ferrovias, o telegrafo deveria ser instrumento de modernidade, capaz de assegurar a chegada do progresso e de estabelecer a civilização

nos confins mais isolados do país. Desta forma assegurava-se o estabelecimento de núcleos de povoamento, garantia-se a segurança das fronteiras e procedia-se uma política que possibilitaria, ao longo do tempo, a integração dos indígenas e tapuios à sociedade brasileira, tornando-os “civilizados e uteis”. (TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 146).

Os trabalhos foram realizados durante os anos de 1907-1915 foram construídos 2270km de linhas telegráficas com um total de 28 estações, a importância da obra foi de tamanha grandeza, pois fixou núcleos de povoadamentos na região como: Vilhena, Pimenta Bueno e Jarú que depois viria a ser Rondônia (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Figura 10: Imagem número 5 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

A imagem número cinco (Figura 10) esta representando os soldados da borracha no segundo ciclo da borracha. Na imagem, é visível nas figuras as técnicas desde a extração e defumação da borracha. No período de 1939-1945, explode a Segunda Guerra Mundial, a malásia é ocupada por tropas japonesas, o que inviabilizou a extração do látex para abastecer os países aliados. Com isso, em 1942, foi assinado “Os Acordos de Washington” (PINTO, 1984, p. 94), “cujo objetivo era organizar a produção do latex brasileiro” (OLIVEIRA, 2012, p. 29). Segundo Matias (2013), a Amazônia foi transformada em uma zona de guerra, para a produção emergencial da borracha silvestre.

No período de Getúlio Vargas, abriu-se inscrições para o alistamento militar para um novo exército, o da extração do látex, esses novos militares oriundos do nordeste brasileiro que vieram para os seringais Amazônicos ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha” (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com Matias (2013), há uma divisão da mão de obra para a extração da borracha. De um lado, os soldados da Borracha, jovens, em sua maioria nordestinos, na faixa etária de 18 a 25 anos, solteiros, recrutados pelo exército, mas lançados para trabalhar nos seringais amazônicos. De outro lado, os Arigós também nordestinos, mas não inseridos no recrutamento militar com idade superior a 25 anos, destinados aos mesmos seringais; no entanto, não eram soldados da borracha, na medida que integravam o segmento voluntário de ir para Amazônia.

Outros órgãos foram implantados no período do Segundo Ciclo da Borracha, a exemplo do Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico, SAVA, encarregado do fornecimento de viveres para os seringais. O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para o Vale Amazônico, SEMTA, que fazia o recrutamento dos Soldados da Borracha, e a Comissão Administrativa de encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia, CAETA, que procedia a inscrição e encaminhava outros segmentos, nordestinos ou de outras regiões para os seringais. (MATIAS, 2013, p. 34-35).

Em 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé e após o fim da Segunda Guerra Mundial, se encerra o Segundo Ciclo da Borracha.

A imagem número seis (Figura 11) está representando a abertura da BR 029. “Conhecedor da importância da abertura de uma rodovia para integrar a região de Rondônia com as regiões centro-oeste, sudeste e sul do país” (OLIVEIRA, 2012, p. 35). Paulo Nunes Leal (1984), governador do Território Federal de Rondônia, em sua obra *o Outro Braço da Cruz*, relata que carregava consigo um pequeno esboço da ligação terrestre entre Rio Branco, Porto Velho e Cuiabá. Antes do ato de decisão Leal ainda mostrou seu pequeno mapa para Dr. Régis Bettencourt, que era diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens/ DNER, desencorajando o mesmo, pois o departamento já estava com dívida vultosa referente ao asfaltamento da rodovia Belo Horizonte-Brasília.

Figura 11: Imagem número 6 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

Leal não perdeu as esperanças; e, de acordo com ele, o momento foi uma reunião entre o presidente Juscelino Kubitschek e os governadores do norte que estavam reunidos. Antes da reunião, ouvem uma recomendação para que os governadores não pedissem nada para seus estados, mas, no ato, foi diferente. Iniciada a reunião, vários governadores falaram sobre diversos problemas em suas regiões.

Teve um momento que houve uma pausa, um silêncio como se a reunião fosse para o fim. Aí entra Paulo Nunes Leal dizendo: – Presidente, o senhor já ligou Brasília a Belém e a Porto Alegre e a está ligando a Fortaleza. Por que não completa o outro braço da cruz, construindo a rodovia Brasília-Acre? (LEAL, 1984, p. 19).

Leal meio tremulo, houve um silêncio na hora aí veio o Presidente e pergunta-lhe: – Uai, Paulo. E pode? (LEAL, 1984, p. 19).

E, no impulso da emoção e do momento de oportunidade que ele não tinha a perder, responde: – Pode, Presidente; mas é negocio pra homem! (LEAL, 1984, p. 19).

Dando sorriso o Presidente retruca espalmando as mão à mesa e diz: – Então vai sair! (LEAL, 1984, p. 19).

Sengundo Oliveira (2012), em 1961, o Presidente JK inaugura a BR-029 (na atualidade, BR-364) e, em 1966, ela é concluída pelo 5º BEC (Batalhão de Engenharia e de Construção).

Figura 12: Imagem número 7 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

A imagem número sete (Figura 12) está representando o Programa de Integração Nacional. Esse programa resultou na criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de operacionalizar a organização fundiária e solucionar pacificamente as tensões sociais ao processo de ocupação humana rural/urbana na região do Território Federal de Rondônia (MATIAS, 2013).

Figura 13: Imagem número 8 do monumento aos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal de Ozonildo F. Oliveira, 2015.

Segundo Matias (2013), o INCRA implantou projetos integrados de colonização (PIC) e projetos de assentamento diri-

gido (PAD) que organizariam a colonização e o assentamento agrário em Rondônia. Porém a quantidade de colonos a procura de terras era grande, assim ocorrendo tensões sociais em muitos locais do território. Os migrantes colonos que chegavam a Rondônia passaram a demarcar e a tomar posse dos lotes rurais que, posteriormente, os técnicos do INCRA iam fiscalizar e demarcar o confirmado. Na época, só eram assentados colonos casados e isso ocasionou muitos casamentos nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2012). E também dando origens a vários núcleos e municípios.

A imagem número oito (Figura 13) representa o Governo de Jorge Teixeira de Oliveira. De acordo com Hugo (1995), seu lema era: Trabalho, trabalho e trabalho. Jorge Teixeira de Oliveira marcou com uma das paredes deste monumento seu Governo como parte da História para nunca ser esquecido até o monumento existir. Analisando bem a figura, a mulher representa a Republica apontando para a demarcação geográfica de Rondônia, dando ênfase à criação do estado de Rondônia pelo governo federal.

Em 17 de agosto de 1981, foi encaminhado pelo Presidente da República João Batista Figueiredo ao congresso nacional, o projeto de Lei Complementar nº.221, que foi aprovado em primeira discussão em 16 de dezembro do mesmo ano e já em 22 de dezembro, foi aprovado a Lei Complementar nº. 41 que criava o Estado de Rondônia. A Instalação do Estado deu-se em 4 de janeiro de 1982, sendo nomeado, então, o Coronel Jorge Teixeira como seu primeiro governador. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 179).

A fachada do palácio do governo e a bandeira de Rondônia hasteada representa o momento que ele chama o povo de outras localidades para Rondônia.

Venham, brasileiros de todo Brasil, e gentes de todos os povos. Rondônia lhes oferece trabalho, solidariedade e Respeito. Tragam seus sonhos, anseios e ilusões, compartilhem tudo isso com esse povo admirável, assumam com eles os problemas e as dificuldades naturais, na trajetória em busca do grande destino do Brasil. (HUGO, 1995, p. 113).

A estrada rumo à nuvem e ao sol representa a pavimentação da BR-364, rumo a Oeste, Rondônia, facilitando mais o

processo de colonização da região. A hidrelétrica e os prédios representam o momento do desenvolvimento que o estado de Rondônia estava tendo no período do governo de Jorge Teixeira de Oliveira.

Conclusão

O monumento aos pioneiros é uma peça muito importante para a história de Rondônia. Ao analisarmos, percebemos que ele tem muita informação agraciada em seu entorno. E, respondendo a minha pergunta, de acordo com o momento de pesquisa, por que esse monumento de entrada denominado “Monumento aos Pioneiros” foi tão importante na época e hoje jaz no esquecimento?

Cheguei a muitas conclusões, dentre elas: que este monumento foi importante por um momento festivo por ter sido expressado na mídia na época e fez com que a população o conhecesse e se familiarizasse com um local de prestígio e lazer que era a praça no trevo de acesso a Porto Velho. Ele jaz no esquecimento; pelas minhas conclusões, pelo descaso e abandono, e também pela escolha do local no qual está exposto e devido a não haver divulgação midiática. Isso faz com que caia no esquecimento da população em geral.

Referências

ALEX, Alan. “Monumento dos Pioneiros” que ficava no trevo do roque está jogado no mato, **Painel Político**, 28 de outubro de 2014. Disponível em: <https://painelpolitico.com>. Acesso em 01/09/2023.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania do Mato Grosso e seu processo construtivo (1775–1783)**. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/7211>. Acesso 01/09/2023.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho 100 anos de História 1907-2007**. Porto Velho, 2007.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de História da Amazônia**. Volume II, Porto Velho: Nova Rondoniana, 2016.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- HUGO, Vitor. **Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé**. Abg gráfica, 1995.
- JORNAL **Alto Madeira** de 11, de setembro 1984 / N°. 15,464
- JORNAL eletrônico **Rondoniagora**. Funcultural instala “Monumento aos Pioneiros” no espaço alternativo. 20 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com>. Acesso em 01/09/2023.
- LEAL, Paulo Nunes. **O outro braço da cruz**. Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1984.
- MATIAS, Francisco. **Rondônia: Conhecimento Regional**, Porto Velho, 2013.
- OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História & Atribuições dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e de órgãos Essenciais à justiça do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica Editora, 2012.
- PACHECO, Alexandre. O patrimônio histórico da EFMM: entre a “política do precário” e o impacto da natureza (Porto Velho, 2007-2017). **Revista Canoa do Tempo**, v. 12, n. 2, p. 59-87, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br>. Acesso em 01/09/2023.
- PANOFSKY, E. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: **Significado nas Artes Visuais**. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 47-65.
- PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: Criação do Território Federal do Guaporé, fator de interpretação nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil**. São Paulo: HUCITEC – Conselho Regional de Economia, 1984.
- SÁ, Jose Carlos. Trevo do roque - véspera da discórdia. **Banheiros**, 09 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www.banheiros.com.br>. Acesso em 01/09/2023.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia**: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Amizael Gomes da. **Da chibata ao inferno**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondônia, 2001.



EDUCAÇÃO ESPECIAL: O ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

*Gisella Chaves dos Santos¹
João Vitor Nunes Azevedo²
Stefany Suelen Jucá Ribeiro³*

Resumo: O presente artigo faz uma análise do ensino ofertado pela educação básica em duas instituições públicas, uma com oferta do ensino fundamental e a outra do ensino médio, e na Associação de Pais e Amigos dos Autistas (AMA), instituição especializada na educação dos autistas. Buscaremos apresentar as adversidades enfrentadas pelos alunos, corpo docente e demais funcionários. E apresentar o desamparo das instituições públicas para a inclusão dos alunos divergentes. Trazendo à luz a discussão com os autores Abigail de Lima Alves, Gentil e Namiuti, entre outros que discutem sobre a inclusão e as dificuldades do autista.

Palavras-chaves: Autismo; inclusão; Educação especial; Educação básica.

Introdução⁴

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome neurológica de origens desconhecidas que afeta o desenvolvimento das habilidades sociais, o espectro autista engloba uma série de manifestações e variações de diferentes graus de gra-

1. Graduanda do curso de História Licenciatura, Departamento de História (Porto Velho), Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

2. Graduando do curso de História Licenciatura, Departamento de História (Porto Velho), Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

3. Graduanda do curso de História Licenciatura, Departamento de História (Porto Velho), Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

4. A pesquisa foi realizada durante o período de julho a outubro de 2023, como requisito para as disciplinas: Estágio Supervisionado VI, ministrado pela Prof^ª. Dr^ª. Lillian Maria Moser, e História da Educação Brasileira, ministrado pela Prof^ª. Dr^ª Sônia Ribeiro de Souza. As mesmas professoras foram as orientadoras do estudo. As disciplinas compõem o currículo do curso de História Licenciatura, Departamento de História, campus José Ribeiro Filho – Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

vidade. Segundo Gentil e Namiuti (2015), o autismo se caracteriza por uma tríade de anomalias comportamentais: limitação ou ausência de comunicação verbal, falta de interação social e afetiva, padrões de comportamentos restritivos.

As primeiras publicações sobre o autismo foram descritas por Kanner em 1943 em que o nomeia como um quadro de Autismo Infantil Precoce em que se caracteriza por dificuldades de contato social, na ligação com objetos e dificuldade na comunicação interpessoal (Alves, 2014). Atualmente, de acordo com a autora, as características do autismo são o extremo isolamento, a dificuldade de se relacionar com pessoas fora do ciclo familiar, atraso na fala, excelência na memória, ignora as pessoas e o ambiente à sua volta, expressa comportamentos repetitivos, obsessivos e inquietos, em relação a preservação de suas rotinas o aluno autista precisa seguir uma rotina diário para desenvolver as suas habilidades e que ela deve ser seguida para não causar estranhamento quando for inserir novas atividades.

A pesquisa tem como objetivo geral e específicos analisar o processo de inclusão e educação de crianças e adolescentes com TEA no ensino Fundamental II e Médio frente aos desafios impostos, além disso, problematizar a ausência do Estado na oferta dessa Educação Especial qualificada na rede de ensino regular. Inicialmente, foi elaborado um questionário semiestruturado com perguntas relacionadas ao espectro autista e aos projetos que a escola desenvolve para inserir esses alunos no ambiente escolar e no próprio planejamento dos professores. A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública de ensino regular e na Associação de Pais e Amigos Autistas de Rondônia – AMA-RO.

O AMA-RO é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos e que está presente na cidade de Porto Velho há mais de 20 anos, oferecendo atendimentos e suporte para crianças, jovens e adultos com espectro autistas. Já a primeira escola de Ensino Regular E.E.E.F.M Professor João Bento da Costa, fundada em 1997 pelo governo de Valdir Raupp de Matos, é uma homenagem a um dos grandes pioneiros do estado de Rondônia que aos seus 54 anos retornou aos estudos e concluiu o curso de licenciatura em letras e exerceu até os seus 73 anos na função do magistério como um exemplo de educador e a Escola E.E.E. F.M Duque de Caxias foi fundada em 1947, atualmente a escola oferta apenas o ensino fundamental II.

Inclusão

É garantido pela Lei de apoio às Pessoas com Deficiências, nº 7.853/89 a matrícula do aluno no ensino regular obrigatório. A pena prevista para o descumprimento dessa lei é de 1 a 4 anos de reclusão. Assim como é assegurado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que toda criança e adolescente tem o direito inato à educação, visando o desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

É importante expor que ainda tendo suas diferenças, suas limitações, o aluno com deficiência deve ser aceito igualmente como os outros colegas, uma vez que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos de um “cidadão comum”, até mesmo o de não serem discriminados devido à deficiência. (ALVES, 2014, p. 18).

Em função disso, é indispensável que as escolas usufruam de materiais e equipamentos para receberem no âmbito geral as pessoas com deficiências, assim como dispor de profissionais qualificados para atuação. Na pesquisa de campo, com base na entrevista com a psicopedagoga do ensino fundamental II, verificamos que tal unidade escolar realiza projetos e seminários referentes a temática autismo e que desenvolve materiais que possam auxiliar o professor dentro de sala, juntamente a essa preocupação, são realizadas atividades do cotidiano que servem de estímulo para a autonomia do aluno autista. Entretanto, a profissional observa que no que concerne a continuidade necessária do trabalho educacional, os pais não colaboram com o prosseguimento das atividades em casa, comprometendo assim, todo o esforço dos professores e demais funcionários. E conforme o relato da psicóloga e da coordenadora da unidade escolar do ensino médio, a escola carece de espaço e materiais adaptados para as crianças especiais e que para a instituição é difícil acolher individualmente todos os alunos por que diariamente recebem em torno de três mil alunos. Para Aporta e Lacerda (2018) a falta de acessibilidade pode prejudicar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, e acrescenta, ser fundamental ter uma compreensão individual do aluno e olhá-lo como uma pessoa única, com suas aprendizagens sociais específicas.

O método adotado pela AMA é o Teacch (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficit Relacionados à Comunicação) e como é posto por Alves, é um programa de

ensino estruturado com intervenção terapêutica educacional e clínica, desenvolvido pelo Dr. Eric Schopler, com o objetivo de auxiliar a criança no seu desenvolvimento comportamental, atingindo assim, a sua autonomia. Para tal alcançar o objetivo, inicialmente é feito uma avaliação da criança, momento em que é analisado o seu nível de autismo e as suas dificuldades. Partindo disso, o resultado é passado para o professor que faz a elaboração do Plano de Ensino Individual (PEI), servindo para a orientação das confecções das atividades para desenvolvimento do aluno. Enfatizamos que o PEI é de suma importância para o aprendizado dos alunos com a identificação do seu nível de aprendizagem e de percepção a respeito do que está à sua frente.

Baseado na organização do espaço físico por meio de rotinas em quadros, painéis, agendas e sistema de trabalho de maneira a adequar o ambiente o qual se revela num conjunto de princípios e estratégias baseadas na estruturação do espaço, tempo, materiais e atividades, promovendo uma organização interna de forma a facilitar os processos de aprendizagem e de autonomia, diminuindo assim, problemas de comportamento. (ALVES, 2014, p. 23-24).

Assim como foi colocado pela psicopedagoga, a coordenadora do AMA enfatiza que a participação dos pais é primordial para o desenvolvimento dos seus filhos, entretanto, muitos deles também não colaboram com a sua parte em casa, dificultando a aplicação do método Teacch.

Formação docente

Com a pesquisa em campo, constatamos os déficits dos docentes e demais funcionários para a recepção dos alunos neurodivergentes.

Em nosso estudo de campo constatamos que a AMA é constituída por professores graduados em Pedagogia e Educação Física, com especialização em Educação Especial, cedidos pelo Estado. Também conta com o apoio de associados, políticos e financiadores para o funcionamento da instituição. Portanto, as atividades elaboradas pelos professores, via de regra, buscam dar autonomia e independência aos alunos. Com base nas entrevistas, podemos observar que os professores são plenamente capacitados para o trabalho com o público autista, atentos por criar ou adequar as estratégias educacionais para a melhor adaptação dos alunos.

Bezerra e Pantoni (2022) refletem que quando se trata de inclusão escolar, muitos professores se sentem despreparados tecnicamente para lidar com alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) e que essa dificuldade tende a se acentuar durante o atendimento e acolhimento do aluno com TEA, e destacam um fator que piora para a situação é a escassez de estudos sobre o tema em algumas modalidades de ensino e etapas da educação.

Diferentemente da AMA, os profissionais das outras duas instituições averiguadas não têm preparo algum e/ou incentivo interno de cursos preparatórios para a melhor educação e recepção dos autistas. O professor do fundamental II comentou a falta do incentivo em projetos de inclusão. A capacitação feita através de palestras e seminários não são suficientes e não devem substituir os projetos de implementação da política educacional. Em consonância, o testemunho do professor do ensino médio também seguiu a mesma orientação, declarando sentir a necessidade de mais projetos e palestras voltadas para o atendimento direto do aluno de espectro autista, admite que não há o incentivo da instituição para especializações e afins.

A matrícula do aluno com TEA na escola costuma gerar insegurança nos profissionais que atuam na instituição, muitas vezes, ocasionada pela falta de conhecimento sobre o transtorno e dúvidas sobre as potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem desse estudante. (BEZERRA; PANTONI, 2022, p. 5).

Outro ponto comum entre as respostas dos professores da rede pública é que não há cuidadores nas escolas, sendo assim, mais uma função é centralizada nos docentes que são despreparados para lidar com o autismo. Freitas (*et. al.*, 2020) destaca que a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, que compreende o sujeito autista como pessoa com deficiência, afirma o seu direito em ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), entretanto, na rede pública de ensino, a maioria das vezes não é oferecido profissionais especializados para trabalhar com os alunos autistas. O professor do fundamental II enfatiza que muitos pais brigam na justiça para garantir os direitos de seus filhos de acesso à educação e que não veem outra alternativa, a não ser tirar as crianças da escola pública pela falta de cuidadores.

Posto por Freitas (et. al., 2020) o que diz a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE:

Para a garantia do direito à educação básica e, especificamente, à educação profissional, preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3o da Lei no 12.764/2012, os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais: o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio. (BRASIL, 2013).

Em relação a AEE, Alves apresenta conforme posto pelo Ministério da Educação Brasil:

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, é um serviço destinado às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, tendo seu acolhimento em sala de Recursos Multifuncionais ou em Centros de Atendimento Especializado da Rede Pública, que vem se adequando conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial. (BRASIL, 2008).

Deste modo, como Freitas (et. al., 2020) reflete, muitos são os fatores que podem contribuir para a evasão de alunos com TEA e para a diminuição do quantitativo de alunos que conseguem chegar no Ensino Médio. Lima e Laplane (2016) discutem que a trajetória de alunos com autismo indica que há uma grande evasão escolar, principalmente nos anos finais do fundamental II. Enfatizam que a mudança da rede municipal para a estadual corrobora para a evasão, por virtude da falta de apoio educacional para alunos com autismo.

Discussões

Entendemos que as questões que se destacaram neste estudo tratam sobre o processo de adaptação desse aluno ao ambiente escolar. Esse processo pode ocorrer de maneira mais lenta, mas vai acontecer, pois os alunos portadores do espectro autista conseguem se adaptar à realidade escolar.

Um dos problemas que colocados em evidência com a política de inclusão foi a falta de adequação que as escolas públicas possuem para atender essa parcela da sociedade. Esse

despreparo vai além das estruturas físicas das instituições, podemos apontar também a falta de qualificação dos profissionais técnicos escolares para a recepção desses alunos, fortalecendo um discurso preconceituoso em não querer recebê-lo na instituição. Esses apontamentos são necessários para entender como se pode começar a desenvolver ações efetivas que surtam efeitos significativos e reais para sociedade.

Lima e Laplane (2016) concluem que apesar das garantias em leis, documentos e diretrizes, a participação de alunos com autismo no ambiente escolar ainda é problemática e se encontra distante das metas inclusivas. Constatamos que o Estado se omite, na prática, do seu papel para o melhoramento das instituições públicas no atendimento deste grupo em especial, deixando a cargo dos servidores da Educação e das instituições de ensino a prática de inclusão, sem qualquer conhecimento e infraestrutura adequados para a recepção desses alunos.

Conclusão

A realidade educacional brasileira é muito diferente daquela mostrada ou idealizada pelas mídias. É uma realidade que fere alguns direitos primordiais do cidadão. Não se pode esquecer que a educação é direito de todos.

As escolas sofrem de dois tipos de intervenções sendo elas: as externas e internas. As externas são responsáveis por aquilo que ocorre fora da escola, como a questão socioeconômica dos alunos e desigualdades de oportunidades. As internas são as que ocorrem dentro da escola, que vai desde a falta de adequação da estrutura física e até mesmo a questão salarial dos profissionais. As instituições educacionais públicas são de responsabilidade dos gestores do poder público e são eles que devem garantir pôr em prática os deveres e garantir os direitos conquistados e estabelecidos pelas Leis que regem nossa sociedade.

Dessa maneira devemos deixar claro que a política de inclusão deve ser feita sim, mas com responsabilidade e de forma que atenda verdadeiramente à todos, sem nenhum tipo de transtorno em sua execução. E compreendemos que a falta de implementação de políticas públicas do Estado acarreta um ensino defeituoso que não abrange a todos. Presente nas leis, ausente na prática dentro das instituições escolares públicas.

Referências

ALVES, A. de Lima. **Autismo e Educação**. Orientadora: Janine Marta C. Rodrigues. 2014. 36 folhas. TCC (Graduação) - Pedagogia, Centro de Educação, UFPB, João Pessoa. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em 02 de jul de 2023.

APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. **Revista Brasileira de Educação Especial**, V.24,n.1, p.45-58, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 02 de jul de 2023.

BEZERRA, Marli de Figueiredo; PANTONI, Rodrigo Pallucci. Formação docente para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio Integrado. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 8, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br>. Acesso em: 02 de jul 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Nota Técnica no 24/2013/MEC/SECADI/DPE**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei no 12.764/2012. Brasília: MEC/ SECADI/DPEE, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 de jul de 2023.

CAMPIONI, Paula. Educação Brasileira: realidades e desafios. In: **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br>. Acesso em: 02 de ago de 2023.

FREITAS, Cássia dos Santos; BRITO, Higor Pereira et al. Expectativas e dificuldades de ingresso ao ensino médio por aluno com transtorno do espectro autista – TEA: percepções de um pai. In: **Congresso Nacional de Educação**, 7., 2020, Maceió. Disponível em <http://repositorio.ufra.edu.br>. Acesso em 02 de jul de 2023.

GENTIL, K. P. G.; NAMIUTI, A. P. S. Autismo na educação infantil. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 176-185, 2015. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php>. Acesso em: 02 de jul de 2023.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia. F. Escolarização de Alunos com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 2, p. 269–284, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 02 de jul de 2023.



EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM PORTO VELHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL A PARTIR DE PROCESSOS TRABALHISTAS DA DÉCADA DE 1980

Thássila Derek Serra de Souza¹

Lilian Maria Moser²

Sérgio Luiz de Souza³

Resumo: A ocupação de empregada doméstica teve bases definidas na sociedade brasileira durante a era colonial. Até os dias atuais ele vem sendo protagonizado e elencado por mulheres pobres que em sua maioria são mulheres negras (IBGE, 2020). Na cidade de Porto Velho, vemos que as dinâmicas trabalhistas tiveram bases na exploração dos recursos locais e sua população de maioria imigrante, fortaleceu essas práticas. Como a mulher empobrecida de baixa escolaridade de Porto Velho se insere nesse contexto? Como os autos dos processos trabalhistas nos apontam as dinâmicas sociais elencadas pelas mulheres empregadas domésticas? É o que esperamos alcançar com os processos trabalhistas analisados.

Palavras-chave: Empregada doméstica; mulher negra; Porto Velho; trabalho feminino.

Introdução⁴

Apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder. (Lélia Gonzalez).

O trabalho a seguir versará sobre a condição da empregada doméstica em Porto Velho durante a década de 80, a partir

1. Mestranda em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

2. Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

3. Professor Doutor do Núcleo de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

4. Artigo apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

da análise de processos trabalhistas do Tribunal Regional Trabalhista 14^o Região – TRT14. Nesse sentido, as seguintes questões foram levantadas: a empregada doméstica se estabelece de que maneira na sociedade portovelhense da década de 80? Como os processos trabalhistas do período nos apontam as relações sociais construídas a partir da lógica colonial, capitalista e patriarcal? Para alcançar essas respostas, teremos de debater e entender o contexto histórico local e nacional. Entenderemos as práticas trabalhistas elencadas pelas mulheres a partir do seu local social, além de apresentar caminhos para que o tema proposto seja debatido e inserido de forma contundente em um contexto de práticas educacionais escolarizadas.

Para dar vazão aos documentos e fontes aqui analisados, nos apropriamos da definição da historiadora Heloísa Liberalli Bellotto, quanto ao valor das fontes oriundas do poder governamental. A estudiosa afirma:

A Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. (BELLOTTO, 2002, p. 13).

É a partir desse princípio, por tanto, que as fontes foram selecionadas e seu conteúdo utilizado a fim de culminar no objetivo da pesquisa. Foram analisados mais de 45 processos, dos quais 21 tinham o quadro buscado: mulheres que exerciam atividades classificadas como domésticas, sendo elas inseridas no ambiente familiar, ou não. Já os 4 exemplos elencados neste escrito, são de mulheres atuantes em núcleos familiares, vale ressaltar, porém, que nem todas elas se identificavam como empregadas domésticas, veremos que elas relatam que são zeladoras e cozinheiras, mas que, a partir das funções desempenhadas nos relatos apontados nos autos dos processos, nos guiou para a dinâmica de empregada doméstica-patrão.

Outro ponto que deve ser salientado também, é a confidencialidade presente nos processos judiciais. Por tanto, os nomes

aqui relatados são fictícios, mas são nomes de mulheres que já foram ou são empregadas domésticas. Dessa forma, um dos objetivos deste trabalho aqui apresentado é alcançado: a evidenciação dessas mulheres que há muito foram apagadas da vida política, social, financeira e escolar brasileira. É importante também frisar que esse trabalho nasceu da inquietude coletiva e individual de pôr em evidência vivências desvalorizadas na cidade de Porto Velho. Essa cidade, que é rica em belezas e recursos naturais, conta também com a mão de obra feminina trabalhadora.

A metodologia usada no trabalho foi a análise documental qualitativa, que se qualifica como,

uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (...) o autor interpreta e traduz em um texto, (...) os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Tendo as noções de História Social e História das Mentalidades conforme aponta o metodológico brasileiro, José D'Assunção Barros (2004), a base empírica foi construída. Além de contar com escritoras e historiadoras brasileiras que nos falam a respeito da situação da mulher negra, tendo Lélia Gonzalez (2020) como referencial teórico principal na construção do pensamento crítico e social aqui definido. Ademais, nos apropriamos das noções teóricas da construção do poder simbólico conforme apontado por Pierre Bourdieu (1989), a fim de analisar as estruturas sociais sob as quais as fontes analisadas estão fincadas.

Para alcançar o objetivo da análise final, precisaremos definir e entender o contexto histórico em que os processos judiciais foram realizados. Para tanto, falaremos do período pré e pós abolição escravocrata no Brasil, além de entender sob quais condições a maior parte braçal do contingente populacional do estado de Rondônia foi criado. Além disso, definiremos o que é o trabalho doméstico, o que é o trabalho doméstico remunerado e debateremos a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Aspectos históricos do emprego de empregada doméstica e empregabilidade de mulheres brancas e negras

O emprego de trabalhadora doméstica, no Brasil, pode ser definido como o resultado do sistema colonial, assim como

afirmam as autoras Andrea Borelli e Maria Izilda Mattos no livro *Dicionário crítico de gênero*:

O estabelecimento do sistema escravista levou a entrada, ainda que desigual, de homens e mulheres, que atuaram em muitas frentes e atividades: escravas do eito ou domésticas (amas de leite e secas, cozinheiras), escravas de ganho (quituteiras e quitandeiras), uma diversidade de funções tanto nos campos e como cidades, no espaço público e no privado. (BORELLI, MATTOS, 2019, p. 705).

As noções sociais, de que é responsabilidade de um sujeito social específico, isto é, a mulher, a realização de atividades básicas que resultam na manutenção e o bom funcionamento da residência, teve bases estabelecidas na lógica machista, racista classista e patriarcal, sendo seus fundamentos fincados na sociedade brasileira, sob a ótica europeizada, ainda na época colonial (PEREIRA, 2011).

No período escravista, as atividades domésticas eram destinadas a serem realizadas por mulheres negras escravizadas. Essa dinâmica, que absorve a mão de obra dessas mulheres, não muda com o fim da era colonial. Temos no pós colônia, a mesma figura feminina trabalhando nas mesmas atividades domésticas, e, quase sempre, com as mesmas dinâmicas sociais de antes, a diferença é que esse trabalho passa a ser remunerado por conta do sistema econômico vigente, isto é, o capitalismo (SANTOS, 2018).

Sobre o trabalho da mulher negra recém liberta, temos de salientar que suas ocupações trabalhistas iam além do âmbito familiar, e da casa da patroa. Essa mulher se ocupava na venda dos mais variados produtos, como leites, ovos e temperos. Também tinham aquelas que faziam serviços conforme o contratante requeria. Temos a presença da costureira também como forma de atuação política contundente na reivindicação de direitos trabalhistas, “em maio de 1919, por exemplo, a União das Costureiras liderou uma greve, manifestando-se a favor da definição de um salário mínimo, mas também pela redução dos aluguéis e contra a carestia” (BORELLI, MATTOS, 2019, p. 64-65). Vemos que a mulher trabalhadora não era passiva em suas atribuições, temos as mais variadas ocupações para essas mulheres, ainda que essas ocupações sejam de caráter exploratório. Dito isso, é necessário frisar que a pesquisa aqui posta,

versará apenas da condição da mulher empregada doméstica, é sobre ela e seu espaço social, que guiou essa pesquisa.

Bergman de Paula Pereira, explica a dinâmica social trabalhista que se estabeleceu pós colônia: “O fim da escravidão trouxe novos arranjos para que essas mulheres continuassem a exercer as mesmas atividades, deixaram de ser escravas domésticas e passaram a ser empregadas domésticas” (PEREIRA, 2011, p. 1).

Ao compreender atividades ligadas às condições materiais da manutenção cotidiana da vida, as atividades domésticas tendiam a agregar tanto os trabalhadores que, de modo geral, não possuíam “qualificação” para a atuação em outros locais de trabalho (tais como alguns setores do comércio, das oficinas e das fábricas), bem como mulheres, menores de idade e idosos que, em função da situação de pobreza inerente a vida dos trabalhadores urbanos de uma maneira geral, procuravam se inserir no mundo do trabalho realizando, entre outras, este tipo de atividade. (SOUZA, 2009, p. 5).

Entende-se assim que o emprego doméstico era a opção disponível para aqueles mais pobres, que se traduz na figura do negro recém liberto. O trabalho doméstico nunca foi, de modo algum, uma via de emancipação, ele foi o modo de escape que as pessoas negras e sendo mais específica, mulheres negras, encontraram para ter condições de se manterem vivas. A emancipação no sentido social e econômico não acontecia, porque essas mulheres não ascendiam economicamente, muito menos socialmente, passavam a vida na condição de empregadas domésticas (SOUZA, 2009).

Vê-se, então, como o trabalho doméstico foi caracterizado e destinado aos mais pobres, durante o período que corresponde ao pós abolição. Temos a partir daí o trabalho doméstico com características de subalternização. As mulheres negras, nesse contexto, são as grandes protagonistas a realizarem esse papel, seja por vias de força através do sistema escravista, ou pela falta de opção, condicionadas a um sistema onde o emprego doméstico é o único meio de ocupação remunerada, ainda que essa remuneração seja escassa e venha acompanhada das mesmas dinâmicas sociais ora antes estabelecida, mesmo que dessa vez elas estejam máscaradas sob o mito da “democracia racial”.

A relação entre empregada doméstica e empregador, no Brasil República atual, também conta com práticas e dinâmicas sociais extremamente enraizadas no Brasil colônia. Hoje, uma família contratar uma empregada doméstica é sinônimo de status social elevado e demonstra que aquele núcleo familiar se encontra distante da classe pobre e escura. Jurema Brites diz: “Manter uma empregada doméstica é um sinal diacrítico na sociedade brasileira, que sinaliza a distância da pobreza” (BRITES, 2007, p. 93).

É a partir dessa herança colonial então que teremos a mulher não branca como protagonista do emprego doméstico. É ela quem irá prestar os serviços no lar, é este o papel social e trabalhista destinado a ela. A partir dessa lógica, entenderemos como as dinâmicas sociais funcionam. Para isso, também iremos discutir o conceito de trabalho doméstico e o lugar trabalhista da mulher.

Mas, afinal, o que é o trabalho doméstico? Podemos defini-lo como as atividades básicas para a manutenção da residência, que garantem a sobrevivência de um ser humano, isto é, lavar, passar e cozinhar. Além dos cuidados com idosos, animais e crianças. É toda e qualquer atividade que resulte na manutenção do bom funcionamento da casa e da família (PEREIRA, 2011). Esse papel, em suma, é destinado a mulher.

O trabalho doméstico, enquanto ocupação trabalhista “Não foi incluído na economia e, portanto, não é considerado um esforço de valor (seja no âmbito financeiro, ou no social)” (BECK, 2021, p. 112). Koa Beck sintetiza bem quanto ao valor social destinado ao trabalho doméstico, uma vez que não é considerado como ocupação essencial e inerente à vida, mesmo que as atividades exercidas sejam primordiais para a manutenção e sobrevivência de um ser humano.

As atividades elencadas acima, porém, não são restritas apenas ao lar. Essas atividades podem se traduzir na manutenção de uma lanchonete por exemplo, como servir aos clientes, cozinhar, limpar as mesas e etc, ou seja, tarefas de caráter “serviçal” e feminino.

Desde a era escravocrata, observamos a conclamação de mulheres negras a serem as protagonistas desse cenário, ou seja, as atividades descritas acima, não somente elas, mas o que implica na manutenção do funcionamento de uma família,

devem ser realizadas pelas mulheres, e, historicamente, pelas mulheres negras.

A historiadora Lélia Gonzalez (2020) nos conta que a partir da emancipação feminina que se traduz na inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho, foi observada a necessidade da família continuar sendo mantida, que os filhos continuassem sendo alimentados e a casa continuasse em ordem. Nesse cenário, então, temos a figura da mulher negra como mão de obra que possibilitará a inserção da mulher branca no mercado de trabalho. É importante salientar aqui, porém, que o trabalho doméstico remunerado já havia sido introduzido há muito tempo na vida da mulher negra, mas que, com a emancipação da mulher branca, isto é, a sua entrada no mercado de trabalho e o rompimento da dependência financeira para com o marido, as atividades domésticas foram terceirizadas para a mulher negra (que vinha trabalhando desde a era escravista) “Foi ela (a mulher negra) quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada (...) a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 35, 36).

Sobre o mercado de trabalho, Bebel Nepomuceno, explica as opressões trabalhistas enfrentadas distintamente por mulheres negras e brancas, ela afirma:

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos. (NEPOMUCENO, 2012, p. 186).

A autora nos guia para o fator importante que distingue essas mulheres: a raça. Ela foi determinante no que diz respeito à condição social, o trabalho, a educação e o modo de viver dessa mulher. Para além da opressão de gênero, a cor da pele se mantinha como fator indispensável na contratação de mão de obra durante o século XX.

A discriminação racial (além da de gênero) também colabora, e muito, para a precária situação vivida por esse grupo, na comparação com os demais, sobretudo

homens e mulheres brancos. (...) Em geral, se conseguir ser contratada, a trabalhadora negra receberá salário inferior ao recebido pelo trabalhador negro. Este, por sua vez, ganhará menos do que a mulher branca. (NEPO-MUCENO, 2012 p. 186-189).

É aí que temos o ponto central de nossa questão: a falta de opção. O trabalho doméstico se torna, portanto, a saída encontrada para sobreviver em um sistema onde a educação é dificultada, uma vez que os espaços escolares se traduziam como lugar de opressão racial e práticas racistas. (BASTOS, 2016). E a cor da pele, como já vimos, é o que irá ditar qual emprego a ser ocupado, qual cargo trabalhista aquela mulher irá ocupar. Secretária ou passadeira? Dentista ou Babá? (NEPOMUCENO, 2012).

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. (GONZALES, 2020, p. 35).

Com os conceitos elencados por Lélia Gonzalez, no que diz respeito a inferiorização e invisibilidade social enfrentada pela mulher empregada doméstica, analisaremos as dinâmicas sociais da cidade de Porto Velho.

Entendemos que a ocupação de trabalhadora doméstica, a partir de uma ótica social e econômica “é diretamente proporcional ao nível de desigualdade social dos países ou regiões onde se estabelece” (BRITES, 2013, p. 431). Nesse contexto, analisaremos como Porto Velho se inseriu nessa lógica de exploração e opressão da mão de obra feminina empregada doméstica.

Temos, então, a questão principal desses escritos: a mulher trabalhadora doméstica em Porto Velho está sob as mesmas condições da lógica escravistas? Ela, oriunda do Sul, Nordeste, Barbados, Antilhas, Haiti e também nortista, foi valorizada enquanto prestadora de serviço? Foi vista como uma trabalhadora que merece reconhecimento que se traduz na obtenção de direitos básicos como Carteira de Trabalho Assinado, 13º salário, férias remuneradas e folgas semanais? Teremos como foco a resposta dessa e outras questões através dos processos anali-

sados no Tribunal Regional do Trabalho 14^o Região - TRT14, de Porto Velho. É a partir deles que teremos um pequeno vislumbre das condições sociais e trabalhistas destinadas às empregadas domésticas em Porto Velho na década de 1980.

Nesse sentido, temos as mulheres, sejam elas imigrantes ou moradoras locais, como protagonistas a sustentarem seu núcleo familiar. A partir do cenário elencado acima, vemos que o trabalho doméstico é destinado para os mais pobres, para as mulheres, sobretudo as negras, uma vez que elas são o contingente populacional mais pobre do Brasil (IBGE, 2020).

A população de Porto Velho e o trabalho

Faremos a seguir uma breve síntese sobre a formação da população urbanizada da cidade de Porto Velho. Esta seção tem por objetivo estabelecer o contexto histórico e as influências que acarretaram na construção da identidade e sociabilidade do povo rondoniense, e, em especial, os habitantes da cidade de Porto Velho. Por isso, os ciclos econômicos vivenciados na cidade se fazem importantes, uma vez que é a partir deles que temos os grupos sociais definidos, e suas denominações que perpetuam na sociedade rondoniense até hoje: os soldados da borracha, os barbadianos, os afro-antilhanos, os ferroviários, os migrantes do sul, entre outros. No andar da pesquisa, esses grupos se fizeram mais do que importantes a integrar esses escritos, afinal, a territorialidade aqui elencada é Porto Velho, e é necessário entender a sua formação.

Podemos caracterizar a formação das populações urbanizadas de Rondônia como o reflexo da colonização. O fator impulsionador que trouxe os primeiros exploradores europeus, ainda no século XVIII, foi a exploração de ouro no Rio Guaporé (FONSECA, 2018). Posteriormente, como ponto marcante que retrata a formação do Estado rondoniense e suas gentes, sob a ótica do trabalho e dos ciclos econômicos vividos na região, podemos citar a exploração do látex, que dará início aos ciclos da borracha. Nessa fase, temos a presença do migrante nordestino, os muito conhecidos “Soldados da Borracha”, que fizeram papel importante na construção das identidades sociais do estado de Rondônia. Esses por sua vez, viram na exploração da árvore da seringueira, a chance de ascensão e emancipação social tão sonhada. O que não aconteceu, uma vez que o ambiente seringueira se mostrava desigual e exploratório, além das mais diversas dificuldades em se adaptar ao clima amazônico e às

dinâmicas sociais da época. (REIS, 1953). Com o fim dos ciclos da borracha, essas famílias ficaram desamparadas pelo poder público e deficientes financeiramente.

Seguindo, temos a Estrada de Ferro Madeira Mamoré-EFMM, que foi ponto vital na construção de Porto Velho, uma vez que ela é o símbolo que marca o início da capital rondoniense (COIMBRA, FANTIN, 2021). Com a EFMM, durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, uma grande onda imigratória se iniciou para a região Norte. Temos a presença de imigrantes das mais diversas localidades do globo, como Estados Unidos, Inglaterra, França entre outros (FERREIRA, *apud* BLACKMAN), mas os imigrantes mais notáveis são os oriundos dos países que foram colônias inglesas, os barbadianos e afro-antilhanos. São eles a força braçal principal que irá construir a EFMM, não somente, são influências sociais e culturais excepcionais na construção da identidade portovelhense. (BLACKMAN *et al*, 2020)

Avançando no nosso breve tour sobre a formação do contingente populacional de Porto Velho, vemos que na década de 1970 até 1980, o estado de Rondônia se torna novamente o destino almejado por trabalhadores do Brasil. Dessa vez, temos o protagonismo sulista, que com a ajuda de órgãos governamentais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, tiveram sua vinda financiada. Essa mobilização visava o estabelecimento de extrativismo em áreas remotas do estado rondoniense. Rogério Sávio Link sintetiza bem esse cenário: “A ocupação da Amazônia foi fomentada pelo governo como forma de evitar a convulsão social e, ao mesmo tempo, assegurar a posse da região” (LINK, 2015, p. 114).

Temos aí um cenário de migrantes oriundos dos mais diversos locais do Brasil e do mundo, em busca de melhores condições sociais e financeiras. Porto Velho foi catalisadora de trabalhadores.

Nesse sentido, temos de observar o cenário econômico da época. Em 1984, Porto Velho contava com mais de 21 mil pessoas abaixo da linha da pobreza. Além de que 8% das mulheres eram analfabetas, não sabiam ler nem escrever um bilhete simples (IPEA). A partir disso, analisaremos como a mulher pobre está inserida na capital rondoniense.

Sobre a mulher imigrante, temos as autoras Neusa Pivotto Rodrigues e Odete Burgeile, que versam sobre a situação

social elencada pelas mulheres haitianas na capital rondoniense. “O trabalho ocupado pela trabalhadora imigrante haitiana segue uma regra de disseminação dos trabalhos precários, de baixa qualidade, marcados pela desproteção social e de direitos trabalhistas” (BURGEILE; RODRIGUES, 2020, p. 699). Segundo as autoras, em um sistema desigual, onde se tem baixa escolaridade e vulnerabilidade social, o trabalho a ser destinado para as mulheres é o mais precário.

Chegando a Porto Velho tive dificuldades encontrar trabalho e fui trabalhar de empregada doméstica. Eu trabalhava das 07h00min h. às 18h00min h. A carteira de trabalho minha foi registrada com um salário de \$352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais). (INFORMANTE Nº 3, *apud* BURGEILE; RODRIGUES, 2020, p. 699).

Temos acima um relato pessoal feito por uma imigrante haitiana. O trabalho doméstico aparece como única opção para que essa mulher sobrevivesse e se mantivesse na cidade, mesmo que esse trabalho seja mal remunerado e precário.

Temos ainda o relato de outra imigrante, nele, vemos que o fator cor de pele se sobressai quando comparado à escolaridade, ela diz:

Eu trabalho em uma pizzaria e ganho \$850,00 (oitocentos e cinquenta reais). (...) só com o que ganho não dá. Procuo mais um emprego para ganhar mais um salário, mas não encontro. Tenho ensino médio completo, falo crioulo, francês, espanhol, um pouco de inglês e já falo o português. (INFORMANTE nº 6, *apud* BURGEILE; RODRIGUES, 2020, p. 699).

A entrevistada é poliglota, fala mais de três línguas, e mesmo assim, ainda continua sendo condicionada a trabalhos mal remunerados, continua passando por dificuldades financeiras e enfrenta dificuldades em encontrar um emprego melhor. Vemos que o fator cor de pele é o principal influenciador no sentido de manter a condição social e econômica que essa mulher vive. Ela não se denomina como empregada doméstica, não trabalha em uma casa “de família”, mas exerce funções parecidas que exerceria enquanto trabalhadora doméstica, tais como: limpar o chão, cozinhar, servir os clientes e etc. Temos, mais uma vez, as funções do trabalho doméstico sendo elencadas para mulheres não brancas e pobres. Assim como disse Lélia Gonzalez: “O gênero e a etnicidade são manipulados de

modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentalmente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (GONZALEZ, 2020, p. 22).

Não somente as mulheres imigrantes haitianas enfrentaram dificuldades para a sua inserção no mercado de trabalho, as mulheres afro-antilhanas imigrantes se viram na condição de empregadas domésticas mesmo que com diplomas em seus países de origem. É o que nos conta a professora Eunice Johnson, descendente de afro-antilhanos, no documentário *Filhos da Ferrovia* (2014), ela diz: “Grandes enfermeiras se perderam em cozinhas (...) Cozinham para quem precisava. (...) e as filhas dessas mulheres foram estudar e viraram professoras.” Vemos que a condição dessa mulher é a mesma elencada pelos teóricos aqui apresentados: a falta de opção. Mesmo que nesse caso essas mulheres se apresentem como estudiosas, formadas e de escolaridade alta, o trabalho que sobra pra elas é o mesmo: o doméstico. “A escolarização, para a mulher negra, ainda não é garantia automática de acesso a postos de trabalho mais valorizados ou a melhores salários” (NEPOMUCENO, 2012, p. 191).

Nesse sentido, falaremos das relações sociais. Discutiremos se essa mão de obra elencada acima foi valorizada, se essas relações sociais foram feitas a forma de evidenciar e valorizar a mão de obra dessa mulher, no contexto do regionalismo portovelhense. Para tanto, os processos trabalhistas se fazem mais do que contundentes, pois é no âmbito judicial que vemos os reflexos das relações sociais rotineiras.

Os processos

Para iniciar essa sessão, precisamos ter em mente as especificidades e as condições dos processos. Durante a análise dos documentos, foi percebido que as características e informações das mulheres não passavam de nome, endereço e a profissão que ocupava. Não tivemos nenhuma informação acerca de raça. As mulheres citadas a seguir, são as presentes nos processos trabalhistas, e não afirmamos que elas são negras ou brancas. Entretanto, conforme aponta censo do IBGE de 2020, as mulheres ocupam 92% das ocupações de empregada doméstica no Brasil, das quais 62% são negras. É importante termos esse cenário em mente e entender para quem esse trabalho doméstico é destinado, conforme visto acima.

Analisando os processos trabalhistas abertos por mulheres que prestavam serviços classificados como domésticos, em Porto Velho, durante a década de 80, temos um panorama da dinâmica social, que se traduzem na baixa remuneração, a não garantias de direitos trabalhistas, a falta de descanso remunerado e horas exaustivas de trabalho, que remonta às relações colonialistas do Brasil do século XVIII- XIX.

Os processos trabalhistas encontrados foram escassos. Entretanto, a falta de denúncia e de ações judiciais também nos falam a respeito das relações sociais, uma vez que a mulher pobre empregada doméstica e muitas vezes iletrada, não consegue acessar o campo jurídico para reivindicar seus direitos trabalhistas.

O primeiro processo a ser analisado aqui, é do ano de 1984 e traz reclamação de Joyce, que se identifica como empregada doméstica e reivindica: férias, assinatura da carteira de trabalho e salários atrasados. No andar do processo, as duas partes, tanto o empregador que neste caso se traduz na figura de um homem, quanto da empregada, onde temos uma mulher, não comparecem para a data marcada da audiência, portanto, o processo foi arquivado. Outro caso parecido é o de Laura. O processo foi aberto em 1984 e a reclamante se identifica como zeladora e pede direitos trabalhistas tais como horas extras, férias remuneradas e assinatura da carteira de trabalho. O desfecho desse processo é o mesmo, nenhuma das partes comparece ao tribunal e o processo é arquivado.

É interessante analisar a desistência presente em um processo trabalhista, onde quem entra com o processo é a mulher trabalhadora doméstica. Por que essas mulheres desistem de suas ações judiciais? Por que não vão até o fim e “brigam” por aquilo que pedem?. Não há, é claro, uma explicação objetiva e específica para a desistência dos dois casos aqui mencionados, não temos como determinar com exatidão, quanto aos motivos que levaram às desistências processuais das reclamantes, mas, podemos analisar a estrutura social em que estão inseridas e como esse sistema judicial se configura desigual.

Pierre Bourdieu explica o sistema em que estamos inseridos através da narrativa simbólica. Traz as noções de dominação social através daqueles bem posicionados socialmente, quer dizer, quanto maior a hierarquia social que um indivíduo ocupa, maior será o seu poder de dominar as outras classes.

Nessa lógica, podemos dizer, que quanto mais próxima da base é a posição social ocupada por um indivíduo, maior será a sua dominação.

Entendemos então, que o poder exercido sob essas mulheres trabalhadoras que buscam garantir seus direitos trabalhistas através do sistema judiciário, é recheado de medidas e símbolos que as lembram em que posição social elas estão, uma vez que o próprio trabalho doméstico já é ferramenta de exclusão e de aparente dominação, conforme Bergman de Paula Pereira afirma: “Sendo assim o trabalho doméstico contém, em si, a síntese da dominação” (PEREIRA, 2011, p. 4).

Ainda, Pierre Bourdieu nos conta que o poder simbólico “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem: o sentido imediato do mundo (e em particular, o mundo social)” (BOURDIEU, 1989, p. 9). E o que é o sistema judiciário se não a aplicação do poder e a manutenção do simbolismo estatal sobre seus cidadãos?. É, portanto, que vemos, mais uma vez, a manutenção de um sistema excludente. Visto que o trabalho doméstico historicamente vem sendo condicionado e destinado para mulheres pobres, de baixa escolaridade que se traduzem em sua maioria como mulheres pretas (GONZALEZ, 2020). Nessa lógica, não é de se espantar a inobservância do direito trabalhista dessas mulheres por parte dos patrões que foram processados. Uma vez que a constante reivindicada sempre presente nos processos analisados fora o pagamento de horas de trabalhos e, ou, horas extras, vê-se aí, a desvalorização da mão de obra e o não reconhecimento que o serviço prestado por aquela mulher deve ser remunerado e valorizado, porque conforme afirma Koa Beck (2021, p. 113), “uma consequência desse alicerce sexista que perdura é que o trabalho doméstico é muitas vezes considerado sem valor, de pouca importância”.

Temos, mais uma vez, o papel de servidão e obediência, além do jugo da dominação sob essas mulheres trabalhadoras domésticas. Não é surpresa a desistência, a surpresa está na atitude da denúncia, da reclamação.

Há, também, aquelas mulheres que vão com seu processo até o fim. Temos como exemplo, Cláudia e Ana. Cláudia, que se identifica como zeladora, entrou com o processo trabalhista no ano de 1984 e reclama seguro maternidade, FGTS, horas extras e auxílio transporte, o que somados dariam o valor de Cr \$550.368 cruzeiros.

Ana, que em 1985 se apresenta como empregada doméstica, pede o reajuste de seu salário para o valor do salário mínimo nacional e o pagamento de horas extras, o que somados dariam o valor Cr \$924.454 cruzeiros.

Nos dois casos as reclamantes entraram em acordo com o patrão. Cláudia recebeu Cr \$30.000 cruzeiros dos Cr \$550.386 que reivindicava, menos de 10% do valor total. Ana recebeu Cr \$200.000 dos Cr \$924.454 que pleiteava. Vê-se que a jornada de continuar com o processo até o fim não é mais animadora ou melhor do que desistir, uma vez que a “vitória” alcançada fora efêmera.

Nesse sentido, ainda com as noções de simbolismo e poder social definidas por Bourdieu, vale a pena citar uma figura assídua que comparecia nos processos trabalhistas analisados. Temos a figura do advogado de sobrenome famoso e oriundo de família rica e tradicional da cidade de Porto Velho, que curiosamente era representante do patrão(a) que estava sendo processado (a). Ele, presente em mais de 30% dos processos trabalhistas analisados, atendia aos interesses de seu contratante, fazendo com que o acordo estabelecido entre patrão e empregada fosse efêmero, ao que a mulher trabalhadora requisitava. Temos aí, um vislumbre que é através das instituições de poder que as relações sociais são estabelecidas e sua manutenção efetivada.

Vale ressaltar também as reclamações de Ana, que afirma durante o desdobrar do processo, que trabalhava por dias exaustivos, durante domingos e feriados, que muitas vezes dormia no serviço, e que, chegava a sentir dores por todo o corpo enquanto tinha de realizar as tarefas para elas destinadas. E um dos pontos de sua reclamação é justamente o pagamento de horas extras.

Temos a herança e lógicas sociais baseadas no sistema escravista ora antes estabelecidas na sociedade brasileira. Uma vez que vemos nos relatos elencados acima as práticas de desvalorização e precarização da mão de obra dessas mulheres empregadas domésticas, uma vez que enfrentam vários obstáculos, como a baixa escolarização, a falta de oportunidade quanto a uma ocupação trabalhista bem remunerada e o enfrentamento de um sistema judiciário desigual, no que resultava em um emprego que as submetia a várias horas de trabalho seguidas e má remuneração.

Esses processos nos apontam relações trabalhistas muito bem definidas. Ao romper com o círculo de exploração, sendo este manifestado na recusa em pagar horas extras, assinatura da carteira de trabalho e até mesmo o pagamento de salário mínimo inferior ao estabelecido pelo governo, observamos a figura da mulher mais uma vez na condição de serviçal, desvalorizada e sem seus direitos observados, o que remonta o exposto no começo desses escritos: as noções sociais coloniais ainda estão presentes na sociedade atual.

É importante frisar também que essas mulheres empregadas domésticas não foram (e não são), indivíduos passivos e submissos. Esse próprio estudo nos mostra a sua recusa em continuar sendo submetida a uma lógica exploratória. Elas rompem com esse sistema a partir das opções que têm em mãos: ações judiciais. É através dele que essas mulheres reivindicam, ainda que de forma deficiente suas necessidades e direitos.

Seguir vivendo em ambiente tão hostil exigiu força, inteligência, capacidade de adaptação e, sempre que possível, rebeldia. É como se, a todo momento, fosse preciso inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam a seus senhores. (DIAS, 2012, p. 175).

Considerações finais

Conforme pudemos ver, o imaginário coletivo hegemônico ainda não se livrou das amarras colonialistas que se mostram nas relações patrão-empregada. Brites conta a respeito do relacionamento entre empregadas, patroas e as crianças da casa, no âmbito familiar. “é nesse mesmo ambiente (o doméstico) que as crianças dos patrões são socializadas numa lógica profundamente hierárquica, que coloca as empregadas em um mundo à parte” (BRITES, 2007, p. 103).

Nesse sentido, esse artigo também pretende abrir margens para a discussão racial no meio escolar. Não há, portanto, lugar social mais propício para a discussão das relações sociais, além de ser potencializador de ascensão social, como o espaço escolar (NEPOMUCENO, 2021). É papel do professor, principalmente o de História, levar esses debates para a sala de aula, a fim de promover o senso crítico para com seus alunos. É através de discussões pautadas no senso crítico que esse aluno

será socializado a pensar um mundo antirracista conforme Lélia Gonzalez aponta. Vemos com a análise dos processos, que a manutenção dessa ordem social é feita não só no âmbito judicial, mas bem como nas relações sociais e trabalhistas que se estabelecem. Por isso, é necessário a discussão dessas pautas no ambiente escolar. Inserir esse tema nas aulas, propor reflexões acerca da herança e práticas coloniais no Brasil, além de oferecer materiais como vídeos, filmes e livros que falam da situação do negro brasileiro, sempre adaptando para a série e para realidade do aluno, são formas de elevar esse debate e romper com a lógica social e trabalhista, ora antes estabelecida.

Os processos judiciais nos apontaram as relações sociais vividas por essas mulheres empregadas domésticas. Precisamos, mais do que nunca, enxergar essas mulheres como força social a ser reconhecida, como agentes de transformação dos âmbitos sociais, como potência a ser levada em conta. O resultado da sua mobilização mais recente e talvez mais notória, foi a PEC das empregadas no ano de 2015. Através dela, várias empregadas domésticas, atuantes ou não em lares de família, mas que exerciam funções classificadas domésticas, puderam ter acesso à direitos trabalhistas básicos, como salário mínimo, 13º salário, férias remuneradas e horas extras. Essas mulheres são força a ser reconhecida, porque, assim como afirmou Lélia Gonzalez: “é ela quem carrega a chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder” (GONZALEZ, 2020, p. 55).

Referência

ALVES, Hellen Virginia da Silva. Educação profissional e percepção de gênero: uma investigação entre alunas e alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac de Porto Velho-RO. **Formação**, v. 4, n. 23, 2016.

ANDRADE, Daphne de Emilio Circunde Vieira; TEODORO, Maria Cecília Máximo. A colonialidade do poder na perspectiva da interseccionalidade de raça e gênero: análise do caso das empregadas domésticas no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BECK, Koa. **Feminismo Branco: das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. 8. ed. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BLACKMAN, Cledenice; ARENA, Dagoberto Buim; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Afro-antilhanos em Porto Velho, Brasil: história, cultura e alfabetização. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 48-62, 2020.

BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Trabalho *in*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro. **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourado: Editora, 2019. p. 704-708.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho Braga, Portugal, vol. 16, núm. 2, p. 221-236, 2003.

COIMBRA, Denilson José dos Santos; FANTIN, Maria Eneida. A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e o surgimento de Porto Velho. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 20, 2020.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 175-185.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-Latino Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2020.

GUIMARÃES, Marina Oliveira. **Subalternidade e resistência**: perspectivas feministas decoloniais a partir da página do Facebook Eu empregada doméstica, Sem data. Disponível em: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt>.

LINK, Rogério Sávio. **Especialistas na Migração**: Luteranos na Amazônia (1967-1997). São Leopoldo: Karywa, 2015.

LOPES, Luana. **Filhos da Ferrovia**. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. A migração para Rondônia (Brasil) pós década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais. **Revista de História da UEG**, v. 5, n. 1, p. 74-102, 2016.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 186-199.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. **Anais do Encontro da ANPUH**, 2011.

REIS, Arthur Cezar. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro : Serviço de Informação Agrícola, 1953.

RODRIGUES, Neusa Pivotto; BURGEILE, Odete. A Realidade Social e Cultural das Mulheres Haitianas em Porto Velho. **Fênix-Revista De História E Estudos Culturais**, v. 17, n. 2, p. 686-709, 2020.

SANTOS, Mariana Reis. **E palavra amor, cadê?** A afetividade das mulheres negras que atuam como empregada doméstica em Salvador, Bahia. 2018.

SILVA, Ana Paula Melo da; SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. Uma geografia do trabalho de empregadas domésticas negras no Brasil. **XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), 2021.

SILVA, Marta Helena Rosa da. Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas. **Maia**, p. 22, 1973.

Fonte: Palatino Linotype
Tamanho: 11
Editora: Karywa
Impressão sob demanda na Amazon